

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

ANA CLARA GIRALDI COSTA

A PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS
NA COMUNIDADE DE PESCA DE MATINHOS, PARANÁ

MATINHOS

2016

ANA CLARA GIRALDI COSTA

A PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS
NA COMUNIDADE DE PESCA DE MATINHOS, PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento Territorial Sustentável, no
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial Sustentável da Universidade Federal
do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Afonso Takao Murata
Co-orientadora: Prof^a. Dra. Liliani Tiepolo

MATINHOS

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

C837 Costa, Ana Clara Giraldi
A pesquisa participante no contexto dos conflitos ambientais na comunidade de pesca de Matinhos, Paraná / Ana Clara Giraldi Costa; orientador Afonso Takao Murata, coorientadora Liliani Tiepolo. — 2016.
130 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2016.

1. Pesca artesanal. 2. Território pesqueiro. 3. Ecologia política. 4. Litoral do Paraná (Brasil). 5. Desenvolvimento territorial sustentável. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 639.2098162

(Romilda Santos, CRB9/1214 - Universidade Federal do Paraná)



Código CAPES: 40001016081P3

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor LITORAL
Programa de Pós Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação da mestranda **ANA CLARA GIRALDI COSTA** intitulada: **"PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA COMUNIDADE DE PESCA DE MATINHOS, PARANÁ"**. após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação com 'distinção e louvor'.

MATINHOS, 18 de março de 2016.

Prof AFONSO TAKAO MURATA (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof EDUARDO HARDER (UFPR)

Prof MARCIA REGINA FERREIRA (UFPR)

À comunidade da pesca artesanal de Matinhos

AGRADECIMENTOS

À Deus, que de uma maneira muito carinhosa tem iluminado meu caminho e feito tudo dar certo!

Agradeço meu orientador, Afonso Murata, por ser um orientador sempre muito presente, por sempre ter acreditado, apoiado e respeitado minhas ideias e por ter contribuído de maneira singular na minha trajetória. Expresso aqui o meu sincero carinho e admiração por todos esses anos de amizade e orientação. E a minha co-orientadora, Liliani Tiepolo, por ter me apresentado tantas perspectivas, abordagens e autores legais e por ter feito diferença em minha vida acadêmica e pessoal.

Sou profundamente grata também a toda comunidade da pesca artesanal de Matinhos, pela confiança de que seria “diferente” e pela participação em todo o processo deste trabalho, desde a proposição de nossa problemática de pesquisa até a participação no momento de minha defesa. A partir de nossa luta pude descobrir a razão pela qual quero ser pesquisadora.

Agradeço minha família, meu pai, minha mãe e meu irmão, que mesmo de longe sempre me apoiaram. Ao Maicon, por ter sido meu porto-seguro em Matinhos, e aos amigos e amigas de Matinhos, Registro, Cananéia, Ilha Comprida e do Cardoso e de tantos outros lugares e viagens.

Aos membros da banca, professores Márcia Regina e Eduardo Harder e ao presidente da colônia de pesca, Mário Hanek. Agradeço aos professores pelas contribuições na pesquisa, mas, sobretudo por terem aceitado participar de uma banca longe dos padrões convencionais, e o Mário por sua disposição ao longo da pesquisa.

Agradeço todos os docentes e colegas do PPGDTS, Fernanda pela elaboração dos mapas e acima de tudo por ter compartilhado seu conhecimento comigo, e ao secretário João Rafael, sempre muito gentil e disposto a me ajudar.

Aos institucionais, CAPES, pelo auxílio financeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (eu não poderia ter feito escolha melhor), e à UFPR setor Litoral, a qual me fez “nascer” e “crescer” na interdisciplinaridade, na autonomia e na criticidade.

Por fim, agradeço toda a classe trabalhadora deste país, a qual trabalhando muitas vezes de maneira insalubre para pagar seus impostos, me proporcionou estudar todos esses anos em uma universidade pública. A escolha de uma pesquisa engajada com a luta política de grupos marginalizados é sem dúvida minha obrigação e uma maneira de lhes retribuir.

“Este ensaio deve ser lido por sujeitos com espíritos livres de preconceitos, sem estarem dominados pelo formalismo da ciência” Francis Meneghetti

RESUMO

A proposta deste trabalho foi de analisar e avaliar a pesquisa participante enquanto instrumento teórico e metodológico para o estudo dos conflitos ambientais decorrentes da criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais na comunidade de pesca de Matinhos, litoral paranaense. Tendo como pano de fundo os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa participante e a abordagem da ecologia política, o estudo buscou identificar conjuntamente com a comunidade de pesca elementos que possibilitassem o estudo do conflito escolhido por eles mesmos (atores sociais e suas percepções, objeto de disputa e tipologia) e propor uma sequência metodológica adaptável capaz de servir de aporte para futuras pesquisas sobre conflitos ambientais. Utilizou-se instrumental de apoio diverso, como entrevistas em profundidade, observação participante e mapeamentos participativos; e foram incorporados os conceitos de *pesca artesanal* (DIEGUES, 1983; 1995; 2004), *território pesqueiro* (CARDOSO, 2001; 2003; 2007) e *lutas territoriais* (CRUZ, 2013) como ferramentas analíticas, mas também como dispositivos políticos para a legitimação dos direitos territoriais da comunidade sobre a área que abrange hoje o parque. A análise da realidade da comunidade de pesca de Matinhos permitiu responder as perguntas inicialmente propostas, de que a pesquisa participante pode ser utilizada como ferramenta metodológica para o estudo de um conflito ambiental, tendo o potencial de despertar nas comunidades que passam por conflitos ambientais o engajamento necessário para compreender sua realidade e definir estratégias para sua resolução. Por outro lado, pôde-se identificar e analisar as percepções dos diferentes atores sociais envolvidos com a criação e gestão da UC (comunidade de pesca, formulador do projeto de lei, ONG ambiental e ICMBio) e que criação do referido parque trouxe um conflito de caráter material e simbólico para a comunidade de pesca, ora pela restrição ao uso e acesso costumeiro dos recursos pesqueiros contidos na região, ora pela falta de participação desses atores no processo de criação da unidade.

Palavras-Chave: Litoral do Paraná. Pesca artesanal. Território pesqueiro. Áreas Protegidas. Ecologia Política.

ABSTRACT

The purpose of this research was to analyze and evaluate participative research as a theoretical and methodological tool for the study of environmental conflicts arising of fishing community from the creation of the National Marine Park (Ilha dos Currais) in Matinhos, Paraná state, Brazil, Paraná. Against the background of the theoretical and methodological assumptions of participatory research and approach of political ecology, the study sought to identify together with the fishing community elements that make possible the study of conflict chosen by themselves (social actors and their perceptions of object dispute and type) and propose an adaptive methodological sequence can serve as input for future research on environmental conflicts. It used different instrumental support, such as in-depth interviews, participant observation and participatory mapping; and artisanal fishing concepts were incorporated (Diegues, 1983; 1995; 2004), fishing territory (CARDOSO, 2001; 2003; 2007) and territorial struggles (CRUZ, 2013) as analytical tools but also as political devices for the legitimization of territorial community rights of the area that today covers the park. The analysis of the reality of Matinhos fishing community allowed to answer the initially proposed questions that participative research can be used as a methodological tool for the study of environmental conflict, with the potential to awaken in communities undergoing environmental conflicts engagement necessary to understand their reality and define strategies for their resolution. On the other hand, it was possible to identify and analyze the perceptions of different social actors involved in the creation and management of UC (fishing community, bill the formulator, environmental NGOs and ICMBio) and creation of that park brought a conflict of character stuff and symbolic for the fishing community, either by restricting the use and customary access of fishery resources contained in the region, sometimes by the lack of participation of these actors in unit creation process.

Keywords: Paraná Coast. Artisanal fishing. Fishing territory. Protected Areas. Political ecology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ENTREVISTAS COM OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS COM PARNA CURRAIS.....	56
FIGURA 2: ASPECTOS DA COMUNIDADE DA PESCA ARTESANAL DE MATINHOS, EM 2015, LITORAL DO PARANÁ.....	78
FIGURA 3: PONTOS DE PESCA MAIS UTILIZADOS NO ARQUIPELAGO DE CURRAIS PELOS PESCADORES DE MATINHOS.....	84
FIGURA 4: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS E DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARANÁ.	94

LISTA DE SIGLAS

ACADEBIO - Academia Nacional de Biodiversidade

CDB – Convenção da Diversidade Biológica

CONABIO – Comissão Nacional da Biodiversidade

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não governamental

PARNA – Parque Nacional

PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar

PUT - Plano de Uso Tradicional

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reserva Extrativista

RVS - Refúgio da Vida Silvestre RVS

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TC - Termos de Compromisso

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
--------------------------	-----------

CAPITULO I - OS CAMINHOS TRILHADOS NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A EMERGÊNCIA DOS CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	18
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

1.1 DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL AO ESTABELECIMENTO DE ESPAÇOS PROTEGIDOS.....	19
-----------------------------------------------------------------------------------------	----

1.2 CONFLITOS PELO USO E ACESSO AOS BENS NATURAIS EM AREAS PROTEGIDAS	25
--------------------------------------------------------------------------------	----

1.3 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DEBATES, AVANÇOS E PERSPECTIVAS	28
-------------------------------------------------------------------------------------------	----

1.4 O ESTUDO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS E A CONTRIBUIÇÃO DA ECOLOGIA POLÍTICA.....	36
-------------------------------------------------------------------------------------	----

CAPITULO II – A PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS.....	42
--------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

2.1 DA INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA À PESQUISA PARTICIPANTE	43
------------------------------------------------------------	----

2.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA PARTICIPANTE.....	46
----------------------------------------------------------------------------	----

2.3 A PESQUISA PARTICIPANTE NA COMUNIDADE DE PESCA DE MATINHOS.....	49
------------------------------------------------------------------------	----

2.4 A PESQUISA PARTICIPANTE E A ECOLOGIA POLÍTICA NO ESTUDO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS.....	57
----------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.5 PROPOSTA DE UM MARCO TEÓRICO E METODOLOGICO.....	60
------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO III – UNIVERSO DE TRABALHO	71
3.1 A COMUNIDADE ARTESANAL DE PESCA DE MATINHOS.....	72
3.2 A PESCA NO ARQUIPÉLAGO DE CURRAIS.....	79
3.3 O ARQUIPÉLAGO DE CURRAIS ENQUANTO TERRITÓRIO DOS PESCADORES DE MATINHOS.....	85

CAPÍTULO IV – CONFLITOS AMBIENTAIS NA CRIAÇÃO DO PARNA MARINHO ILHAS DOS CURRAIS	91
4.1 A CRIAÇÃO DO PARNA ILHAS DOS CURRAIS	91
4.2 CONFLITOS GERADOS COM A CRIAÇÃO DO PARNA.....	94
4.3 ATORES SOCIAIS E PERCEPÇÕES SOBRE OS CONFLITOS	95
4.3.1 Pescadores Artesanais.....	95
4.3.2 Autor do projeto de lei.....	98
4.3.3 ONG ambiental	100
4.3.4 ICMBio.....	102
4.4 VELHOS DILEMAS, NOVOS PROBLEMAS... ..	103
4.5 ACORDO DE PESCA.....	108

CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	121
--------------------------	-----

APÊNDICES	128
------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

A proposta deste trabalho foi de analisar e avaliar a pesquisa participante enquanto instrumento teórico e metodológico para o estudo dos conflitos ambientais decorrentes da criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais na comunidade de pesca de Matinhos, litoral paranaense.

Trata-se de uma “pesquisa engajada” (PACHECO *et al.*, 2013) apoiada nos pressupostos de Funtowicz e Ravetz (1997) em relação a “ciência pós-normal”, e de Fals Borda (1981), em relação a “ciência emergente”, isto é, uma ciência que não é neutra, e se posiciona a favor dos grupos marginalizados. Isso porque seu objetivo não se reduziu somente em descrever os conflitos ambientais decorrentes da criação do PARNA, mas sim em reconhecer a comunidade de trabalho como “portadora de direitos, tornando públicas vozes, frequentemente discriminadas e inviabilizadas pelas instituições e pela mídia” (PACHECO *et al.*, 2013, p.35).

Dessa forma, a produção desta pesquisa visa contribuir, além da proposta de uma metodologia de pesquisa para o estudo dos conflitos ambientais baseada na participação dos sujeitos pesquisados, para a luta política da comunidade de pesca, na legitimação de sua identidade tradicional e artesanal e na garantia de seus direitos territoriais na área que abrange hoje o PARNA Currais.

Para este fim, utilizamos como pano de fundo os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa participante e a abordagem da ecologia política. Utilizamos o termo pesquisa participante considerando sua multiplicidade de nomes e abordagens que emergiram entre as décadas de 1960 e 1980 na América Latina, onde a participação dos grupos populares, como o próprio nome diz, foi seu pressuposto principal. A ecologia política, por sua vez, foi incorporada na medida em que contextualiza com esse momento em que vivemos, de conflitos ambientais.

Sendo um trabalho de análise interdisciplinar, oriundo da área de Ciências Ambientais, o leitor irá se deparar com aportes e interfaces de diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo apostamos muito nas narrativas, que expressam o cuidado em dar voz aos sujeitos participantes da pesquisa a respeito de suas

percepções e práticas acerca do trato do espaço, das dificuldades e conflitos pelos quais passam.

Contudo, utilizamos instrumental teórico latino-americano, de autores que estiveram ou estão à frente desses movimentos sociais, ora na militância, ora em projetos de investigação pautados no diálogo e na ação conjunta com esses atores. Uma vez que acreditamos, assim como Grosfoguel (2008), na necessidade de falar do Sul a partir do Sul, e a partir das cosmovisões de pensadores críticos do Sul, que pensam sob perspectivas de corpos e lugares étnico-raciais subalternizados.

A partir do desenvolvimento da pesquisa foram sendo incorporados também os conceitos de *pesca artesanal* (DIEGUES, 1983; 1995; 2004), *território pesqueiro* (CARDOSO, 2001; 2003; 2007) e *lutas territoriais* (CRUZ, 2013).

Assim como Cruz (2010), acreditamos que os conceitos não são somente descritivos ou reveladores do mundo e da realidade, mas eles são também constitutivos e produtores do mundo e da realidade. Isso implica em ver os conceitos como ferramentas analíticas, mas também como dispositivos ético-político de intervenção no mundo. Neste sentido, ao usarmos um determinado conceito não estamos realizando uma mera operação cognitiva, mas ao mesmo tempo uma ação epistêmica ética e política.

Por diversas vezes fomos indagados quanto ao caráter tradicional da comunidade de pesca, já que ela utiliza nos dias de hoje canoas de fibra-de-vidro, motores mais potentes, incorpora “pessoas de fora” nas atividades, entre outros aspectos de caráter tecnológico. Uma vez que o direito ao acesso e uso dos bens naturais localizados em unidades de conservação só são assegurados para populações tradicionais, partimos em direção ao conceito de *pesca artesanal* de Diegues, como o leitor irá ver ao longo do terceiro capítulo da dissertação.

Da mesma forma, o conceito de *território pesqueiro* de Cardoso foi essencial para compreender e legitimar a importância que o arquipélago de Currais, hoje parque nacional, representa para a comunidade de pesca. Como mostraremos ao longo do terceiro capítulo, trata-se de um território dos pescadores e pescadoras artesanais de Matinhos, que utilizam consuetudinariamente o espaço desenvolvendo modos singulares de uso e apropriação.

Por fim, para compreender a dinâmica da luta que a comunidade hoje enfrenta pelo uso e acesso aos bens pesqueiros oriundos do arquipélago, as

contribuições de Valter do Carmo Cruz sobre as *lutas territoriais* foram essenciais para legitimar as reivindicações da comunidade de pesca.

No entanto, nosso objetivo principal era de avaliar a pesquisa participante enquanto instrumento metodológico para o estudo de um conflito ambiental, identificando conjuntamente com a comunidade de pesca elementos que possibilitassem o estudo do conflito escolhido por eles mesmos (atores sociais e suas percepções, objeto de disputa, tipologia..) para então propormos uma sequência metodológica adaptável capaz de servir de aporte para futuras pesquisas sobre conflitos ambientais.

Deve-se notar diante disso que não estávamos interessados em estudar especificamente aspectos socioculturais da pesca realizada em Matinhos. Nosso interesse era apontar caminhos metodológicos, dirigidos à elaboração de uma pesquisa com viés participativo para o estudo dos conflitos ambientais, resgatando os pressupostos da pesquisa participante – uma pesquisa sociopolítica – e acrescentando a ela o viés ambiental, a partir da ecologia política. No entanto, o contato direto e o envolvimento com a comunidade, suas práticas de reprodução sociocultural e econômica, fizeram emergir novos rumos na pesquisa, como o leitor irá perceber ao longo do trabalho. O que, mais enfaticamente ainda, podemos afirmar que é o propósito da pesquisa participante, que é fazer emergir novos rumos para a investigação.

Nesse sentido, esta pesquisa tinha como objetivo inicial responder as seguintes questões: *A pesquisa participante pode ser utilizada como ferramenta metodológica para o estudo de um conflito ambiental, se tornando uma alternativa de pesquisa para que pesquisadores e pesquisados possam juntos estudar uma problemática? Ela tem o potencial de despertar nas comunidades que passam por conflitos ambientais o engajamento necessário para compreender sua realidade e definir estratégias para sua resolução?*

Ao passo que foram sendo incorporadas outras dimensões o escopo do trabalho atingiu três diferentes eixos temáticos – a discussão acerca dos conflitos ambientais em torno de áreas protegidas; a pesquisa participante; e a pesca artesanal praticada na comunidade de trabalho. Decidimos então dividir a dissertação em quatro capítulos, sendo um capítulo para cada eixo temático e um capítulo final com os resultados da pesquisa sobre os conflitos decorrentes da criação do PARNA Currais.

O capítulo I visa apresentar ao leitor os marcos fundamentais da estratégia de estabelecimento de espaços naturais protegidos, as discussões teóricas e jurídicas em torno da formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a relação conflituosa entre comunidades tradicionais e espaços protegidos sem a presença humana e a contribuição da ecologia política para o estudo dos conflitos ambientais.

O capítulo II sintetiza as origens da pesquisa participante, os pressupostos que nortearam a pesquisa de mestrado, os caminhos metodológicos trilhados na comunidade de pesca de Matinhos, e a proposta de um marco teórico e metodológico a partir da fusão de duas abordagens: a ecologia política e a pesquisa participante para o estudo dos conflitos ambientais, envolvendo comunidades locais/tradicionais e unidades de conservação.

No capítulo III, dedicado ao universo do grupo de trabalho, mostramos algumas características que conferem a singularidade da comunidade de Matinhos, a pesca no arquipélago de Currais e o entendimento deste como um território dos pescadores e pescadoras de Matinhos.

O capítulo IV traz o resultado da etapa final da pesquisa participante - a etapa em que juntos (pesquisadores e comunidade) entrevistamos os principais atores sociais envolvidos com a criação e gestão do PARNA Currais e conseguimos o acordo de pesca para a comunidade continuar utilizando o arquipélago.

Por último, nas considerações finais, busca-se responder as perguntas da pesquisa, com alguns apontamos em relação ao seu uso. Apresentamos também novos questionamentos que podem ser explorados em pesquisas futuras envolvendo comunidades de pesca e unidades de conservação.

Como o leitor irá perceber, o texto, desde esta apresentação, está escrito na primeira pessoa do plural. Isso expressa, mais uma vez, o caráter da pesquisa que me propus a fazer, isto é, uma pesquisa participante que só foi possível graças ao esforço da comunidade de pesca e de meus orientadores, a quem mais uma vez expresso meus sinceros agradecimentos.

CAPITULO I - OS CAMINHOS TRILHADOS NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E A EMERGÊNCIA DOS CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Historicamente a ocupação do território brasileiro é marcado por sucessivas agressões à natureza, representadas ora por seus ciclos econômicos, ora pela especulação imobiliária. Diante do avanço da agricultura e a expansão das áreas urbanas houve a necessidade do país adotar mecanismos para conter a destruição de sua biodiversidade e bens naturais, como o estabelecimento de espaços naturais protegidos. No decorrer do século XX diversas áreas foram destinadas para a criação destes espaços, porém, com base nas proposições de convenções internacionais, de que para haver de fato a preservação ambiental era necessário restringir a ocupação humana e o uso dos bens naturais, muitas comunidades tiveram de abandonar suas terras e atividades.

Assim, emergem-se os conflitos ambientais em decorrência do estabelecimento de áreas protegidas, restritas ao uso e ocupação humana. Muitas das áreas consideradas ideais para essa transformação eram, e ainda são, habitadas por populações que estavam e estão à margem do modelo urbano-industrial. Tratam-se, na maioria dos casos, de povos e comunidades que tradicionalmente ocupam esses espaços, desenvolvendo modos singulares de uso e apropriação da natureza, com poucos impactos sobre ela.

Entretanto, especificamente no Brasil, o cenário pós 1988, as discussões a nível internacional sobre as consequências do estabelecimento de áreas protegidas sobre as populações humanas, aliadas aos movimentos socioambientalistas e a desorganização que sofriam a maiorias das áreas protegidas do país, culminaram num intenso debate para a criação de um sistema que integrasse as tipologias existentes e minimizasse os conflitos e problemas latentes. Após anos tramitando no congresso e debates entre as vertentes do ambientalismo brasileiro, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC.

Embora o SNUC seja reconhecido internacionalmente por instituir categorias de uso sustentável e garantir a participação popular no processo de criação, implantação e gestão das UC, a criação de UC de proteção integral ainda tem dado

margem a complexas situações de conflitos ambientais, ora pela realocação das populações residentes, ora pela restrição ao acesso e uso costumeiro dos recursos naturais contidos nela.

Diante desse complexo cenário, este capítulo traz um breve histórico do estabelecimento de espaços territorialmente protegidos no Brasil, a emergência dos conflitos ambientais e os debates e avanços do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Paralelamente, discutimos os estudos sobre os conflitos ambientais sob a ótica da ecologia política.

1.1 DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL AO ESTABELECIMENTO DE ESPAÇOS PROTEGIDOS

Um dos primeiros atos dos portugueses ao desembarcarem em 1500 nas costas do novo continente foi cortar uma árvore para a confecção de uma cruz. Warren Dean atribui este gesto como um símbolo da salvação da humanidade para os portugueses e por outro lado o início de devastação da floresta, que atravessou diferentes fases: extração do pau-brasil, cultivo de cana-de-açúcar, algodão, cacau, café e por fim, a intensa ocupação urbana (URBAN, 1998). Para Teresa Urban (1998) essas fases demonstram a completa destruição da riqueza natural do país, repetindo-se em ciclos ao longo de toda a costa, avançando para o interior do país na mesma proporção e reduzindo as grandes florestas exuberantes a pequenas manchas remanescentes.

Diante desse cenário, a tomada de “consciência ambiental” costuma ser identificada como um debate contemporâneo da civilização moderna. No caso do Brasil, por exemplo, ela tende a ser considerada por alguns estudiosos como uma realidade recente e importada da visão europeia e norte-americana. Porém, Pádua (2004) nos mostra um capítulo praticamente esquecido na história do pensamento brasileiro: a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre as consequências da destruição ambiental, promovidas por um conjunto de intelectuais que aturaram no país entre 1786 e 1888, sendo um dos mais ilustres e influentes José Bonifácio de Andrade Silva, que mais tarde veio a se destacar como Patriarca da Independência.

Pádua (2004) faz um levantamento onde constata a existência de cerca de 150 textos, produzidos por mais de 50 autores brasileiros, nos quais se discutiam de forma direta, em um período de 102 anos, as consequências sociais da destruição das florestas, da erosão dos solos, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos entre outros. As obras produzidas não representaram iniciativas isoladas, mas abrangeram autores de diferentes capitanias, formado por um grupo bastante homogêneo quanto suas características intelectuais e sociais.

Entretanto, a crítica ambiental brasileira não surgiu da sensibilidade dos intelectuais e artistas românticos, tão fortemente identificados com a valorização da natureza, como ocorreu com países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, onde intelectuais associados ao *ethos* romântico¹ combateram a destruição da natureza com base, especialmente, no seu valor intrínseco. No Brasil, o romantismo, como movimento cultural, não chegou a organizar mobilizações de maior alcance. Escritores e artistas românticos pouco se preocuparam com a destruição da natureza, tanto no plano intelectual quanto no ativismo público (PÁDUA, 2002).

Segundo Pádua (2004), no Brasil, as manifestações contra a degradação da natureza foram empreendidas por pensadores que, no geral, não defendiam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia ou pelo seu valor intrínseco, mas devido à sua importância para a construção nacional, isto é, o mundo natural tinha importância apenas para os aspectos políticos e econômicos². Assim, a destruição da natureza não era entendida como um “preço do progresso”, como na visão hoje dominante, mas sim como um “preço do atraso”.

De qualquer modo, para Pádua (2004), a discussão permaneceu restrita no quadro das ideias. Por mais que possuísem uma posição social relevante, os intelectuais daquela época não lograram promover ou influenciar políticas públicas que impulsionassem o enfrentamento da destruição ambiental. Mesmo que a elite

¹Emerge ao longo do século XIX nos Estado Unidos uma nova concepção sobre as florestas nativas. Sob influência do romantismo, artistas e intelectuais começaram a apreciar os ambientes selvagens e reconhecer neles a felicidade e o bem-estar. Esse movimento ficou conhecido como transcendentalismo. Um de seus principais precursores, Henry Thoreau (1817-1862), preocupado com a extinção de povos indígenas e animais selvagens defendia a criação de áreas protegidas como espaços sagrados e públicos (NASH, 1982). Produziu duas grandes obras, *Walden* - uma reflexão sobre a vida simples cercada pela natureza, e *Desobediência Civil*, obras que mais tarde influenciaram intelectuais como John Muir, José Bonifácio e André Rebouças.

²Apesar de José Bonifácio ter sido influenciado pelas obras de Henry Thoreau, assegura Pádua que: “apesar de por vezes manifestar uma forte sensibilidade empática para com o mundo natural, especialmente na sua obra poética, é forçoso constatar que sua visão dos recursos naturais era essencialmente antropocêntrica e utilitária” (PADUA, 2000, p. 124).

intelectual estivesse unida no combate à economia predatória, é bem provável que sua capacidade para deter a destruição fosse bastante restrita. Além disso, a vontade de combater a destruição chocava-se com o interesse imediato de obter riqueza da elite socioeconômica do país.

Entretanto, sob pretexto de proteger os interesses predatórios da metrópole existiam proibições para controlar o uso e acesso de determinados recursos naturais, como madeira e água (MEDEIROS, 2005; URBAN, 1998). Em 1802, por exemplo, registram-se simultaneamente duas instruções sobre a questão da floresta, a primeira regulamentando o comércio de lenha e carvão para alimentar as ferrarias, e a segunda estabelecendo normas para o reflorestamento na costa (URBAN, 1998). Contudo, segundo Medeiros (2006), todos os instrumentos adotados tanto pela metrópole portuguesa quanto, mais tarde, pelo Império, tinham seu foco de proteção essencialmente centrado em determinados recursos naturais, sem necessariamente haver a demarcação de áreas ou territórios específicos, característica essa que confere, segundo o autor, sentido e significado ao termo “área protegida”.

Em 1876, o engenheiro André Rebouças³ analisando os resultados da criação do primeiro Parque Nacional norte-americano, Yellowstone, sugeriu que houvesse a primeira iniciativa para a criação de dois Parques Nacionais no Brasil: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (URBAN, 1998; MEDEIROS, 2006; PÁDUA, 2004; BRITO, 2000). A proposta não se concretizou, mas abriu espaço para uma ampla discussão e mobilização que nos anos seguintes contribuíram significativamente para o estabelecimento das primeiras áreas protegidas do Brasil (MEDEIROS *et al.*, 2004).

Segundo Medeiros (2003; 2006), a percepção da necessidade de espaços territorialmente demarcados para a conservação dos ecossistemas só começou a ser modificada e praticada, não apenas no Brasil como também no cenário internacional, na medida em que os efeitos dos impactos decorrentes da devastação de extensas áreas começaram a ser tornar evidentes. Nesse universo, pode ser citado como sendo a primeira iniciativa de estabelecimento de áreas protegidas a desocupação das fazendas devastadas pelo ciclo do café e o reflorestamento de áreas que iam em direção à floresta da Tijuca, que mais tarde se tornaram as

³Da mesma forma que José Bonifácio, as justificativas de Rebouças não se davam fundamentalmente em apelos em favor da paisagem selvagem. Rebouças justificava a criação desses parques em virtude dos benefícios do desenvolvimento do turismo (PÁDUA, 2004).

“Florestas da Tijuca e das Paineiras”, um esboço do que viriam a ser mais tarde as florestas protetoras instituídas pelo Código Florestal de 1934.

Com a popularização mundial da criação de áreas naturais protegidas, a influência e pressão de movimentos organizados voltados à proteção da natureza, e a necessidade de reorganização da exploração dos recursos naturais do Brasil, aliados à construção de um novo projeto político para o país, que tinha como objetivo a modernização e a busca de maior inserção internacional, alguns instrumentos voltados para a criação de espaços protegidos⁴ ganharam força durante a República (MEDEIROS, 2006).

É o caso do primeiro Código Florestal de 1934 e o Código de Caça e Pesca também de 1934. Segundo Medeiros (2006) o Código Florestal foi o instrumento mais importante, pois definiu objetivamente as bases para a proteção territorial, sendo o primeiro instrumento de proteção brasileiro a definir claramente tipologias de áreas a serem especialmente protegidas, classificando as florestas em quatro tipos: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. As florestas protetoras tinham como objetivo conservar os regimes de águas, evitar erosão, fixar dunas, assegurar a salubridade pública, proteger sítios, fronteiras e espécimes da fauna. As florestas remanescentes eram aquelas declaradas pelo Poder Público, visando a criação de parques, inclusive pequenos bosques de uso público e reservas de proteção biológica ou estética. Já as florestas modelo e de rendimento eram aquelas que poderiam ser submetidas a manejo os recursos naturais, visando o extrativismo da madeira e onde se figura a atual categoria Floresta Nacional.

No curto espaço de tempo, entre os anos 1934 a 1937, grande parte dos instrumentos legais que dariam suporte para a efetiva criação de áreas protegidas no Brasil foram estabelecidos (MEDEIROS, 2006). Entretanto para Medeiros (2005), o Brasil foi um dos países que mais tardiamente sucumbiu à onda internacional de criação de áreas naturais protegidas após a iniciativa americana, em 1872⁵, constituindo, de fato, sua primeira área protegida apenas em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro. Assim, pode-se dizer que a criação

⁴Neste capítulo faremos menção apenas aos espaços terrestres territorialmente demarcados. As áreas protegidas marinhas serão abordadas no capítulo 4.

⁵Motivados pela iniciativa estadunidense, vários outros países aderiram ao procedimento e iniciaram a criação de parques. Entre os primeiros estão o Canadá que o fez em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a Austrália, a África do Sul e o México em 1898, a Argentina em 1903, a Suíça em 1914, o Chile em 1926, o Equador em 1934 e, juntamente com a Venezuela, o Brasil em 1937 (MILANO, 2002).

do parque representou a materialização de longos anos de debates e mobilizações iniciadas ainda durante o período colonial e imperial, que efetivamente não se traduziram em ações concretas.

Nas décadas seguintes, apesar das profundas mudanças no sistema político brasileiro com a ascensão do regime militar, o país fez alguns investimentos no estabelecimento de instrumentos de proteção ambiental através de leis, decretos e convenções. Em 1965 um novo Código Florestal foi instituído e novas tipologias de áreas protegidas foram criadas. Além disso, houve a iniciativa de criação de novos órgãos (IBDF em 1967 e SEMA em 1973) com atribuições específicas para implementar, gerir e fiscalizar as áreas protegidas em plena expansão pelo território nacional (MEDEIROS, 2006).

Outro grande marco na história da criação de áreas protegidas foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Nela oficializou-se a noção de desenvolvimento sustentável para indicar um novo paradigma de desenvolvimento, através do pressuposto da satisfação das necessidades das gerações presentes sem o comprometimento das gerações futuras de se satisfazerem.

Principalmente após a Rio-92, uma série de projetos de conservação e desenvolvimento passaram a ser executados em unidades de conservação na esteira do desenvolvimento sustentável, envolvendo ONGs ambientalistas. O debate em torno da relação entre desenvolvimento e conservação, fortalecido na Rio-92, refletiu nas diretrizes para a implantação de unidades de conservação sob a perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais (TEIXEIRA, 2005).

No entanto, a criação de novas áreas protegidas, a proliferação de instrumentos de gestão, decretos e novas tipologias tiveram como uma das consequências a criação de um sistema pouco articulado e redundante (MEDEIROS, 2006) e a propagação de “parques de papel”, isto é, unidades criadas apenas virtualmente, mas sem ações efetivas de implantação e gestão (BRITO, 2000). Além disso, para Medeiros (2006), as áreas protegidas enfrentavam diversos problemas de gestão, pois não existia um órgão ambiental e legislações específicas sobre a criação, implantação e gestão dessas áreas. Segundo o autor, as responsabilidades de execução, fiscalização e gestão das áreas protegidas pertenciam a diferentes órgãos, além das diversas tipologias criadas por legislações distintas, que inclusive, em alguns casos eram sobrepostas.

Além disso, tanto no cenário nacional como internacional, a importância atribuída à conservação da biodiversidade⁶ como um dos objetivos dos parques nacionais, reforçou a ideia de que a presença humana nessas áreas deveria ser permitida apenas em situações restritas. Em realidade, segundo Sarkar (1999), John Muir - naturalista e uma das figuras fundadoras do mito da natureza selvagem nos Estados Unidos, aceitava a presença de indígenas nos parques nacionais, por entender que estas populações alteravam pouco a paisagem selvagem. O que ocorreu, no entanto, foi que a criação de parques nacionais não se deu dessa maneira⁷. Como relembra Brito (2000), na primeira Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural, realizada em Londres em 1993, ficou definido que o uso sustentável dos recursos naturais e a permanência de seres humanos, na condição de moradores não caberia aos Parques Nacionais.

Dessa maneira, utilizando a categoria parque, tal como as convenções internacionais determinavam, é possível verificar que muitos deles foram criados onde já havia ocupações humanas anteriores, que em muitos casos foram removidas e tiveram de abandonar seus espaços tradicionalmente ocupados. Frequentemente as restrições de uso se deram sem explicações e compensações e os gestores dessas áreas não levaram em conta os conflitos sociais e culturais que sua criação causou (BENSUSAN, 2006; BRITO, 2000).

Assim, emergem-se os conflitos ambientais em decorrência do estabelecimento de áreas protegidas, restritas ao uso e ocupação humana. Muitas das áreas consideradas ideais para essa transformação eram habitadas por populações que estavam à margem do modelo urbano-industrial que emergia. Tratavam-se, na maioria dos casos, de povos e comunidades que tradicionalmente ocupavam aqueles espaços, desenvolvendo modos singulares de uso e apropriação da natureza, com poucos impactos sobre ela.

⁶Segundo Brito (2000) durante as décadas de 1970 e 1980 a preocupação da comunidade internacional com a rápida perda da biodiversidade, principalmente nos trópicos, fez com que se expandissem o estabelecimento de áreas naturais protegidas. De acordo com a autora, cerca de 1.300 novos parques foram criados, principalmente nos países em desenvolvimento.

⁷O Parque Nacional de Yellowstone, por exemplo, foi estabelecido com o intuito de preservar suas belas paisagens “virgens” e “intocadas” para as futuras gerações. Em seu ato de criação, o Congresso dos Estados Unidos determinou que o espaço fosse reservado e proibido de ser ocupado. O ser humano seria ali um visitante, nunca um morador (BENSUSAN, 2006).

1.2 CONFLITOS PELO USO E ACESSO AOS BENS NATURAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS

No final do século XIX e durante todo o século XX diversas áreas foram destinadas para a criação de espaços naturais protegidos. Com base nas proposições de convenções internacionais, de que para haver de fato a preservação ambiental era necessário restringir a ocupação humana e o uso dos bens naturais, muitas comunidades tiveram de abandonar suas terras e atividades. Diversos autores (ARRUDA, 1999; BRITO, 2000; BENSUSAN, 2006; DIEGUES, 1993) enfatizam que a transferência de moradores, frequentemente de maneira forçada, com o intuito de criar áreas “desabitadas” para serem parques nacionais gerou inúmeros problemas de ordem social, ambiental, econômica e cultural, assumindo ao longo do tempo proporções significativas.

A própria criação do Parque Nacional de Yellowstone gerou conflitos para as populações locais. Neste caso tratavam-se de povos indígenas como os *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-bannok* que foram desalojados para o estabelecimento do parque. Essa estratégia aparentemente simples revelou rapidamente sua face complexa: cinco anos depois da criação de Yellowstone os *Shoshone* entraram em confronto com as autoridades do parque, resultando em um saldo de 300 mortes (BENSUSAN, 2006; COLCHESTER, 2000; DIEGUES, 1993).

Entretanto, os conflitos pelo uso e acesso aos recursos naturais envolvendo espaços territorialmente delimitados já existiam⁸ muito antes do marco moderno da estratégia de criação de áreas protegidas, o Parque Nacional Yellowstone nos EUA, em 1872. Contudo, após a estratégia norte-americana e a difusão dos parques nacionais na África, Ásia e América Latina nas primeiras décadas do século XX, os conflitos envolvendo populações residentes começaram a se agravar (DIEGUES, 2002).

⁸Na obra que revolucionou a historiografia inglesa do século XX, por exemplo, Edward Thompson (1997), narra a história da Lei Negra de Waltham de 1723 – um relato clássico de conflito em torno de áreas naturais protegidas, que serviam como reservas reais de caça. Reservas de caça, bosques e florestas sagradas eram muito comuns entre as culturas antigas da Ásia e Oriente, assim como era muito comum na Europa medieval a proteção de determinados recursos naturais.

De acordo com Arruda (1999) o que aconteceu nos países em desenvolvimento após o estabelecimento de parques nacionais foi um conjunto de consequências indesejáveis, como o agravamento das condições de vida das populações locais, o êxodo dessas populações para as periferias da cidade, a restrição de continuarem com seus modos de vida, e sobretudo a discriminação de sua identidade sociocultural. Assim, as estratégias de conservação acabaram por desenvolver uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo como o substituto dos antigos grileiros. Como consequência, muitas comunidades passaram a desenvolver práticas predatórias do ambiente como único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência.

Dessa maneira é generalizado os conflitos e os problemas envolvendo populações humanas e áreas protegidas por conta de reassentamentos forçados ou mal sucedidos. Nesse universo inúmeros são os relatos⁹ de comunidades que perderam a base de sua reprodução social e se viram marginalizadas, perdendo valores, crenças e vidas. Muitos são os casos, inclusive, de populações que passaram fome, levando ao colapso total de sua sociedade.

Esse é o caso, por exemplo, da expulsão do povo *Ik* para a criação do Parque Nacional de Kidepo, em Uganda. De acordo com Bensusan (2006) e Colchester (2000), obrigados a ocupar terras com diferentes características das quais estavam habituados, e praticar técnicas distintas de agricultura, os *Iks* passaram por períodos prolongados de fome, que levaram ao seu colapso. As tradições de compartilhamento da comida desapareceram e os *Ik* foram adiando a morte por fome, através da mendicância e prostituição.

No Brasil, sintetiza Bensusan (2006), há casos de realocação e expulsão forçada de populações e conflitos para a implantação de áreas protegidas, como na Estação Ecológica de Anavilhanas, na Amazônia. Há também, inúmeros casos de populações que habitavam áreas protegidas durante anos sem sequer saber que o local era protegido, até que, em determinado momento, o poder público decidiu reassentá-los ou restringir o uso dos bens naturais.

Dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 1970 houve um crescimento

⁹Não é o caso aqui relatar os inúmeros estudos de caso que falam da transferência forçada ou mal sucedida de comunidades para a criação de espaços protegidos. Além dos casos emblemáticos abordados neste capítulo, para quem deseja se aprofundar recomendamos as publicações do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB).

extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas, produzindo, segundo Little (2002), um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais de povos e comunidades tradicionais.

Talvez o caso mais estudado, inclusive nos dias atuais, seja a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, no Vale do Ribeira, São Paulo. Foi criada em 1986 após um longo processo de mobilização da opinião pública, que reagiu contra a instalação de usinas nucleares e loteamentos na região. De acordo com estudos realizados (MONTEIRO, 2002; NUNES, 2003), a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) prometera para os moradores locais a criação de um santuário ecológico, que iria ajudar a comunidade a melhorar de vida. Ao contrário do que a comunidade esperava, o estabelecimento da unidade trouxe inúmeros problemas. Os moradores que não aceitaram a realocação sofreram e ainda sofrem com as profundas alterações na organização social, política, econômica, cultural de suas famílias. Estes estudos ainda apontam que houve drásticas mudanças nas relações de confiança, de cooperação e de reciprocidade.

A partir da década de 1970 as comunidades começaram a se organizar e, em muitos casos, resistir à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais (DIEGUES, 1993). Neste caso, explica Arruda (1999), suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente eram reconhecidas. Ao invés disso, passava a ocorrer a “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades, como a caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc.

Paralelamente a esses acontecimentos, eram realizadas desde a década de 1930, sobretudo nos países do norte, convenções e conferências¹⁰ com o objetivo de discutir as estratégias de conservação da biodiversidade, unificar conceitos, bem como, incentivar e pressionar os países do sul a estabelecer espaços naturais protegidos. Mas foi apenas na década de 1970 que a comunidade internacional, vendo especialmente na África os conflitos de populações desalojadas pela

¹⁰ Brito (2000) faz um levantamento de todas as convenções e conferências internacionais voltadas para a discussão das estratégias de estabelecimento de áreas protegidas.

implantação de áreas protegidas, começou a dar ênfase para os crescentes conflitos que envolviam comunidades em torno de tais áreas. Nesse universo, foi lançado o Man and the Biosphere Programme da Unesco, cujos objetivos eram encorajar o desenvolvimento com equilíbrio, nas relações entre homem e natureza (BRITO, 2000).

Durante o II Congresso Mundial de Parques Nacionais em Yellowstone em 1972 foram discutidos e reconhecidos que as comunidades humanas que viviam no interior das áreas protegidas possuíam características culturais específicas que faziam parte desses ecossistemas. Começava então a ser incorporada a realidade da ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas (BRITO, 2000). No Brasil, a discussão mais visível dessas populações começou após a ditadura, quando foram estabelecidas garantias de visibilidade no espaço público (ACSELRAD, 2004).

O cenário pós 1988, as discussões internacionais sobre as consequências do estabelecimento de áreas protegidas sobre as populações humanas, aliadas aos movimentos socioambientalistas e a desorganização que sofriam a maiorias das áreas protegidas do país, culminaram num intenso debate para a criação de um sistema que integrasse as tipologias existentes e minimizasse os conflitos e problemas latentes.

1.3 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DEBATES, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

A fim de contornar problemas sociais, ambientais e técnicos presentes em muitas áreas protegidas do Brasil, assim como regulamentar o artigo 225 da Constituição Federal e estabelecer critérios e normas para a criação, implementação e gestão de algumas tipologias de áreas protegidas, foi instituído em 2000, após anos¹¹ de sucessivos debates e inúmeras alterações do texto original, o Sistema

¹¹Como relembra Jorge-Pádua (2011, p.23-24): “o primeiro planejamento do sistema de unidades de conservação para o país foi efetuado nos anos 1970 pelo então IBDF, com o apoio da organização não governamental Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, tendo sido aprovado pelo governo e publicado oficialmente em 1979. Chamava-se “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” (...) “Em julho de 1988 o IBDF e a SEMA, assinaram um protocolo de intenções com a organização não governamental Fundação Pró Natureza (FUNATURA), para que a

Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC (Lei Nº 9.985/00). Antes de mencionar os avanços desse sistema na inclusão e participação social das comunidades tradicionais é preciso fazer algumas considerações.

Desde as primeiras críticas sobre a destruição do meio ambiente houve uma gradual mudança da visão utilitarista da natureza do Período Colonial e Imperial, passando ora por uma visão conservacionista romântica de alguns intelectuais da época, conservacionista pragmática com a ideia de proteger os recursos ecossistêmicos, até chegar a discussão sobre a inclusão das populações tradicionais no manejo e gestão das áreas protegidas.

Nesse longo período nascem e se consolidam duas vertentes do movimento ambientalista de particular importância para os territórios sociais do Brasil - o preservacionismo e o socioambientalismo (LITTLE, 2002). Juntas essas duas correntes travam uma intensa discussão acerca da relação entre conservação da biodiversidade e populações locais, que se manifesta nos longos anos em que o projeto do SNUC esteve tramitando no congresso.

O preservacionismo surgiu no século XIX paralelamente nos Estados Unidos e Grã Bretanha. Foi nele onde a noção de preservação da natureza em seu estado selvagem e intocado conseguiu se estabelecer com mais força. O estabelecimento de áreas protegidas com a finalidade de preservação dos espaços selvagens com grandes e extensas áreas naturais sem população deu a essa vertente do ambientalismo uma clara dimensão territorial, na qual o valor da apreciação da natureza no seu estado “intocado” foi consagrado (LITTLE, 2002).

Partindo desse pressuposto, é consenso entre muitos preservacionistas que a gestão compartilhada dos recursos naturais perde sua eficiência quando confrontado com os direitos de propriedade ou uso costumeiro da terra. Miguel Milano (2002), por exemplo, considera que as medidas de exclusão ou restrição de populações humanas no interior de certas categorias de manejo, como os parques,

mesma executasse a “revisão e atualização conceitual do conjunto de categorias de unidades de conservação, incluindo a elaboração de um Anteprojeto de Lei, para dar o suporte legal ao Sistema”. (...) o resultado do trabalho foi publicado em 1989 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, Aspectos Conceituais e Legais) pelo IBAMA e FUNATURA, contendo inclusive e, o mais importante, duas versões de Anteprojetos de Lei para que o sistema tivesse, entre outras necessidades, a base legal suficiente. Estes Anteprojetos de Lei, prontos e publicados em 1989, resultaram, após uma longa e demorada discussão tanto no Executivo e ainda com análise e aprovação de uma minuta pelo CONAMA, como no Legislativo, que realizou diversas consultas públicas, produzindo enormes modificações na nossa já conhecida lei do SNUC, Lei 9.985 de 19 de julho de 2000”.

são essenciais para garantir a proteção da biodiversidade. Para este autor, que assessorou na elaboração do anteprojeto lei do SNUC, a essência da conservação da natureza é a defesa desta em relação às atitudes humanas, majoritariamente destrutivas.

Diferentemente, socioambientalistas como Diegues (2004) partem do pressuposto de que na cosmologia indígena, a "natureza" e outros conceitos como "ecossistema", tal como a ciência ocidental entende, não são um domínio autônomo e independente, mas fazem parte de um conjunto de interrelações. Ainda que em graus e qualificações distintas, o que foi explicitado para as populações tradicionais indígenas vale também para as não indígenas, como as ribeirinhas amazônicas, caiçaras e outras sobre as quais a influência da cultura indígena é importante.

Além disso, o movimento socioambientalista se insere em um contexto maior de preservação do meio ambiente. A sustentabilidade para os socioambientalistas não é apenas para os ecossistemas, espécies e processos ecológicos, mas também para os aspectos sociais e culturais de coletividades específicas, como os povos e comunidades tradicionais. Nesse universo, a emergência do movimento está baseada no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só funcionariam com eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios ambientais (SANTILLI, 2005).

O socioambientalismo foi um movimento que nasceu na segunda metade dos anos 1980 a partir das articulações políticas entre os movimentos sociais e ambientalistas, no contexto da redemocratização do país. Assim, o surgimento do socioambientalismo pode ser identificado como o processo histórico de redemocratização do país, iniciado com o fim do regime militar e consolidado com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização de eleições presidenciais diretas em 1989. Fortaleceu-se, como o ambientalismo em geral nos anos 1990, principalmente depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, quando os conceitos socioambientais passaram claramente a influenciar a edição de normas legais (SANTILLI, 2005).

A luz destas considerações uma das principais críticas dos socioambientalistas era de que o modelo de conservação vigente no país era feito de forma autoritária. Para Arruda (1999), as áreas protegidas estavam sujeitas a um

regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidiam as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulavam e executavam os respectivos planos de manejo. As pessoas que viviam no interior ou no entorno das áreas não costumavam participar destas decisões, pois elas na maioria das vezes eram mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que pudessem interferir na criação da unidade.

Nos longos anos em que o projeto do SNUC esteve tramitando no Congresso um dos pontos mais polêmicos das discussões era justamente a questão das comunidades tradicionais e a sua participação no processo de criação, implantação e gestão das áreas protegidas, já neste caso sob a denominação de Unidades de Conservação (UC).

Na primeira versão do anteprojeto do SNUC, elaborado pela FUNATURA através da assessoria de especialistas com formação em engenharia florestal como Miguel Milano, e militares como Ibsen Câmara, sob a coordenação geral de Maria Tereza Jorge Pádua, predominou a concepção de conservação¹² essencialmente tradicional da corrente preservacionista. Segundo Mercadante (2001), embora incluindo categorias de uso sustentável como a Reserva Extrativista¹³ e a Área de Proteção Ambiental, a proposta original não fazia nenhuma menção às populações tradicionais ou à conservação em áreas mais densamente ocupadas.

Nos anos de 1993 e 1994 quando o relator, deputado Fábio Feldmann, analisou o projeto e apresentou um substitutivo, introduziu modificações significativas no texto original, dando início na polêmica centrada na questão das comunidades tradicionais. Porém ao término de sua legislatura o deputado acabou recuando em relação às propostas que vinha defendendo e entregou um texto muito

¹²Não é à toa que a primeira versão do anteprojeto do SNUC tinha um caráter essencialmente preservacionista. Ibsen Câmara e Miguel Milano, junto com mais 10 renomados cientistas, publicam um ano após a aprovação do SNUC o trabalho intitulado “Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das ‘populações tradicionais’ à Mata Atlântica”, onde trazem estudos de caso, laudos técnicos e científicos que comprovam a agressão de comunidades tradicionais com a natureza.

¹³De acordo com Santilli (2005) a proposta de criação de Reservas Extrativistas foi desenvolvida pelo movimento social dos seringueiros, visando promover o casamento entre conservação ambiental e reforma agrária. Ela passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente justo, sendo regulamentada em 1990 pelo Decreto 98.897. Segundo Mercadante (2001), houve resistência da categoria no anteprojeto do SNUC. Segundo o autor, e a própria Maria Tereza Jorge Pádua (2011, p. 27): “Reserva Extrativista não passa de um instrumento de reforma agrária. Em assim sendo não deveria ser considerada uma unidade de conservação”.

próximo da proposta original. Em 1995 assume como relator o deputado Fernando Gabeira, que resgatou a proposta mais avançada de Feldmann e acrescentou várias propostas novas, como resultado de consultas públicas que vinha fazendo. Nesse universo, aprofundam-se as divergências, acirrando ainda mais o debate entre as vertentes socioambientalista e preservacionista (MERCADANTE, 2001; MEDEIROS, 2005).

Na defesa de suas posições sobre a forma e os critérios de proteção da natureza essas duas vertentes realizam encontros para mobilizar a opinião pública. Em 1996, por exemplo, foram realizados eventos importantes como o workshop organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) para analisar experiências concretas de conservação envolvendo populações tradicionais, que contou com a presença, além de renomados especialistas, dos Deputados Fernando Gabeira e Fábio Feldmann. Neste ano foi também constituída a Rede Nacional Pró Unidades de Conservação (de Uso Indireto), reunindo ONGs preservacionistas contrários ao substitutivo de Gabeira. A Rede Pró-UC foi organizada para defender o modelo tradicional de UC e, conseqüentemente, combater as inovações propostas pelo relator. No ano seguinte, a Rede Pró-UC realizou, em Curitiba, o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, concebido e organizado com o claro propósito de promover a concepção tradicional de UC e atacar o Substitutivo do deputado Fernando Gabeira (MERCADANTE, 2001).

Após inúmeras reuniões técnicas, concorridas audiências públicas, versões e modificações do texto original, o projeto foi aprovado no Congresso em 2000, ainda com alguns dispositivos vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, como a definição de populações tradicionais¹⁴. Como forma de contemplar as distintas posições e estratégias, ficou definido em seu texto final a criação de 12 categorias de Unidades de Conservação, reunidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Nas Unidades de Proteção Integral são admitidos apenas o uso indireto dos recursos naturais, isto é, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou

¹⁴De acordo com Mercadante (2001), para conseguir a aprovação do projeto foi necessário negociar o veto Presidencial a alguns dispositivos, dentre eles a questão da definição de população tradicional. Segundo o autor, para os preservacionistas, a definição sempre foi demasiadamente abrangente. Justificou-se o veto dizendo que o conteúdo da disposição era tão abrangente que nela caberia toda a população do Brasil, e que, alcançaria praticamente toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais. Entretanto, foi decisivo para o veto a oposição dos próprios seringueiros da Amazônia, representados no Senado por Marina Silva, para quem a definição era excessivamente restritiva.

destruição dos recursos. Neste grupo inseriram-se as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já nas Unidades de Uso Sustentável, que permitem o uso direto dos recursos naturais, ficaram as categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (SNUC, 2000, Art. 7 § 1º; Art. 8; Art. 14).

Para Mercadante (2001), em maior extensão, uma visão mais preservacionista acabou prevalecendo no texto final do SNUC, ainda que para os preservacionistas mais extremos fosse melhor não aprovar projeto nenhum do que transformar em lei o texto aprovado na Câmara. Para os socioambientalistas, mesmo reconhecendo que o texto aprovado na Câmara estava muito aquém do ideal, ainda representava um avanço e merecia ser aprovado.

Esses avanços dizem respeito principalmente à visibilidade das populações locais e tradicionais e sua inclusão na criação, implementação e gestão das UC. Assim é que o SNUC prevê, entre os seus objetivos, “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”, e entre as suas diretrizes estabelece que se “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” e se “garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (SNUC, 2000, Art 4, XIII; Art 5, III e X).

A participação popular no contexto das UC foi estabelecida por meio de diversos processos. A começar pelo Art. 22º parágrafo 2º, o SNUC prevê que a participação ocorra anteriormente ao ato da criação da área a ser protegida, através de consultas públicas¹⁵ com ampla participação dos setores envolvidos na definição da localização, dimensão e limites da UC, e de debates sobre a categoria a ser adotada. Posteriormente, segundo o Art. 27º, cada UC deve dispor de um Plano de Manejo que idealmente, segundo Rodrigues (2005), deve resultar de um processo

¹⁵Entretanto, conforme o parágrafo 2º do Art. 22, na criação de Estações Ecológicas e Reservas Biológicas não são obrigatórias consultas públicas.

em que haja participação de diversos segmentos da sociedade como cientistas, representantes da comunidade local e de outros grupos interessados.

Finalmente o SNUC prescreve que cada unidade deve dispor de um Conselho. No caso de Unidades de Proteção Integral e as Florestas Nacionais, esse conselho deve ser consultivo, presidido por um órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, proprietários de terra quando for o caso e representantes de populações tradicionais caso nela residam, sempre que possível, paritário, considerando as peculiaridades regionais (SNUC, 2000, Art. 17 e 29). Já Unidades de Uso Sustentável como as Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas da Biosfera, o conselho, e assim como o plano de manejo para as duas primeiras categorias, deve ser feito de forma deliberativa, presidida pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área (SNUC, 2000, Art. 18 § 2º e § 5º; Art. 20 § 4º e § 5º; Art. 40).

Além da instituição de espaços públicos e participativos para tomada de decisão, ressalta Medeiros (2005) que a criação das Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) representam um importante avanço na concepção de áreas protegidas no Brasil. Segundo o autor, elas incorporam concretamente aos objetivos da conservação ações de inclusão social e econômica das populações diretamente afetadas. Posto isto, é um modelo que contribui efetivamente na redução de um dos principais obstáculos ao funcionamento das áreas protegidas: os conflitos ambientais.

Nesse sentido, Santilli (2005) coloca que apesar de terem sido excluídas do sistema duas importantes UC socioambientais – as terras indígenas e as de quilombolas, pode-se dizer que o conceito de bens socioambientais está presente e consolidado em todo o SNUC. A criação das RESEX e das RDS foi norteadas justamente pelo reconhecimento, pelo ordenamento jurídico, da essencialidade do território para as populações tradicionais e de sua importância para a própria construção da identidade coletiva dos mesmos. Outro paradigma conquistado é a articulação entre meio ambiente e democracia, isto é, a participação das populações locais na criação, na implantação e na gestão das unidades de conservação.

Posteriormente, em 2006, acontece outro marco, embora polêmico, para a história das áreas protegidas do Brasil. Sob a Lei Nº 11.516/2007 o IBAMA foi

desmembrado e criou-se um órgão especificamente para tratar das UC. Esse órgão foi denominado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Apesar de sua criação ser marcada por fortes críticas e greve dos servidores do IBAMA, o nome que levou o órgão, Chico Mendes, inspirado na luta socioambiental do seringueiro da Amazônia, reforçou a ideia de que entrava em vigor na gestão pública uma nova concepção de UC no Brasil.

A nosso ver, essa mudança significou, dentre outros aspectos, o rompimento da lógica conservacionista vigente desde a época do IBDF (1967-1989) e mantida pelo IBAMA até 2007. Logo após sua criação iniciou-se o processo de modelagem institucional do órgão, um planejamento estratégico onde ficou definido que a missão do Instituto seria “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. Nessa perspectiva, o órgão propôs um conjunto de objetivos estratégicos, conhecido como “mapa estratégico” para cumprir sua missão. O compromisso com a questão socioambiental permeia aspectos como a garantia do território e promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais, a gestão dos conflitos, e gestão participativa das UCs, entre outros.

Sob a Portaria Nº 528/09, o ICMBio cria a Academia Nacional de Biodiversidade, ACADEBIO, um espaço voltado para a capacitação de técnicos, onde são desenvolvidas diretrizes, instrumentos e metodologias para a elaboração e monitoramento de ações de educação ambiental, mediação de conflitos entre outros aspectos necessários para a gestão ambiental em espaços de vulnerabilidade socioambiental. Pode-se dizer então, ao menos no que diz respeito aos seus documentos norteadores, que o ICMBio vem assumindo o compromisso de construir mecanismos de diálogo com a sociedade¹⁶.

Mas após todos esses avanços na legislação para a inclusão e participação popular por que ainda são vistos casos de conflitos ambientais em decorrência da não participação das comunidades locais na criação e gestão das UC? A esse respeito, pode-se dizer que ao passo que as leis são criadas de maneira objetiva, sua interpretação, por indivíduos com diferentes percepções da realidade, ocorre de

¹⁶Em publicações recentes são levantadas as contribuições do ICMBio para a participação social nas unidades de conservação (MENDONÇA *et al.*, 2014), e o caso positivo da gestão de uma UC do litoral paranaense (QUADROS, *et al.*, 2016) - reflexos da nova concepção e do papel dos gestores.

maneira subjetiva. Não é raro, portanto, que tomadores de decisão considerem reuniões técnicas, feitas através de linguagens técnico-científicas, como espaços de consulta e debate com a comunidade, ou ainda considerem consultas públicas aquelas realizadas longe das comunidades, em horários inapropriados para a participação de seus membros. Sem dúvida, esses fatores restringem a plena participação da população local nos processos decisórios, gerando, por conseguinte, enormes conflitos e dificuldades para a implantação e gestão das UC. Também é digno de nota que por trás de qualquer gestão há sempre uma ideologia, logo, o modelo de gestão em operação depende de quem está ocupando os cargos de comando. Por exemplo, em tempos recentes operou uma visão socioambiental enquanto a Ministra Marina Silva estava à frente, mas após a sua saída, novos arranjos foram sendo construídos e hoje quem ocupa o cargo de diretor de criação e manejo de Unidades de Conservação no ICMBio é Sérgio Brant, servidos público desde os tempos do IBDF e notavelmente de inclinação conservacionista *stricto sensu*.

1.4 O ESTUDO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS E A CONTRIBUIÇÃO DA ECOLOGIA POLÍTICA

Curiosamente, ao passo que identificamos os conflitos ambientais desde muito tempo, seu estudo é relativamente recente, sendo incorporado aos temas principais de pesquisa apenas de algumas décadas para o presente. De acordo com Vargas (2007, p.192):

A literatura em português é escassa, existindo alguns autores que enfatizam uma abordagem mais sociológica dos conflitos (NASCIMENTO, 2001), outros utilizam a visão da Ecologia Política para trabalhar a temática (ASCELRAD, 2001; FARIA, 1999; FUKS, 1998; LITTLE, 2001), e outros ainda, introduzem o tema no contexto da história dos movimentos ambientalistas (ALONSO e COSTA, 2002). Barbani Jr (2002) faz um esforço mais analítico, estabelecendo algumas categorias de classificação baseado em arquétipos sociológicos para depois particularizar no caso dos conflitos sócio-ambientais¹⁷.

¹⁷Já Fleury (2010) analisa as contribuições de abordagens sociológicas contemporâneas, o perspectivismo ameríndio e o pós-colonialismo, para a construção dos conflitos ambientais como objeto epistêmico; e Zhouri e Laschefski (2010) abordam os conflitos sob a ótica do desenvolvimento.

Vargas (2007) também observa uma relação frágil entre teoria, pesquisa e prática, e muita imprecisão nos conceitos. Segundo a autora, são poucas as sínteses do estado da arte, o que explica que existem poucas resenhas bibliográficas sobre a produção acadêmica ou profissional da área e poucos livros ou artigos que introduzam o tema desde um ponto de vista teórico. A literatura, em sua grande maioria, é do tipo técnico, onde são expostos métodos e casos de conflitos, sem que estes sejam explicitamente referidos às matrizes teórico-conceituais de onde partes os métodos utilizados e as visões sobre os casos estudados. Além disso, de acordo com Vargas (2007) e Martins (2012), os estudos empreendidos até o momento não foram eficazes em produzir uma agenda de pesquisas comum e integrada voltada para a formulação de princípios teóricos e pressupostos epistemológicos capazes de homogeneizar conceitos e ancorar os estudos empíricos na área.

No que se refere aos estudos de conflitos ambientais em torno de UC pouco se têm trabalhado em uma perspectiva teórico-metodológica para o estudo desses conflitos, sendo praticamente inexistente na literatura brasileira esforços no sentido de propor marcos teóricos e metodológicos para o estudo e a compreensão dos conflitos ambientais envolvendo comunidades tradicionais e UC.

Martins (2012) caracteriza os estudos de conflitos ambientais em torno de UC em dois grandes grupos. O primeiro desses grupos, significativamente menos denso em volume de publicações, é composto por cientistas sociais que têm como particularidade a condução de pesquisas com viés propositivo. Os pesquisadores desse grupo empreendem análises teóricas consistentes, quase sempre conectadas a estudos de caso específicos, para investigar os problemas e limites dos pressupostos teóricos e práticas de gestão tradicionais que norteiam as tomadas de decisão dentro das UC. Segundo a autora, trata-se de um contexto acadêmico híbrido composto tanto por pesquisas focadas nas unidades de conservação, mas que se valem dos conflitos ambientais como elemento explicativo central, quanto por estudos pontuais que focam na análise dos conflitos ambientais, mas não nas UC. Nesse primeiro grupo, a autora identifica linhas de pesquisa como políticas públicas e participação; populações humanas e UC; gestão territorial na Amazônia e; conservação de ecossistemas e biomas.

Já o segundo grupo é composto predominantemente por pesquisadores das ciências naturais, e engloba a imensa maioria dos trabalhos sobre unidades de conservação. Nesse grupo o tema dos conflitos ambientais incide de forma tangencial ou indireta, figurando como um dos componentes explicativos dos processos de gestão e manejo territorial, mas não como uma chave de análise para compreensão da realidade social e espacial das UC. No geral, predominam estudos técnicos e análises descritivas. Os pressupostos epistemológicos que norteiam essas pesquisas, em sua grande maioria, fazem referência a princípios da ecologia e biologia da conservação, quase sempre ligados às noções de ecossistemas e biodiversidade. As análises aparecem dispersas e sem diálogo entre si. Como consequência, o panorama geral da produção bibliográfica desse grupo se apresenta frágil e insuficiente em densidade teórica (MARTINS, 2012).

De acordo com Martins (2012) apesar do acervo bibliográfico expressivo, a produção acadêmica revelou-se deficitária, superficial e frágil para acompanhar a complexidade social e espacial que se manifesta diante de um contexto empírico de crescentes tensões e embates sociais ligados à gestão territorial e ao uso de recursos naturais em UC. As publicações são dispersas e desconexas no que se refere às orientações teóricas e matrizes epistêmicas que dão suporte às escolhas metodológicas, e em geral encontram-se isoladas e desprovidas de filiação teórico-metodológica com grupos ou linhas de pesquisa acadêmica.

No entanto a nosso ver, alguns estudos, em especial no campo da ecologia política, têm auxiliado na compreensão analítica dos conflitos ambientais. A ecologia política é um campo que estuda os conflitos ecológicos distributivos ou conflitos socioambientais sob diferentes olhares¹⁸.

Introduzida em 1957 por Bertrand de Jouvenel e, posteriormente aprofundada pelo antropólogo Eric Wolf, a expressão “ecologia política” é utilizada para demarcar um campo de lutas, estudos e práticas em construção (MARTINEZ-ALIER, 2007). Após o surgimento dos problemas ambientais com abrangência internacional emergiram nos anos 1960 diversos movimentos sociais questionando a

¹⁸Os estudos dos conflitos na ecologia política são bastante abrangentes, envolvendo desde aqueles centrados na questão da saúde (FIRPO-PORTO, 2007), como também estudos sob a ótica da economia ecológica (MARTINEZ-ALIER, 2007). Ainda, a ecologia política tem servido como base teórica para o movimento de justiça ambiental ao analisar os conflitos a partir das desigualdades decorrentes de processos econômicos e sociais, que acabam por concentrar as principais cargas do desenvolvimento sobre as populações mais pobres, discriminadas e socialmente excluídas (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007).

crescente alienação da moderna sociedade industrial em relação à natureza. A crítica ambiental não somente ganhou relevância na política internacional, como também influenciou debates epistemológicos no campo da ciência (ZHOURI *et al.*, 2005).

Entre as abordagens elaboradas em diversas áreas do conhecimento que se esforçam em recuperar a imbricação entre natureza e cultura, destaca-se a ecologia política, que se fortaleceu, de acordo com Firpo Porto e Martinez Alier (2007) a partir dos anos 1980 pela crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais, e partir de estudos de caso locais pela geografia¹⁹ e antropologia rural, mais especificamente (MARTINEZ-ALIER, 2007).

No entanto, o campo da ecologia política se movimentou para além das situações rurais locais (MARTINEZ-ALIER, 2007). Para Little (2006) nos últimos 20 anos²⁰ a ecologia política emergiu como um novo campo de pesquisa que combina o foco da ecologia humana nas interrelações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos, com conceitos da economia política que analisa as relações estruturais de poder entre essas sociedades. O foco nos grupos sociais invariavelmente levantou o tema das práticas ambientais em conflito de tal forma que a análise dos conflitos ambientais se tornou um elemento central da ecologia política.

Construindo seu campo de estudo e ação política no encontro e a contracorrente de diversas disciplinas, pensamentos, éticas, comportamentos e movimentos sociais, a ecologia política dá corpo a novas áreas do conhecimento como o direito ambiental, a antropologia das relações cultura-natureza e a ética política (LEFF, 2003). Como afirma Leff (2006) a ecologia política se constitui em um campo teórico prático que ainda está em fundação, é a construção de um novo

¹⁹De acordo com Martinez Alier (2007) uma ecologia política mais atenta aos conflitos começou na década de 1980 com as investigações rurais desenvolvidas a cargos de geógrafos, que estudavam as mutáveis relações existentes entre as estruturas sociais e a utilização do meio ambiente, levando em consideração não apenas as divisões de classe e poder, mas também a divisão do trabalho e do conhecimento.

²⁰A partir da década de 1970 passou-se a questionar a estrutura teórica em que a ecologia estava ancorada. Scoones (1999) fala da mudança de paradigma da ciência ecológica e denomina essa mudança de “nova ecologia”. Nova ecologia significa, dentre outras coisas, uma nova forma de entender a interação das ciências naturais com as ciências sociais, isto é, o entendimento de que os sistemas sociais e ecológicos não podem mais ser tratados como separados ou independentes (SCOONES, 1999). De acordo com Scoones (1999) a maior contribuição que a nova ecologia trouxe para o debate sobre sustentabilidade diz respeito a possibilidade do diálogo entre o conhecimento científico e popular. Dessa forma, a nova ecologia constitui-se em uma ciência próxima da realidade dos indivíduos que se relacionam diretamente com a natureza.

campo do pensamento crítico e da ação política e faz uma indagação sobre as mudanças mais recentes da condição existencial humana. É um campo que “ainda não adquiriu nome próprio”, portanto, toma emprestado conceitos e termos provenientes de outras disciplinas para nomear os conflitos decorrentes da distribuição desigual e as estratégias de apropriação dos bens naturais. Dessa forma:

por ello se le designa con préstamos metafóricos de conceptos y términos provenientes de otras disciplinas para ir nombrando los conflictos derivados de la distribución desigual y las estrategias de apropiación de los recursos ecológicos, los bienes naturales y los servicios ambientales (LEFF, 2003, p. 19)

Lidando com distintas esferas de interação, a ecologia política assume a abordagem transdisciplinar. Entretanto, para Little (2006), na contramão de muita literatura sobre transdisciplinaridade o campo da ecologia política não elimina as diferenças entre as distintas disciplinas e pode, até, realçá-las. Segundo o autor, cada matriz disciplinar emprega seus conceitos e técnicas dentro do campo da ecologia política na procura de iluminar diferentes aspectos dos conflitos ambientais.

Para a ecologia política os conflitos ambientais ocorrem pelas disputas e controvérsias entre grupos sociais derivadas de formas distintas, e muitas vezes antagônicas, de uso e apropriação da natureza (ACSELRAD; 2004; LEFF, 2003; LITTLE, 2001; 2006). Nesse universo, a ecologia política emerge para analisar os processos de significação, valorização e apropriação da natureza que não se resolvem pela via da valorização econômica (LEFF, 2003).

Além disso, reconhecendo a complexidade em que se inserem os conflitos ambientais e a necessidade de articular as ciências naturais e sociais, a ecologia política oferece aportes, segundo Little (2006, p. 88), para “trabalhar em ambos os lados da divisa entre o mundo biofísico (“a natureza”) e o mundo social (“a cultura”)”. Assim é que o pesquisador em ecologia política:

deve mapear as principais forças biofísicas, tais como a conformação geológica de uma região, a evolução biológica da fauna e flora e os fluxos hídricos, junto com as principais atividades humanas, tais como os sistemas agrícolas, os efluentes industriais lançados ao ambiente e a infra-estrutura de transporte e comunicação instalada na região. Além de estar atento aos dois lados dessa causalidade, o pesquisador também procura identificar as realidades socioambientais que surgem das interações entre os mundos biofísico e social que só uma abordagem ecológica é preparada para enxergar (LITTLE, 2006, p.90).

Ao mesmo tempo, a ecologia política explora “con nueva luz las relaciones de poder que se entretajan entre los mundos de vida de las personas” (LEFF, 2003, p. 18). Isso significa analisar relações materiais e simbólicas presentes nas dinâmicas dos conflitos e o rompimento com a dicotomia objetivista-subjetivista²¹, que muitos estudos fazem.

Nas ciências sociais, a ecologia política impõe uma sociologia crítica, uma vez que a proposta leva em consideração a base fenomenológica ao encarar o questionamento como comunicação, no qual o sujeito que compreende deve introduzir elementos de sua subjetividade. Nas ciências naturais, ela introduz uma nova perspectiva para a análise dos processos ecológicos frente aos usos e percepções que os grupos humanos mantêm com esses sistemas.

Dessa forma, a ecologia política oferece subsídios para análise dos conflitos ambientais. Apesar de não incidir diretamente na questão dos conflitos em torno de áreas protegidas, a ecologia política constitui-se um ótimo eixo teórico-conceitual, principalmente por abordar diferentes campos disciplinares, por fugir dos padrões dicotômicos impostos pela ciência normal e por dialogar com as ciências naturais e sociais - o que para trabalhos do campo das ciências ambientais e sobretudo na complexidade em que se inserem os conflitos em torno das áreas protegidas constitui-se um diferencial.

²¹ Segundo Vargas (2007) até muito recentemente a pesquisa e a compreensão dos conflitos oscilava entre duas visões, a objetivista e a subjetivista: a primeira das quais entendia os conflitos como produto de situações estruturais da sociedade, e a segunda como produto das percepções das partes envolvidas. A autora critica essa dicotomia, pois entende que na maioria dos casos as duas situações fazem parte da dinâmica dos conflitos.

CAPITULO II – A PESQUISA PARTICIPANTE NO CONTEXTO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

E aos que até hoje perguntam, ainda: como pode ser possível e confiável uma pesquisa que se declara “participante”? Poderíamos devolver a pergunta com uma outra: e de que modo hoje pode, havendo nós chegado ao ponto que chegamos, uma pesquisa social ser útil, verdadeira e proveitosa, sem ser de um modo ou de outro participante? (Carlos Rodrigues Brandão)

A insatisfação com os métodos e as técnicas convencionais que fazem do grupo investigado objeto de pesquisa fez surgir a partir dos anos 1960 diversos projetos de investigação pautados no dialogo e na ação conjunta com camponeses, operários, indígenas e demais movimentos sociais. Essas experiências começaram a dar corpo aos estilos participativos de pesquisa na América Latina, onde a participação dos grupos populares, como o próprio nome diz, foi seu pressuposto principal para a análise de problemas sociopolíticos.

Estilos, porque como ressalta Gajardo (1987), não existe uma única maneira de definir essas estratégias, pois elas são, sobretudo, processos onde coexistem raízes distintas, teorias e metodologias diversas. No entanto, as experiências desenvolvidas produziram valiosos resultados quanto a utilização do conhecimento e da informação feita pelo movimento popular e foram incorporadas na discussões teórico-metodológicas da pesquisa participante, conhecida no Brasil.

Posto isto, dedicamos as duas primeiras partes deste capítulo para sintetizar as origens dessas estratégias, e os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa participante que nortearam a pesquisa de mestrado. Posteriormente descrevemos os caminhos metodológicos trilhados na comunidade de pesca de Matinhos, os desafios, os percursos, etc. Por fim, a partir das reflexões do trabalho realizado com a comunidade de pesca de Matinhos propomos um marco teórico e metodológico a partir da fusão de duas abordagens: a ecologia política e a pesquisa participante para o estudo dos conflitos ambientais, envolvendo comunidades locais/tradicionais e unidades de conservação.

2.1 DA INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA À PESQUISA PARTICIPANTE

Alguns estudiosos costumam rastrear uma das origens da pesquisa participante nos estudos de Kurt Lewin. Outros, e aí incluindo os praticantes mais conhecidos da pesquisa participante na América Latina²², preferem associar²³ a pesquisa aos trabalhos realizados por Karl Marx, principalmente ao redor da “enquete operária”²⁴. Partindo de uma proposição marxista, os praticantes latino-americanos reconhecem que seu procedimento é uma estratégia para o acesso de pessoas e grupos das classes populares a instrumentos confiáveis de conhecimento científico a respeito da realidade social (BRANDÃO, 2006).

O fato, segundo Brandão (1981, p.10), é que por toda parte desde a década de 1950 havia cada vez mais evidências de que alguma coisa deveria ser feita em relação aos objetivos da ciência. “Quanto mais rigorosos para com a sua ciência, tanto mais os cientistas conscientes coçavam na cabeça perguntas inquietantes que se começa ou continua a ter depois que a pesquisa afinal foi feita e tudo parece, em teoria, tão perfeito”:

Para o quê serve o conhecimento social que a minha ciência acumula com a participação do meu trabalho? Para quem, afinal? Para que usos e em nome de quem, de que poderes sobre mim e sobre aqueles a respeito de quem, o que eu conheço, diz alguma coisa? (BRANDÃO, 1981, p.10)

Nesse universo, a partir dos anos 1960 diversos projetos de investigação pautados no diálogo e na ação conjunta com grupos populares (camponeses, movimentos sociais, operários, indígenas) começaram a dar corpo aos estilos

²²Segundo Gabarrón e Landa (2006) os estilos participativos de pesquisa se desenvolveram com aspectos semelhantes também nos Estados Unidos e Europa, mas especificamente a partir do debate sobre a crise na Psicologia Social.

²³O que se entende por pesquisa participante, indaga e responde Fals Borda, “antes de tudo, não se trata do tipo conservador de pesquisa planejada por Kurt Levin” (FALS BORDA, 1981, p.43).

²⁴A “enquete operária” de 1880 tratou-se de uma investigação social sobre a situação da classe operária da França. Marx contou com a ajuda de todos os operários da cidade e do campo, pois acreditava que somente “eles podem descrever, com todo conhecimento de causa, os males que suportam, e de que só eles, e não os salvadores providenciais, podem energeticamente remediar as misérias sociais que sofrem” (MARX, 1982, p 249).

participativos de pesquisa na América Latina, onde a participação dos grupos populares, como o próprio nome diz, foi seu pressuposto principal.

Estilos, porque como ressalta Gajardo (1987), não existe uma única maneira de definir essas estratégias. Elas são, sobretudo, processos onde coexistem raízes distintas, teorias e metodologias diversas. Assim, um estilo supõe a ideia de totalidade e possibilidade histórica, atraindo enquanto tal diversas manifestações que ocorrem em um mesmo campo de atividade. Dessa maneira, não existe na América Latina uma definição única das experiências representativas de um estilo participante de pesquisa. Existem tradições de pensamento e práticas diversas que conferem alcance e significados diferentes a esse tipo de atividade.

No esforço de mapear essas estratégias Gajardo (1987)²⁵ traça suas origens²⁶ até chegar ao que se conhece hoje como pesquisa participante. Segundo a autora, reivindica-se para Paulo Freire o título de “criador” de um estilo alternativo de pesquisa e ação educativa. Por traz de tal afirmação está o conjunto de experiências que, sustentadas pela concepção conscientizadora de educação, desenvolveram-se no final da década de 1960 no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países latino-americanos, como Chile e Peru. Como na tarefa de alfabetização, eram investigados o “universo vocabular” e as “palavras geradoras” para implementar programas que permitissem aos sujeitos a tomada de consciência sobre sua situação. Esse movimento ficou conhecido como “investigação temática”.

Já na década de 1970 duas vertentes que incorporaram o tema da participação popular se manifestaram sobre um mesmo conceito, o de “investigação-ação”. Uma vertente sociológica, representada pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, e uma vertente educativa, proposta por João Bosco Pinto a partir das contribuições de Freire. As propostas encabeçadas por Fals Borda surgem como reação aos paradigmas predominantes nas ciências sociais e propõe caminhos alternativos para estudar a situação histórica e social dos setores mais pobres e atrasados da sociedade colombiana. Já a vertente educativa, sustenta sua proposta a partir do conceito de educação libertadora, entendendo-a como processos que

²⁵Marcela Gajardo (1986) analisou cerca de 40 experiências denominadas participantes, realizadas a partir dos anos 1960 em vários países latino-americanos.

²⁶Com algumas distinções, Silva (1991) também classifica as diferentes vertentes dos estilos participativos de pesquisa. As diferenças, segundo Brandão (2006), deixam claro a quase impossibilidade de se estabelecer uma listagem confiável das diversas abordagens e alternativas. Por isso mesmo, não cansaremos o leitor com duas perspectivas históricas.

tendem a recolocar o homem oprimido no centro do processo educativo (GAJARDO, 1986; 1987).

Paralelamente surge também na década de 1970 a chamada “investigação militante”, colocando no compromisso político-partidário o eixo central de sua proposta teórico-metodológica. Segundo Gajardo (1986), suas origens provêm tanto do campo das ciências sociais quanto da educação. Inicialmente utilizada por cientistas políticos venezuelanos, ela foi reeditada mais tarde pelos educadores brasileiros Miguel e Rosiska Darcy de Oliveira, que trazem os princípios da educação libertadora propostos por Freire, com o questionamento da sociologia crítica ao positivismo sociológico.

O que se conhece hoje como pesquisa participante surge conceitual e metodologicamente no final da década de 1970 e início de 1980, quando a realidade de um número importante de sociedades latino-americanas se caracterizava pela presença de regimes autoritários e modelos de desenvolvimento excludentes (GAJARDO, 1987). Para Gajardo (1986) o termo chega do norte. Ainda que tenha se popularizado na América Latina, foi criado por cientistas sociais americanos e europeus, como resultado de sua participação em programas de desenvolvimento nos países do Sul.

Para Brandão (2006) é provável que entre a Europa e os Estados Unidos, na maior parte das vezes, a pesquisa participante surgisse como instrumento oportuno à criação de novas formas de conhecimento científico da vida social. Um meio oportuno de requalificação dos relacionamentos entre os diferentes tipos de atores interativos em projetos de ação social, levando a efeito em nome da melhoria de indicadores da qualidade de vida, ou desenvolvimento comunitário ou regional.

Já na América Latina as propostas originais de pesquisa participante almejavam ir além. Almejavam chegar, segundo Brandão (2006), pelo menos até as fronteiras de uma possível construção social de alternativas ideológicas e políticas da gestão do saber, da criação de uma nova “ciência popular” e da re-educação das próprias ciências e dos cientistas, a partir escolha de uma vocação democraticamente estendida aos grupos marginalizados.

De qualquer modo, a pesquisa participante praticada nos países latino-americanos assumiu características próprias do e nos países do Sul. Ela faz parte da “tradição latino-americana” oriunda das experiências pioneiras de Orlando Fals Borda e Paulo Freire (BRANDÃO, 2006, p.19). Além disso, a pesquisa participante

foi a vertente que ficou conhecida no Brasil²⁷ e também o termo usado com mais frequência na atualidade, junto com a pesquisa-ação²⁸. Ela compartilha inúmeros pressupostos das vertentes citadas, incorporando no plano teórico e metodológico as contribuições dos autores dessas vertentes.

2.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA PARTICIPANTE

As experiências desenvolvidas a partir dos anos 1960 na América Latina produziram valiosos resultados quanto a utilização do conhecimento e da informação feita pelo movimento popular e foram incorporadas na discussões teórico-metodológicas da pesquisa participante no Brasil. Assim, para Gajardo (1987), as diferentes propostas apresentadas confluem para dar corpo a um estilo de pesquisa que vê na apropriação coletiva do saber e na produção coletiva de conhecimentos a possibilidade de efetivar o direito que os diversos grupos têm sobre a produção, o poder e a cultura.

Nessa perspectiva, a pesquisa participante se situa entre as correntes das ciências que rejeitam a neutralidade científica e os métodos e técnicas convencionais²⁹ que fazem do grupo investigado objeto de pesquisa. Ela parte do

²⁷No meio acadêmico a discussão foi trazida para o Brasil por Carlos Rodrigues Brandão, que reuniu boa parte das discussões sobre a temática em três livros: *Pesquisa Participante*; *Repensando a Pesquisa Participante*; e *Pesquisa Participante: o saber da Partilha*, publicados nos anos de 1981, 1987 e 2006, respectivamente. No plano do movimento social, segundo Brandão (2006), a pesquisa participante está associada de forma indireta aos processos de ação política e pedagógica que deram origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

²⁸A pesquisa-ação é originária das propostas do pesquisador franco-brasileiro Michel Thiollent. Por vezes, inclusive, ela é vista como sinônimo da pesquisa participante. No entanto, elas diferem em muitos aspectos. Michel Thiollent (1987) traça algumas distinções e afirma que existem diversos tipos de pesquisa participante e pesquisa-ação. Segundo o autor, a pesquisa-ação é uma forma de pesquisa participante, mas nem todas as pesquisas participantes são pesquisas-ação. Já para Demo (2008), a pesquisa-ação distingue-se da pesquisa participante porque a primeira volta-se para a intervenção, isto é, o conhecimento gerado está a serviço da intervenção e isso não implica que exista processo participativo propriamente dito, mas também não implica que o pesquisador assuma o destino da comunidade. Já a pesquisa participante, como o próprio nome garante, exige, ao lado da produção do conhecimento, o fenômeno da participação.

²⁹Isso não quer dizer que a pesquisa participante não incorpore técnicas convencionais para o estudo da problemática a ser pesquisada. Até mesmo a “enquete operária” de Marx utilizou-se de um questionário padrão com cem questões para a investigação (MARX, 1982). Como veremos, cada

princípio de que a investigação deve servir a determinados grupos sociais, a fim de que se busquem respostas coerentes que permitam socializar o conhecimento e democratizar os processos de investigação. Dessa maneira, a pesquisa participante rompe com a dicotomia sujeito-objeto da ciência convencional, pois reconhece o acúmulo de experiências e conhecimentos que a comunidade possui, bem como, sua importância no contexto da pesquisa social (GIANOTTEN; WIT, 1987; GAJARDO, 1986; LE BOTERF, 1987; FALS BORDA, 1987).

Para Brandão (2006) a pesquisa participante deve ser compreendida como um repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos destinados a superar a dicotomia sujeito-objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência de ações que aspiram transformações a partir desses conhecimentos.

Atendendo aos princípios que a sustenta, Gajardo (1987) ressalta que as estratégias que as pesquisas alternativas têm em comum é o fato de manifestarem a tendência de trabalhar prioritariamente para e com os polos dominados da sociedade, incorporando-os nos processos de pesquisa³⁰. Para a autora, enfatizando a produção e comunicação de conhecimentos, a pesquisa participante tem como objetivo promover a produção, a análise crítica e o ordenamento coletivo dos saberes, a fim de que se determinem as raízes e as causas dos problemas, bem como, as possibilidades de solução.

Talvez um conceito que consiga abarcar a multiplicidade dessas experiências seja o que foi formulado em 1977, durante a reunião internacional sobre pesquisa participante, convocada pelo *Consejo Internacional de Educación de Adultos*:

caso tem a sua especificidade e uma vez que o pesquisador é aceito pela comunidade e acorde junto com ela o uso de técnicas e métodos convencionais não há problema. Contudo, o que há de consenso é que nenhuma das propostas que dão forma ao estilo participante de pesquisa emprega técnicas estatísticas sofisticadas. Como ressalta Gajardo (1987), em nenhum caso estas experiências se valem de técnicas estatísticas, como as análises multivariadas, que permitem a validação e a generalização dos conhecimentos produzidos.

³⁰Ema Rubín de Celis (1982 apud GAJARDO, 1987) traça os níveis de participação presentes na implementação dos projetos de pesquisas participativas. 1) Em menor grau, e considerado por alguns pesquisadores como não atendendo aos pressupostos da pesquisa participante, estaria a participação a partir da devolução de informação. 2) Participação a partir da coleta de dados. 3) Participação em todo o processo sobre o tema proposto pelo cientista. 4) Participação em todo o processo sobre um tema proposto pelo próprio grupo.

A pesquisa participante é um enfoque de investigação social por meio do qual se busca a plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade com o objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Esses participantes são os oprimidos, os marginalizados, os explorados (GIANOTTEN; WIT, 1987, p. 168-169).

A pesquisa participante parte da crítica de que os estudos de corte empírico, assim como a pesquisa teórica e experimental, deixam nas mãos do pesquisador a tarefa de elaborar o problema a estudar, proceder ao delineamento da pesquisa e decidir sobre a utilização de seus resultados. Em contrapartida, o enfoque da pesquisa participante propõe uma combinação de técnicas e processos de ensino-aprendizagem que permitem aos grupos marginalizados se apropriar dos resultados e esboçar possíveis mudanças para seus problemas (GAJARDO, 1986).

Entretanto, por mais que possuíssem experiências relevantes, esses pesquisadores e ativistas não buscaram promover metodologias universais que impulsionassem sua reprodução em diversos contextos. Isso porque, como ressalta Guy Le Boterf:

Não existe um modelo único de pesquisa participante, pois trata-se, na verdade, de adaptar em cada caso o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sociopolítico, os objetivos perseguidos etc.). (LE BOTERF, P.52, 1987).

Além disso, ressalta Le Boterf (1987), não existem instrumentos para coletas de dados como roteiros de entrevista e questionários tidos como universais, pois estes não podem ser elaborados antecipadamente e sem estarem relacionados a cada projeto particular e às condições específicas de sua realização.

Dessa maneira, as pesquisas denominadas participantes não utilizam necessariamente uma única técnica ou método, mas contam, na maior parte das vezes, com um conjunto de instrumentais de apoio onde pesquisadores e pesquisados interagem de forma processual, tais como: observação participante, grupo focal, oficinas de estudo, conversas informais entre outras.

No entanto, há, no cerne da pesquisa participante, um conjunto de princípios metodológicos que orientam esses processos. Esboçados por Fals Borda (1981) eles estão agrupados em seis diferentes frentes, a saber: 1) autenticidade e compromisso, que relevam que não é preciso ao pesquisador se “disfarçar” de oprimido, mas sim demonstrar honestamente seu compromisso com a causa popular. 2) Antidogmatismo, por ele ser, por definição, inimigo do método científico

mas também porque se o pesquisador se torna dogmático em seu trabalho ele poderá estar formando uma ciência para o povo como ela sempre foi, concebida e transmitida de maneira paternalista e tradicional. 3) Restituição sistemática, isto é, partir do princípio de que é necessário estimular a auto-investigação e controle dos grupos populares no processo de pesquisa, ou seja, a ideia de que nenhum pesquisador pode determinar sozinho o que deve ser investigado nem publicado, isto é, deve-se primeiramente comunicar, de maneira simples e acessível, os resultados das pesquisas de campo com os grupos populares antes deles serem publicados. 4) *Feedback*, reconhecendo este como um processo dialético, das bases para os intelectuais e dos intelectuais para as bases. 5) Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão através de um procedimento que reconheça a importância de se manter uma sincronização permanente de reflexão e ação com os grupos populares. 6) Ciência modesta e técnicas dialogais, isto é, o reconhecimento por parte do pesquisador de que a tarefa científica pode ser realizada mesmo nas situações mais insatisfatórias e primitivas com o uso dos recursos locais. A ideia de que o pesquisador deve abandonar a tradicional arrogância do erudito, aprendendo a ouvir discursos concebidos em diferentes contextos culturais e a adotar a humildade dos que realmente querem aprender a descobrir, rompendo com a assimetria das relações sociais impostas entre o entrevistador e o entrevistado, e incorporando indivíduos das bases sociais como pessoas ativas e pensantes nos processos de pesquisa.

2.3 A PESQUISA PARTICIPANTE NA COMUNIDADE DE PESCA DE MATINHOS

Não é difícil encontrar hoje grupos com pouca visibilidade, que enfrentam problemas de diversas ordens: econômica, social, ambiental, política e cultural. Assim há inúmeros outros motivos para um pesquisador escolher uma comunidade para desenvolver sua pesquisa engajada. Porém, quando se trata de uma pesquisa de mestrado o que parece ser mais relevante, sem dúvida, é a facilidade de acesso, considerando o tempo disponível para o campo e a necessidade de manter contato constante com o grupo que se pretende trabalhar.

Em nosso caso foi assim, tínhamos apenas alguns critérios pré-estabelecidos para a escolha do local - gostaríamos que fosse uma comunidade tradicional com antecedentes históricos de localidade e de conflitos ambientais. Após buscar na literatura estudos de caso sobre conflitos ambientais no litoral do Paraná nada tinha sido sistematizado sobre a comunidade de pesca artesanal de Matinhos. Trata-se de uma comunidade tradicional, com histórico de localidade e de fácil acesso, pois está inserida na área urbana. Ora, ela deveria passar por algum tipo de conflito.

O próximo passo foi definir uma sequência metodológica para ir a campo, considerando, contudo, que iria ser uma “pré-sequência”, pois sabíamos que ela iria ser alterada na medida em que descobríssemos algumas especificidades do local. A definição de uma sequência metodológica a partir da pesquisa participante não é tarefa fácil, pois como já dito, por mais que possuíssem experiências relevantes, poucos autores tinham sistematizado a pesquisa em relação às suas fases, métodos e técnicas. Decidimos então buscar o melhor de cada experiência e de cada autor para a nossa especificidade.

Como mencionado, no âmbito dos estilos participativos de pesquisa existem diferentes níveis de participação dos grupos com quem se pretende trabalhar. Neste trabalho propomos a participação dos sujeitos em todo o processo de pesquisa sobre um tema proposto pelo próprio grupo, isto é, a participação na definição de uma problemática ambiental, no mapeamento dos atores, na elaboração de instrumentos de coletas de dados e na coleta dos dados.

A partir de Le Boterf (1987) optamos por quatro etapas. A primeira foi dedicada essencialmente para a inserção na comunidade; a segunda para identificar os principais conflitos ambientais que a comunidade vinha passando; a terceira para discutir os resultados obtidos na etapa anterior e escolher uma problemática. E por fim, a quarta etapa, onde foram mapeados e entrevistados os principais atores do conflito, e onde conseguimos, a partir de todos esses esforços, um possível desfecho para a problemática encontrada.

2.3.1 A porta de entrada

Uma vez selecionada a unidade a qual pretendíamos trabalhar, ocorreu o processo de inserção na comunidade. Com o intuito de preparar o ambiente para a futura pesquisa foi realizada uma série de visitas no local para observação e conversas informais. Nessas visitas foi possível observar a rotina de trabalho dos pescadores e pescadoras e qual, por exemplo, era o melhor horário para ir a campo, pois a maioria já estava nas atividades em terra.

Foi observada também a abertura da comunidade aos pesquisadores, bem como, captadas informações acerca destas experiências. Foi possível perceber que algumas experiências de pesquisa refletiram de maneira negativa para a comunidade, e que esta estava apreensiva em relação à chegada de novos pesquisadores. De maneira geral, os pescadores tinham a percepção de que algumas pesquisas em que colaboraram como informantes³¹ estavam diretamente ligadas com o estabelecimento de leis que regulam o uso e acesso aos bens pesqueiros. O recente episódio da criação do PARNA das Ilhas dos Currais havia intensificado essa percepção.

Em conversa com o presidente da colônia de pesca este já havia nos alertado da possível dificuldade que enfrentaríamos. Se tratando ainda da necessidade desses sujeitos participarem do processo da pesquisa, o presidente quase descartou a possibilidade de sucesso. De fato, segundo o presidente, a comunidade não tinha o hábito de participar nem das reuniões promovidas pela colônia, nem das reuniões do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Diante destas constatações foi preciso, desde o início, esclarecer os propósitos da pesquisa e, tal como os princípios da pesquisa participante, nos posicionar a favor da comunidade, dizendo que estávamos ali porque tínhamos interesse em desenvolver um trabalho em conjunto e a partir da sua demanda, onde haveria uma relação de troca e construção de um conhecimento coletivo entre a universidade e a comunidade.

³¹Pesquisas que tinham como objetivo identificar e quantificar os pescados, as redes, os apetrechos e etc.

Foram aproximadamente três meses de conversas informais com os pescadores e pescadoras. Aos poucos íamos falando dos objetivos da pesquisa e perguntando para alguns membros da comunidade o que achavam da possibilidade de estudar conjuntamente com pesquisadores algumas problemáticas ambientais da pesca.

2.3.2 O estudo da comunidade e dos conflitos

Feita a inserção na comunidade, a segunda fase constituiu num estudo preliminar e provisório do espaço e da população envolvida. Até então não sabíamos se a comunidade iria se interessar em pesquisar conjuntamente um conflito. De qualquer modo, priorizou-se nessa fase identificar os conflitos ambientais que a comunidade vinha passando.

Para este fim foi utilizado instrumental de apoio diverso como a observação participante, diário de campo e entrevistas em profundidade, onde o informante foi convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas quando feitas, buscaram dar mais profundidade às reflexões (MINAYO, 2007).

Como já sabiam da nossa “existência”, quem erámos e a nossa intenção, não foi muito difícil perguntar sobre questões tão imbricadas. Ao passo que conversávamos com um pescador, este nos informava³² outro possível membro da comunidade para também dar seu relato.

Foram inúmeros os problemas³³ observados e relatados pelos pescadores e pescadoras. Decidimos partir para a próxima etapa quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos aos sujeitos começaram a ter certa regularidade de apresentação³⁴. Foram aproximadamente dois meses dedicados ao estudo provisório e preliminar da comunidade.

³²Essa técnica é conhecida como “bola de neve” (snow ball).

³³Não relatamos neste trabalho os conflitos observados na comunidade. Para quem interessar eles estão reunidos em Giraldi-Costa e Murata (2015).

³⁴Conhecido como critério de saturação (DESLANDES, 2007).

2.3.3 O momento mais esperado

Após o estudo provisório e preliminar fizemos um *feedback* dos resultados iniciais para ver se estavam de acordo e finalmente saber se a comunidade se interessava em estudar um conflito ambiental.

Como sabíamos da baixa participação da comunidade em reuniões fizemos um convite nominal para cada pescador. Não obstante, no dia da reunião chegamos cerca de duas horas mais cedo para lembrá-los.

Na reunião, realizada no espaço da colônia, informamos aos pescadores e pescadoras, mais uma vez, porque estávamos ali e porque gostaríamos de desenvolver uma pesquisa com a participação da comunidade. Foram mostrados os resultados do estudo preliminar e perguntado a eles se estávamos certo em relação as nossas constatações.

Nada mais a acrescentar, perguntamos se estavam interessados em participar da pesquisa como atores, para ditar as “regras”. Até hoje não sabemos o motivo pelo qual aceitaram. Talvez estivessem cansados mesmo de pesquisadores que vinham desenvolver suas pesquisas sem sua participação ou sem ao menos saber se a pesquisa era de fato relevante para a comunidade. Ou talvez seja, como nas palavras de Simone Maldonado (1993, p.19), porque havia “participado (inclusive envolvida emocionalmente) de [muitos] momentos, o que me fez sentir merecedora de algum nível de confiabilidade e de afetividade por parte deles”. De qualquer modo, a comunidade aceitou o desafio.

Como suspeitado, eles escolheram como conflito de maior relevância a criação do PARNA das Ilhas dos Currais, ainda que outros problemas, como a pesca industrial e a milha náutica permitida para a pesca do camarão³⁵, afetassem o dia-a-dia da comunidade.

Na impossibilidade de todos participarem ativamente na elaboração da pesquisa nove pescadores se autoelegeram para compor o quadro de diagnóstico do conflito.

³⁵ A pesca no Brasil possui várias leis ambientais, dentre as que proíbem a pesca até uma distância da costa. No estado do Paraná essa distância é regulamentada pelo Art. 6º da Portaria Interministerial MPA/MMA n.12 de 22/08/2012, que é de 1 (uma) milha náutica (cerca de 1852 metros) a partir da linha da costa. Porém de acordo com os pescadores essas milhas não correspondem com a realidade da pesca no local, pois o ponto de pesca do camarão costuma ser antes dessa distância. Cria-se, portanto, um conflito, onde os pescadores alegam não conseguir trabalhar da maneira como necessitam para a captura do camarão, pois a legislação ambiental desconhece a realidade local.

2.3.4 Pensando e intervindo juntos

Através do estudo preliminar já havíamos identificado alguns aspectos do conflito ambiental acerca do PARNA de Currais. No entanto, foi apenas nessa fase que identificamos com maior profundidade as causas desse conflito. Trataremos a respeito disso no quarto capítulo da dissertação, mas é importante mencionar aqui que esse conflito tinha duas causas primordiais: os pescadores e pescadoras alegavam não terem participado do processo de criação da unidade de conservação e reclamavam pelo impedimento do uso e acesso aos bens pesqueiros oriundos dos limites do parque.

Para compreender melhor essas reivindicações foram sistematizados os principais usos do parque e as percepções dos pescadores sobre o espaço³⁶, através de relatos gravados e do mapeamento participativo dos pontos de pesca mais utilizados no arquipélago.

A coleta de dados foi feita com os demais membros da comunidade sempre com a participação de pelo menos um pescador representante. Após a coleta dos dados eram feitas reuniões (oficinas de estudo) com todos os representantes para sistematização e escrita dos resultados.

Identificamos que era preciso também mapear os principais atores envolvidos com conflito e entrevista-los. Ficou definido que chamaríamos o autor do projeto de lei, a ONG mais atuante na comunidade - Mar Brasil, e o ICMBio- órgão responsável pela implantação e gestão da UC.

Apesar de algumas perguntas específicas para cada ator social, foram privilegiadas para a coleta de dados as percepções³⁷ dos atores sobre os dois conflitos relatados pela comunidade. As perguntas foram elaboradas conjuntamente entre pesquisadores e pescadores representantes e foram narradas no dia da entrevista pelo presidente da colônia. Todas as entrevistas aconteceram no espaço onde são realizadas as reuniões da comunidade e foram abertas para toda a

³⁶Descrevemos os usos e as percepções dos pescadores sobre o arquipélago de Currais no terceiro capítulo.

³⁷Os resultados das percepções dos atores sociais envolvidos com o parque estão reunidos no quarto capítulo.

comunidade de pesca. Elas foram gravadas com a autorização dos participantes para posterior transcrição.

O primeiro ator entrevistado (apêndice a) foi o ex-deputado federal Luciano Pizzatto - autor do projeto de lei que deu origem a criação do PARNA das Ilhas dos Currais. Apesar de toda a comunidade saber da criação do parque poucos sabiam por que havia sido criado, quando e como. Diante disso estudamos o projeto de lei e o decreto de criação para entrevistar o ex-deputado.

Como dito, um dos conflitos relatados pela comunidade se tratava da participação no processo de criação da unidade de conservação. Os pescadores alegavam não terem sido chamados para participar de nenhuma reunião ou consulta pública para o estabelecimento do parque. Foi possível na entrevista com o ex-deputado dialogar sobre a questão.

Posteriormente entrevistamos a ONG Mar Brasil (apêndice b). Ela era apontada por muitos pescadores como uma das responsáveis pela criação do parque, já que em anos anteriores havia feito uma série de pesquisas na comunidade sobre alguns aspectos da pesca na região.

De fato, a organização não governamental desenvolve pesquisas sobre as Ilhas dos Currais. Entretanto os estudos realizados por ela não têm relação com o estabelecimento do parque, mas visam gerar informações para o plano de manejo da UC. Uma vez esclarecidas essas questões, a ONG pôde também divulgar os resultados das pesquisas.

Constavam nos dados apresentados pela ONG características dos apetrechos utilizados pelos pescadores, e características da fauna local. Segundo os dados obtidos com o Projeto Currais da ONG foram registradas 44 espécies de peixes, das quais duas espécies, o mero (*Epinephelus itajara*) e a garoupa-verdadeira (*Mycteroperca marginata*)³⁸ são considerados ameaçados de extinção.

Após a entrevista com o autor do projeto de lei e com representantes da ONG, foram chamados para o diálogo o ICMBio (apêndice c). Como até o momento não havia sido nomeado um chefe para o parque, quem representou o instituto foi um analista ambiental, que por hora, estava representando o PARNA de Currais.

Nessa entrevista os pescadores puderam expor as características de uso do arquipélago e porque ele é um espaço importante para comunidade local. Tratou-se

³⁸Como mostraremos nos capítulos seguintes, essas espécies não são capturadas pelos pescadores artesanais.

de um discurso do presidente da colônia em nome de toda a comunidade de pesca. Discurso esse que abarcou não só a percepção dos pescadores e pescadoras, mas também o resultado das entrevistas realizadas anteriormente, como a questão da consulta pública e o fato das espécies capturadas pelos pescadores não estarem ameaçadas de extinção. Contudo, o texto elaborado deixava claro que toda a comunidade estava disposta a lutar pela continuidade do uso e acesso aos bens pesqueiros.

Entendendo o conflito que havia se instaurado na comunidade, bem como, a importância da atividade pesqueira, o ICMBio acordou durante a reunião com os pescadores que enquanto o instituto não nomeasse um chefe para o parque (para dar início a elaboração do Plano de Manejo e a formação do Conselho Consultivo para a discussão de tais questões) o órgão liberaria a pesca no arquipélago de Currais³⁹.

Essa entrevista ocorreu o início do mês de maio de 2015. No dia 15 desse mesmo mês começava a temporada da tainha, onde os pescadores puderam retomar suas atividades de pesca na região.



FIGURA 1: ENTREVISTAS COM OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS COM PARNA CURRAIS.
FONTE: AUTORA

³⁹Esse acordo foi firmado pelo ofício curricular N° 001/2015 PARNA Marinho das Ilhas dos Currais/ICMBio de 21 de maio de 2015. No capítulo IV retomamos a questão a partir de algumas reflexões.

2.4 A PESQUISA PARTICIPANTE E A ECOLOGIA POLÍTICA NO ESTUDO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

A partir da experiência com a comunidade da pesca de Matinhos - utilizando a pesquisa participante e a abordagem da ecologia política⁴⁰ no estudo dos conflitos ambientais em torno do PARNA Currais - esboçamos aqui uma proposta de marco teórico e metodológico para o estudo dos conflitos ambientais envolvendo comunidades locais e/ou tradicionais e unidades de conservação. Ao menos do ponto de vista dos objetivos iniciais da pesquisa e dos resultados obtidos, o trabalho realizado mostrou que a pesquisa participante pode ser utilizada como um instrumento metodológico para o estudo de um conflito ambiental.

Contudo, esse intento também corrobora com as proposições de Leff (2007). Para o autor a problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais locais complexos, de tal forma que a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e “demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade” (LEFF, 2007, p.62).

Por outro lado, acreditamos ser essencial a incorporação dos sujeitos pesquisados nos processo de pesquisa. Dada às situações cada vez mais complexas em que se inserem os cenários de conflitos, acreditamos que apenas o seu estudo, sem proposições junto com os grupos marginalizados de alternativas e diretrizes que busquem melhorar sua realidade, são incipientes. Pelo menos do ponto de vista das coletividades que passam por esses conflitos, apenas o seu estudo, ainda que bem divulgado, não possibilita sua resolução e garantia de direitos.

É importante ressaltar, contudo, que a pesquisa participante com base na ecologia política não pretende ultrapassar a “etnografia dos conflitos socioambientais”, proposto por Little⁴¹. Cada método produz conhecimentos e

⁴⁰No tópico 1.4 do capítulo anterior trazemos alguns aspectos teóricos da ecologia política.

⁴¹Ao colocar o conflito em si como o foco central da etnografia, e não um grupo social em particular, Little (2006) propõe a ecologia política como etnografia para o estudo dos conflitos ambientais.

oferece aportes próprios que podem servir para entender, e se for o objetivo, auxiliar os grupos sociais envolvidos nos conflitos. Muito desse trabalho, inclusive, é fruto de leituras de etnografias, e muitas das técnicas utilizadas pela pesquisa participante são oriundas do olhar antropológico, como as fundamentais observações participantes⁴².

Little (2006) propõe a etnografia para o estudo dos conflitos ambientais, pois entende que um conceito propriamente antropológico do conflito vai além do foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico, para o autor, pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. Como os antropólogos trabalham diretamente com muitos desses grupos (povos indígenas, quilombolas, agroextrativistas, ribeirinhos, favelados) a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos.

O autor localiza três princípios que fazem parte do núcleo duro do paradigma ecológico e que se enquadram nos pressupostos da etnografia: 1) o foco central da pesquisa ecológica são sempre relações (sociais, naturais ou socioambientais) e não objetos substantivos. 2) O uso de análises contextualistas que colocam as relações dentro de seus respectivos marcos históricos e ambientais representa um segundo princípio. 3) A ecologia utiliza metodologias processuais onde o acompanhamento dos fluxos (de energia, de pessoas, de ideias) e a identificação de sua dinâmica interna é uma parte essencial da pesquisa. Dessa forma, segundo Little (2006, p. 92), “a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico: tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido”.

Da mesma forma que os etnógrafos trabalham diretamente com povos e comunidades tradicionais e grupos marginalizados, a pesquisa participante também, desde o seu surgimento, se propôs a trabalhar com esses grupos. Contudo, a pesquisa participante nasce com o compromisso de se posicionar a favor dos grupos

⁴²O que queremos dizer é que tendo em vista a necessidade de diferentes olhares disciplinares, a antropologia e mais especificamente a etnografia, tem muito a contribuir, junto com outras disciplinas, para o trabalho do pesquisador que se propor a estudar os conflitos a partir do viés da pesquisa participante e da ecologia política.

marginalizados e incorporá-los na tomada de decisão nos processos da pesquisa⁴³ para auxiliá-los no entendimento da sua realidade e na busca de estratégias para a melhoria de suas condições de vida. Dessa maneira, ao adotar como pressuposto teórico e metodológico a pesquisa participante e a ecologia política, o pesquisador se posiciona a favor dos grupos marginalizados para compreender, conjuntamente com eles, os conflitos ambientais que mais lhes são relevantes. Uma vez entendidas às causas e atores desses conflitos, pesquisador e pesquisados formulam juntos alternativas.

Para tanto, como se trata de uma realidade social em um contexto ecológico e ambiental o pesquisador é obrigado a identificar junto com a comunidade ou grupo as principais forças biofísicas e atividades humanas para então compreender as realidades socioambientais que surgem a partir dessas interações. Só então, o pesquisador e a comunidade poderão esboçar estratégias e partir para as negociações.

⁴³A posição de neutralidade não é, e talvez nunca tenha sido uma prática dos antropólogos. Quando Malinowski desembarcou nas ilhas de Trobriand “não era apenas um método que ia ser inventado ali; era uma atitude” (BRANDÃO, 1987, p.11). Segundo Brandão, não mais reconstruir a explicação da sociedade e da cultura do outro através de fragmentos de relatos de viajantes e missionários, conviver com o outro no seu mundo, aprender sua língua, viver sua vida e pensar através de sua lógica, representam mudanças importantes de paradigma. Estava, pois, “inventada a observação participante” (p. 12). Entretanto, pesquisando e escrevendo na mesma Inglaterra de Malinowski, Marx invertia a questão: “não é necessário que o pesquisador se faça operário como ele para conhecê-lo”. “É necessário que o cientista e sua ciência sejam primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir”. Nesse questionamento, estava inventada a “participação na pesquisa” (BRANDÃO, 1987, p.12). No entanto, segundo Ramos (2007), o cânone malinowskiano de pesquisa etnográfica, responsável por grande parte da bagagem empírica e teórica da disciplina, deixou de ser viável e até mesmo necessário. Por mais de duas décadas tem-se o esforço dos antropólogos anglo-saxões, que insistem na necessidade de compromisso político no trabalho etnográfico, tendo em conta os povos nativos. De acordo com Ramos, “o trabalho antropológico só é politicamente correto quando se dedica aos meandros da dominação ocidental sobre os povos nativos ou marginalizados” (p.13). Dessa maneira, nas três últimas décadas os etnógrafos que trabalhavam na América Latina eram quase unânimes na proposta de combinar pesquisa com militância em prol dos povos indígenas. Os temas de pesquisa passaram a contemplar não apenas os interesses do etnógrafo, mas a necessidade de gerar conhecimento estratégico que contribuísse para a defesa dos direitos indígenas. Essa defesa, no entanto, tornou-se uma obrigação dos etnógrafos no Brasil, de modo que, progressivamente, os indígenas ganharam consciência de que a pesquisa antropológica tem um forte apelo político. Entretanto, “o que começou como um ato de boa vontade por parte dos etnógrafos, ou seja, repassar conhecimento e conscientização política a seus sujeitos de pesquisa, de repente se transformou” (p.16). Já nos anos 1990, a nova geração de etnógrafos começou a sentir claramente a pressão para se conformar às demandas locais, fossem elas na forma de bens de troca, projetos para captação de recursos, ou ajuda em diversas atividades, como condição para fazer suas pesquisas. Quando ainda não se “viram apanhados de surpresa, por estranho que pareça, quando souberam que seus preciosos projetos de pesquisa não tinham o menor interesse para os seus anfitriões de outrora e, por isso, por favor, não voltem por aqui” (p.24).

Nesse sentido, acreditamos que devido à pesquisa participante ser comprometida com uma ciência engajada, a favor dos grupos marginalizados; ter uma metodologia processual, visto que se dá em fases ou etapas; e abarcar nos seus pressupostos o diálogo entre as múltiplas disciplinas e entre essas com os saberes locais, ela pode ser utilizada junto à abordagem da ecologia política para o estudo dos conflitos ambientais.

Além disso, essas duas abordagens compartilham em seus pressupostos o comprometimento, o diálogo e atenção às minorias e aos seus problemas – a pesquisa participante pensada historicamente para a análise e o enfrentamento de problemas sociopolíticos e a ecologia política para problemas ambientais. Dessa forma, acreditamos que entre essas duas abordagens há uma fonte de sabedoria que pode nos oferecer pistas para a atual crise socioambiental.

2.5 PROPOSTA DE UM MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Como já dito, não existe um modelo único de pesquisa participante. É preciso adaptar cada caso a um caso. No entanto, propomos a participação dos sujeitos em todos os processos da pesquisa (definição de uma problemática ambiental; no mapeamento dos atores; na elaboração de instrumentos de coletas de dados e na coleta dos dados) e ressaltamos, sobretudo, a necessidade desses sujeitos escolherem uma problemática de pesquisa. Isso porque, dificilmente a população irá se engajar em um projeto cuja temática não lhe é relevante. Um olhar preso demais na academia e menos sensível ao que está se passando na sua fronteira pode fazer com que os problemas que julgamos ser relevantes para a comunidade não os sejam.

Acreditamos, assim como Brandão (2006, p.31), que “uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais participam como coadjuvantes dela, mas sim porque ela se projeta, porque realiza desdobres através da participação ativa e crescente desses atores”. Dessa forma, a pesquisa participante deve ser praticada como um ato político claro e assumido. O pesquisador quando opta pela pesquisa participante e a abordagem da ecologia política assume o compromisso político e

ideológico com os grupos marginalizados e é solidário aos problemas que são causados em decorrência dos conflitos ambientais.

Este modelo apoia-se, portanto, nos pressupostos da ciência pós-normal⁴⁴ (FUNTOWICZ; RAVETZ, 1997), ou ciência emergente (FALS BORDA, 1981) que acreditam que o saber popular pode realmente enriquecer os processos de investigação científica. Para Funtowicz e Ravetz (1997), o conhecimento das populações locais ajuda a determinar que dados são consistentes e relevantes, e também a definir os problemas que devem ser alvo das políticas públicas, por exemplo. Além disso, esses grupos têm acesso a fatos ampliados, que incluem anedotas, pesquisas informais e mesmo informações oficiais publicadas em meios não oficiais. Pode-se argumentar que carecem de conhecimentos teóricos e agem parcialmente à luz do interesse próprio; mas também se pode, legitimamente, argumentar que os especialistas carecem de conhecimentos práticos e seguem suas próprias formas inconscientes de tendenciosidade.

Nesse universo, Fals Borda (1981, p.49) acredita ser válida a interpretação da história e da sociedade feita pelos grupos populares, pois “corrige a versão deformada em muitos manuais acadêmicos”. No entanto esse nível de ciência, a ciência emergente, ou pós-normal, não significa o rompimento e oposição ao processo de acumulação do conhecimento científico e tecnológico. Esse nível reconhece uma dimensão antiga e válida da atividade científica e cultural que avançou para fora dos canais acadêmicos institucionais ou governamentais e que, pelo contrário, tem se constituído em um fator ou estímulo construtivo, em criatividade e inovação mesmo dentro das instituições estabelecidas que têm sido desafiadas.

Não estendendo mais, o modelo que propomos é resultado das experiências de pesquisa participante realizadas na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, das reflexões do trabalho realizado com a comunidade de pesca de Matinhos, mas também, e, sobretudo, da apreensão da necessidade de dialogar várias áreas do conhecimento para tratar de problemas complexos. Assim, além das contribuições dos autores da pesquisa participante e da ecologia política trazemos também reflexões de outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a geografia, e propomos algumas técnicas que podem facilitar o trabalho de campo.

⁴⁴Em seu texto original os autores denominam a incorporação da comunidade não científica nos processos de pesquisa de “ampliação da comunidade de pares”.

Entretanto é preciso levar em consideração a especificidade do local em que se está atuando. Como dito, a pesquisa participante nasce a partir da crítica aos métodos e técnicas convencionais de pesquisa, mas isso não quer dizer que ela não os incorpore para o estudo das problemáticas. Uma vez que o pesquisador é aceito pela comunidade e acorde junto com ela o uso de técnicas e métodos convencionais não há problema, pois isto estará sendo feito com o consentimento e a participação desses sujeitos.

Partimos de um estudo de conflito em que envolvam comunidades tradicionais e/ou locais e unidades de conservação, pelo trabalho já feito. Porém, se bem adaptado o modelo pode servir para os demais estudos de conflitos ambientais, que envolvam, por exemplo, a distribuição desigual dos bens naturais ou conflitos decorrentes da implantação de projetos de impacto ambiental.

O modelo comporta quatro etapas, descritas a seguir.

2.5.1 Da inserção do pesquisador no local de atuação

Chamamos a primeira etapa da pesquisa participante de “inserção do pesquisador no local de atuação” - condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma pesquisa que se objetiva que seja participante.

Em realidade, essa etapa deveria ser comum a todas as pesquisas, sejam sociais ou não, sejam participantes ou não, para que a pesquisa possa, de fato, gerar informações válidas e consistentes, e também para não gerar desconforto aos sujeitos pesquisados.

Principalmente os chamados povos e comunidades tradicionais têm sido estudados pelas ciências (sociais, naturais, ambientais) sob vários aspectos que caracterizam suas práticas numa literatura que comporta diferentes tipos de abordagens teórico-metodológicas. Temos observado que isso se reflete de maneira negativa para esses indivíduos, pois muitas vezes os pesquisadores chegam com seus instrumentais (questionários, gravadores, cadernos de campo) sem ao menos conhecer os elementos da cultura e rotina local. Sem dúvida isso acaba gerando desconforto para esses sujeitos, e como consequência muitos não colaboram sendo

muito comum ainda os sujeitos manifestarem informações evasivas e sem clareza propositalmente.

Segundo Oliveira e Oliveira (1981) a inserção é o processo pelo qual o pesquisador procura atenuar a distância que o separa do grupo social com quem pretende trabalhar. Essa aproximação, segundo os autores, exige paciência e honestidade, pois é a condição inicial necessária para que o percurso da pesquisa possa ser realizado dentro do grupo, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não como objetos. É fundamental não alimentar ilusões e otimismo excessivos sobre a qualidade e profundidade desta inserção em uma realidade sociocultural que quase nunca é a sua.

É, sem dúvida, necessário também que o pesquisador não seja visto como um intruso, o que desperta de imediato a desconfiança de pessoas que têm toda uma experiência negativa de ser manipulada de fora para dentro:

O pesquisador deve esforçar-se para ir sendo, pouco a pouco, aceito pelo grupo. Mas ele precisa ser aceito como realmente é, ou seja, como alguém que vem de fora, que se dispõe a realizar, com o grupo, um estudo que pode lhe ser útil, mas que, num determinado momento irá embora (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1981, p. 27).

A observação participante e as conversas informais com os sujeitos do grupo ou comunidade constituem-se técnicas fundamentais nessa etapa de inserção. Por vezes, o simples fato de o pesquisador sentar na comunidade para observar o cotidiano de seus membros faz com que ele vá, aos poucos, sendo aceito, e seus membros não se sintam desconfortados por sua presença.

Nessa etapa é fundamental também que o pesquisador observe a rotina de trabalho do grupo para ir se preparando para as etapas seguintes, e também observe a abertura do grupo aos pesquisadores, captando informações acerca dessas experiências para não cometer os mesmos erros, se for o caso.

Por vezes, porém, é preciso que o pesquisador se posicione, logo no início, dizendo que está “do lado do grupo”, que pretende fazer uma pesquisa junto com o grupo e a partir da demanda dele. Que a pesquisa visa, sobretudo, gerar conhecimentos estratégicos para contribuir para a melhoria das condições de vida do grupo ou na defesa dos seus direitos.

Essa contra posição de neutralidade é cada vez mais necessária, tendo em vista que esses grupos estão cada vez mais conscientes em relação ao forte apelo

político das pesquisas sociais. Porém é necessário cuidado para não gerar falsas expectativas ou promessas que não poderão ser cumpridas, do contrário, todo o trabalho será perdido e o que é pior, poderá afetar outras pesquisas subsequentes.

2.5.2 Do estudo provisório e preliminar da comunidade e dos conflitos

O estudo provisório e preliminar do grupo e dos conflitos tem como objetivo compreender o universo vivido pelos pesquisados, sobretudo os conflitos por que passam. Em se tratando da análise inicial de uma dada realidade através de uma lógica científica – a da pesquisa participante - , Paulo Freire (1981) logo adverte que um dos principais problemas com que primeiro nos confrontamos quando nos obrigamos a conhecê-la é saber em que realmente consiste a *realidade concreta*.

Segundo o autor, para muito de nós, a realidade concreta de certa área reduz-se a um conjunto de dados materiais ou de fatos cuja existência ou não, de nosso ponto de vista, importa constatar. Para Freire (1981) a realidade concreta diz respeito a algo mais do que fatos ou dados tomados em si mesmos. Ela é todos os fatos e dados mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Dessa forma, a realidade concreta constitui-se na relação dialética entre objetividade e subjetividade:

Se me preocupa, por exemplo, numa zona rural, o problema da erosão, não o compreenderei, profundamente, se não percebo, criticamente, a percepção que dele estejam tendo os camponeses da zona afetada. A minha ação técnica sobre a erosão demanda de mim a compreensão e o meu respeito. Fora desta compreensão e deste respeito à sabedoria popular, à maneira como os grupos populares se compreendem em suas relações com o seu mundo, a minha pesquisa só tem sentido se a minha opção política é pela dominação e não pela libertação dos grupos e das classes oprimidas (FREIRE, 1981, p. 35).

Dessa forma, é importante compreender nesta etapa qual é o ponto de vista dos indivíduos ou grupo acerca das situações que vivem. Por qual conflitos ambientais passam? Até que ponto esses conflitos afetam o grupo?

Uma vez que o pesquisador já tenha se inserido no universo do grupo e este saiba da intenção do pesquisador, não será muito difícil tratar de questões tão imbricadas, como a dos conflitos. No entanto, talvez seja mais válido nesta etapa

“ouvir, em vez de tomar notas ou fazer registros; ver e observar, em vez de filmar; sentir, tocar em vez de estudar; “viver junto” em vez de visitar.” É preferível, pois, deixar de lado os cadernos de notas, os gravadores e os questionários, como nos ensina Le Boterf (1987, p.58).

O olhar antropológico de Favret Saada talvez consiga explicar:

Nesses momentos, se for capaz de esquecer que estou em campo, que estou trabalhando, se for capaz de esquecer que tenho meu estoque de questões a fazer... se for capaz de dizer-me que a comunicação está precisamente se dando, assim, desse modo insuportável e incompreensível, então estou direcionada para uma variedade particular de experiência humana porque por ela estou afetada (SAADA, 2005, p. 159).

De fato, essa etapa se aproxima muito ao trabalho do antropólogo. É preciso que o pesquisador encontre indivíduos ou grupos chave para acompanhar seu cotidiano. Uma importante ferramenta nesta etapa é a técnica conhecida como “bola de neve” (*snow ball*), onde o primeiro informante indica outros possíveis para também darem seus relatos ou acompanhar suas atividades.

No momento em que as concepções, explicações e sentidos atribuídos aos sujeitos apresentarem certa regularidade de apresentação (critério de saturação) o pesquisador deve preparar todo o material coletado para a etapa seguinte.

2.5.3 Do *feedback*, da escolha da problemática e de representantes para a investigação

Segundo Le Boterf (1987) o *feedback* consiste em uma atividade de retorno das informações coletadas no decorrer de uma etapa de pesquisa àqueles que foram pesquisados. Os resultados da pesquisa são então colocados em discussão com a comunidade para que esta possa refletir e validar os dados coletados, sistematizados e interpretados pelo pesquisador. No entanto, a difusão das informações não deve ser demasiadamente valorizada, pois ela tem suas limitações.

Para Le Boterf (1987) é necessário constatar inicialmente que os grupos marginalizados não esperam pela pesquisa participante com seus *feedbacks* para se organizarem, lutarem ou reivindicarem. Dessa maneira, o *feedback* dos resultados de uma pesquisa que lhes liga respeito pode reforçar as suas capacidades de

análise, de organização e de ação, mas de modo algum pode criá-las. Além disso, a devolutiva para os grupos não se limita a uma questão de tradução dos resultados em termos compreensíveis e adaptados aos pesquisados. Se os pesquisados não têm acesso ao saber, é porque eles não participam na elaboração deste saber, e esta, segundo Le Boterf, é a razão pela qual um *feedback* único ao final da pesquisa não tem efeito.

Nesse sentido, podemos dizer que é nesta etapa que a pesquisa participante começa. É aqui que o pesquisador irá dialogar com o grupo pesquisado sobre conflitos observados durante as primeiras etapas da pesquisa e saber se o grupo tem interesse em investigar conjuntamente um conflito. Uma vez que o pesquisador já tenha se inserido na localidade onde o grupo vive e/ou trabalha, ele já terá conhecimento sobre qual é a melhor maneira de repassar essas informações. Existem muitas comunidades ou grupos, por exemplo, em que seus membros não têm acesso à leitura, sendo necessária a utilização de outros meios. Outras, por exemplo, já têm acesso à leitura e aos meios tecnológicos e se sentem a vontade com equipamentos de projeção. Cabe ao pesquisador, portanto, a partir de suas percepções, decidir qual é a melhor maneira.

Posto que o pesquisador dialogue com o grupo os resultados obtidos e o grupo aceite o desafio da pesquisa participante, ele terá de incitá-los a procurar uma problemática de maior relevância para o estudo. Não se pode esquecer que a pesquisa participante investiga problemas colocados pelos pesquisados. Assim, por mais que o pesquisador saiba que o conflito apontado pelo grupo não seja, de fato, um conflito relevante ele terá de respeitar a decisão do grupo. Trabalhando com grupos marginalizados, o pesquisador deve aceitar, o que não significa aprovar ou adotar, a representação de mundo desses grupos.

Na impossibilidade de todos os membros participarem na elaboração da pesquisa - problema esse que o pesquisador irá enfrentar com grupos grandes - tem-se a possibilidade dos membros do grupo se auto elegerem para compor um quadro de representantes da investigação. Esses representantes, junto com o pesquisador, irão definir a próxima etapa da pesquisa, isto é, que dados coletar, como e onde coletar. Eles deverão ter em mente também o compromisso de repassar as informações do andamento da pesquisa para o restante do grupo.

2.5.4 Saber pensar e intervir juntos

Definida a problemática de pesquisa e os representantes, a quarta e última etapa constitui-se no diagnóstico do conflito, isto é, na coleta dos elementos que o caracterizam. É preciso ter em mente que todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam e regem sua evolução e intensidade, sendo os atores sociais, o objeto em disputa, os mediadores, e a tipologia seus principais (NASCIMENTO, 2001; LITTLE, 2006).

Por outro lado é preciso também sistematizar as principais reivindicações do grupo em relação à problemática. Em um diagnóstico que envolva o conflito pelo uso e acesso aos bens naturais em espaços protegidos, os principais domínios a estudar são os usos que o grupo faz dos espaços; os aspectos biofísicos da região; a questão da legislação da área, entre outros elementos que permitam compreender as principais forças biofísicas e atividades humanas e as realidades socioambientais que surgem a partir dessas interações.

Além disso, é importante sistematizar as percepções do grupo sobre a importância dos espaços para aspectos econômicos, sociais e culturais. Muitas vezes os espaços que reivindicam se tratam de “territórios”. É preciso considerar, contudo, o aspecto integrador do território, como aquele que envolve a apropriação material e simbólica, isto é, os grupos precisam deste espaço para continuar se reproduzindo economicamente, mas também social e culturalmente.

O conceito de território nos últimos anos ganhou dupla centralidade no contexto das lutas empreendidas por diversos grupos, em especial os povos e comunidades tradicionais, e nas pesquisas engajadas que defendem a continuidade dos modos de vida e reprodução social desses grupos. Como ressalta Cruz (2013), de um lado tem-se o território enquanto categoria de análise para os pesquisadores, onde o conceito tem sido amplamente mobilizado em diversos campos disciplinares como uma categoria explicativa essencial para se pensar a realidade dessas lutas. Por outro lado, o conceito tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político, estando presente (muitas vezes na forma de outras palavras, mas que vão em direção ao conceito) nas entrevistas, depoimentos e declarações de lideranças dos movimentos sociais. Assim, quando reivindicam o direito ao território estão

reivindicando o direito de permanecer neste espaço para continuarem com seus modos de vida.

O que queremos dizer, no entanto, é que somente nessa etapa o pesquisador poderá delinear as categorias de análise da pesquisa. Elas têm de ser estabelecidas *a posteriori* da entrada do pesquisador na comunidade, quando o pesquisador e pesquisados já têm em mente a problemática e os resultados da pesquisa.

Quanto aos métodos e técnicas para coletar os dados necessários, poderão ser utilizadas diferentes instrumentais de apoio e fontes de informação. Existem diversas técnicas participativas⁴⁵ que podem ser adaptadas aos casos específicos. O mapeamento participativo do uso do território através de croquis ou mapas constitui-se técnica interessante para delimitar pontos estratégicos que os grupos reivindicam. Além disso, a análise de estudos já realizados sobre a região, o documento de criação da área protegida, o plano de manejo, quando houver, as atas das reuniões do Conselho entre outros, são fundamentais nesta etapa.

Uma vez que pesquisador e, sobretudo pesquisados estejam munidos dessas informações é preciso chamar para o diálogo (entrevista) os atores sociais envolvidos com a problemática. Em geral, em um contexto de conflito com áreas protegidas os principais atores são a polícia ambiental, os pesquisadores e organizações não governamentais que desenvolvem estudos na região, e o órgão responsável pela gestão da área.

Salvo algumas especificidades, é ideal que sejam privilegiadas nestas entrevistas as percepções dos diferentes atores sociais sobre as reivindicações feitas pelo grupo. O que acham esses atores sobre essas reivindicações? Acreditam que as atividades desenvolvidas pelo grupo estão de acordo com os objetivos da área protegida?

O ideal é que se tenha um roteiro e que sejam gravados os encontros/entrevistas com a autorização dos participantes para posterior transcrição, como um documento válido para a pesquisa e para futuras efetivações de direitos.

Sabendo que no universo dos conflitos em áreas protegidas quem tem o potencial de atender as reivindicações do grupo é o órgão gestor da área, o ideal é

⁴⁵O livro Diagnóstico Rural Participativo de Miguel Verdejo (2007) reúne técnicas interessantes que podem ser adaptadas aos casos específicos.

que se deixe este ator por último. Após a sistematização do uso do território, das reivindicações e das percepções dos demais atores, ter-se-á um panorama geral da situação do conflito. Parece estranho, mas muitas vezes o órgão gestor não tem a clara dimensão destes aspectos. Esse quadro é muito comum em áreas protegidas recém-criadas, onde poucos estudos foram feitos em relação ao uso da área, da população do entorno etc.

A fim de compatibilizar a presença humana com os objetivos das áreas protegidas têm sido celebrados entre órgão ambiental e as comunidades tradicionais/locais termos de compromisso (TC). Esses termos são instrumentos destinados a regular o uso dos bens naturais e as condições de permanência de comunidades tradicionais em unidades de proteção integral, ou o uso dos recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação por comunidades tradicionais não residentes, mas usuárias desses recursos (SANTILLI, 2014).

Esta é uma possibilidade para atender as reivindicações do grupo. No entanto, quando o possível atendimento às demandas da população local não são atendidas mediante o diálogo com o órgão gestor, o grupo, juntamente com pesquisadores e demais entidades que apoiam a causa, podem recorrer a outras instâncias, como o Ministério Público⁴⁶.

O fato, no entanto, é que após o grupo ter acesso ao panorama geral da situação do conflito e, sobretudo os indivíduos tiverem entendido de maneira crítica sua realidade, poderão esboçar estratégias para solucionar a problemática encontrada. Um *feedback* ao final de todo esse percurso poderá esclarecer ao restante do grupo ou comunidade a situação afim de elaborar uma síntese das sugestões propostas para a resolução do conflito.

Assim é que no fundo, segundo Demo (2008, p.111), a pesquisa participante pode ser vista como uma “participação baseada na pesquisa”, pois se trata de fundamentação científica da opção histórica política. É imprescindível, pois, que o pesquisador conjugue tanto fundamentação científica, na condição de instrumento, quanto a participação comunitária, na condição de fim.

⁴⁶Esse foi o caso dos pescadores e pescadoras artesanais residentes no interior do Parque Nacional de Superagui. Através de uma Ação Civil Pública (ACP) da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Paraná, a comunidade ganhou no dia 26 de maio de 2015 em primeira instância o acesso à elaboração do Plano de Manejo do parque – um dos conflitos latentes na comunidade.

No mais, o processo da pesquisa participante não termina nesta quarta etapa. Como enfatiza Le Boterf (1987) a análise crítica da realidade e a realização de ações programadas conduzem à descoberta de outras necessidades e de outras dimensões da realidade. A ação é uma fonte de conhecimentos e de novas hipóteses. Assim, o diagnóstico, a análise crítica e a ação constituem momentos de um processo permanente de estudo, de reflexão e de transformação da realidade.

Dessa forma, ao passo que o grupo entenda as causas do conflito, entenderá também a necessidade de engajamento político e coletivo em outras dimensões como, por exemplo, na elaboração do Plano de Manejo e na participação no Conselho da unidade de conservação.

CAPÍTULO III – UNIVERSO DE TRABALHO

A relação de participação e trabalho político da prática científica desafia o pesquisador a ver e compreender os grupos populares, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir do trabalho social que fazem, pois constituindo a razão da prática, constitui-se igualmente a razão da pesquisa (BRANDÃO, 1987). Posto isto, dedicamos este capítulo para familiarizar o leitor com alguns aspectos que consideramos relevantes da realidade social, cultural, econômica e ambiental da comunidade de trabalho, o seu modo de vida, e a percepção de seus sujeitos sobre o trato do espaço.

Mostraremos algumas características que conferem a singularidade da comunidade de Matinhos, atentando para o fato de que se trata de uma comunidade tradicional e artesanal de pesca. Indagações a respeito da tradição estiveram presentes durante a pesquisa e provavelmente acompanharão muitos pesquisadores que se dedicarem ao estudo de comunidades em constantes transformações, principalmente aquelas inseridas nos espaços urbanos. Aqui tecemos algumas contribuições.

Diante da importância que o arquipélago de Currais representa para a economia e cultura dos pescadores e pescadoras locais – fato esse que possibilitou a escolha do conflito - bem como, diante da necessidade de se estabelecer parâmetros iniciais do uso do território, descrevemos elementos que retratam a prática da pesca no arquipélago a partir da ótica dos pescadores de Matinhos. Assim procuramos descrever o perfil das embarcações, características da pesca no arquipélago, como os pontos de pesca mais utilizados, a técnica de captura predominante, as relações que mestres e tripulantes desenvolvem nas pescarias e demais percepções dos pescadores sobre o espaço. Conferida essa importância, apresentamos, à luz de autores que tratam da questão territorial da pesca, o arquipélago de Currais enquanto território da pesca artesanal no litoral paranaense.

Como dito, este é um trabalho de análise interdisciplinar, com aportes de diferentes áreas do conhecimento, em que trazemos a versão dos pescadores de Matinhos e a nossa versão de pesquisadores sobre alguns aspectos norteadores para se pensar a comunidade. Expressivamente neste capítulo o leitor irá se deparar com termos técnicos que têm como objetivo caracterizar os apetrechos utilizados

pelos pescadores, mas também com narrativas que expressam o cuidado de dar voz a esses sujeitos sobre suas percepções e práticas.

3.1 A COMUNIDADE ARTESANAL DE PESCA DE MATINHOS

A comunidade de pesca artesanal de Matinhos está localizada na região central do município, litoral paranaense. Diferentemente de muitas comunidades pesqueiras, seus membros não moram na região onde se localizam as embarcações, apetrechos de pesca, ranchos⁴⁷, colônia e mercado municipal. Residem em bairros espalhados pela cidade, algumas vezes distantes do local onde se encontram tais elementos da vida pesqueira.

De acordo com Andreoli (2007), tal fato está diretamente ligado com a valorização imobiliária e o aumento da população no litoral a partir dos anos 1980, que fizeram com que a maioria dos pescadores desta região vendesse suas propriedades ou posses e passasse a morar distante da orla. Outros pescadores que possuíam suas residências na faixa que pertence à marinha foram obrigados a abandonar a área e receberam em troca lotes da Prefeitura Municipal para que pudessem efetuar a mudança.

Por não residirem no local, alguns pesquisadores, como Andreoli (2007), podem não denominá-los de comunidade, porém utilizaremos essa terminologia por observarmos que seus membros (pescadores e pescadoras em atividade e aposentados (as), jovens e crianças) passam a maior parte de seu tempo neste local arrumando redes, confeccionando canoas, “batendo papo”, limpando e vendendo os peixes no mercado municipal, comendo nas lanchonetes, entre outras atividades. Além disso, como veremos em muitas falas, seus próprios integrantes se autodenominam e se autoidentificam como “comunidade”.

Sendo assim, acreditamos que mais do que existir em um território achado, doado, conquistado, apropriado e tido como um lugar natural e social legítima a existência de uma comunidade de ocupação, o que qualifica uma comunidade

⁴⁷Ranchos são casinhas de madeira construídas pelos pescadores para guardar os apetrechos de pesca (Figura 1).

tradicional é o fato de que ela se tornou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza (BRANDÃO; LEAL, 2012).

Aproximadamente 300 pessoas fazem parte da comunidade. Boa parte de seus membros são de famílias locais, de grande tradição na pesca, sendo possível encontrar também indivíduos, já pescadores ou não, vindos de outras localidades para fazer parte da comunidade. A saída para o mar é um privilégio essencialmente do gênero masculino. As mulheres são encarregadas de limpar e vender os peixes no mercado municipal ou trabalham por conta própria nas pequenas lanchonetes que ali se instalaram para atender a comunidade pesqueira, sendo comum as esposas dos pescadores não assumirem nenhuma atividade ligada à pesca. Entretanto, o ambiente é bastante familiar, com muitas crianças, em sua maioria meninos, que acompanham os pais nas atividades em terra.

A atividade pesqueira é essencialmente oceânica, dedicada à captura de peixes e algumas espécies de camarões. Os pescadores pescam com canoas de fibra-de-vidro e resina sintética, que variam de 8 a 15 metros de comprimento, com motores de centro a diesel que variam de 11 a 24 hp, construídas coletivamente pelos mestres, camaradas e familiares. A rede utilizada é de náilon de formato retangular, também montadas por eles, com malhas que variam de 1 a 40 centímetros entre nós-opostos.

Os pescadores denominam as técnicas de captura de cerco, fundeio, caceio e arrasto - comuns em outras comunidades marítimas do litoral paranaense. A saber, para a pesca de camarão, os pescadores utilizam duas redes de arrasto com pranchas e com malhas no ensacador que variam de 1 a 6 centímetros entre nós opostos, puxadas pela popa, sempre de fundo. Já para as demais técnicas utilizam redes de emalhe⁴⁸ onde as malhas variam de 5 a 40 centímetros, de acordo com as suas especificidades: o cerco é uma prática onde os pescadores avistam cardumes de peixes e cercam-nos com redes “altas”, como mostraremos na seção seguinte. No fundeio utilizam-se redes de espera que ficam presas ao fundo com poitas de ferro, sinalizadas com bandeiras na superfície. O caceio é um tipo de pesca que

⁴⁸De acordo com a instrução normativa interministerial MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2012, entende-se por redes de emalhe os petrechos constituídos por pano, panagem ou conjunto de panos, com tralha superior para flutuação e tralha inferior para imersão. Na percepção dos pescadores artesanais a rede de emalhe é uma arte de pesca considerada de baixo impacto, onde os peixes ficam presos em suas malhas devido ao seu próprio movimento.

pode ser utilizada de fundo ou de superfície, o qual fica à deriva, de acordo com a correnteza.

As embarcações e apetrechos de pesca são de propriedade individual e coletiva, porém, na maioria das vezes é preciso a incorporação de pescadores não proprietários, chamados de camaradas ou quinhoeiros. Além disso, é muito comum haver além dos tripulantes não proprietários, pessoas que esperam pelas canoas para ajudar na retirada da água. Em troca pela ajuda, eles ganham peixes.

Todo o pescado é vendido no mercado municipal, que é justamente destinado ao comércio da comunidade da pesca artesanal de Matinhos. As bancas são compostas exclusivamente por famílias locais e comerciantes autônomos devidamente conhecidos e aceitos pela comunidade.

O esforço da pescaria é marcado pela sazonalidade, apresentando oscilações no volume de produção principalmente nos meses de verão, onde os pescados diminuem em função das chuvas constantes e do aumento da temperatura da água, e por períodos de defeso⁴⁹ do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) (entre 1 de março a 31 de maio). Apesar disso, os pescadores e pescadoras são encontrados na localidade o ano todo, ainda que para complementar a renda alguns realizem outras atividades não relacionadas com a pesca, como serviços de mecânico e vigilante.

De acordo com a clássica tipologia apresentada por Diegues (1983, p.57) sobre as distintas formas pelas quais o trabalho produtivo na pesca se organiza, a pesca de Matinhos pode ser caracterizada “dentro dos moldes de pequena produção mercantil”. A principal característica dessa forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda. Segundo Diegues (1983), isso pressupõe certa divisão do trabalho já com produtores mais ou menos especializados que não necessariamente participam da captura dos pescados, como o caso dos comerciantes autônomos que vendem os peixes no mercado municipal.

Ademais, trata-se de uma comunidade marítima⁵⁰. Conforme Diegues (1995; 2004), o particularismo dessas comunidades marítimas está relacionado com o

⁴⁹Períodos de defeso correspondem a épocas do ano em que os pescadores não podem capturar determinadas espécies por conta de seu interesse reprodutivo. Para tanto o governo concede o seguro-defeso - um salário mínimo por mês durante toda a temporada de suspensão da pesca.

⁵⁰Muito frequentemente o estudo das relações entre as comunidades humanas e o mar está marcado pelo uso de conceitos e comparações com comunidades humanas que associam pesca em ambientes litorâneos fechados (estuários, mangues) e pequena agricultura de subsistência. Como

ambiente físico do mar, marcado pelas mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d'água, como as tempestades, e pelas espécies de peixes móveis e muitas vezes “invisíveis”. Essa imprevisibilidade e mobilidade resultam em perigos constantes para a navegação e dão origem a um modo de vida muito diferenciado.

Assim é que principalmente em termos tecnológicos não se pode comparar a dinâmica socioespacial da pesca marítima com a de interior. Devido a necessidade de mobilidade e agilidade para a captura dos peixes, os apetrechos e as embarcações são maiores e de longo alcance, diferindo muito daquelas utilizadas por pescadores do “mar de dentro”.

Nesse contexto, é importante ressaltar que apesar de terem adotado novas tecnologias como canoas de fibra e as redes de náilon, eles podem ser considerados tradicionais justamente por essa característica familiar e comunal e por muitos desses pescadores serem netos de pescadores e por terem aprendido a arte da pesca com seus antepassados através da prática oral (ANDREOLI, 2007; DIEGUES, 1983). Além disso, Andreoli (2007) também caracteriza a comunidade como tradicional pelas equipes de trabalho formadas por relações de parentesco e compadrio, sem vínculo empregatício entre a tripulação e o mestre dos barcos.

Destarte, entendemos que a tradicionalidade envolve muito mais do que aspectos tecnológicos⁵¹, como nos esclarece Antônio Carlos Diegues:

O fato de eles adotarem as canoas de fibra de vidro não é o elemento que destrói nem a cultura nem o seu modo de vida. Aliás essas canoas que eu vi [em Matinhos] são uma adaptação das canoas antigas. Somente são um pouco maiores e têm um motor mais possante. As outras também tinham motores, pelo menos aquelas que eu conheci antigamente. Então, o que transforma e o que faz com que o pescador seja artesanal é, primeiro o seu modo de vida, é o fato de ele depender em grande parte da atividade pesqueira, não necessariamente todo tempo ele tem que pescar, mas que seja o modo de vida que garante os seus meios de subsistência, e assim

ressalta Diegues (1995) tais comparações são inadequadas para explicar as complexas relações que existem entre as comunidades de pescadores e o “mar de fora”, o oceano. Sobretudo os pescadores com grande tradição marítima desenvolveram formas de apropriações socioeconômica e cultural do meio marítimo que apontam para uma crescente separação entre as “comunidades de terra” e as “comunidades de mar”.

⁵¹ Por diversas vezes a autora foi indagada quanto ao caráter tradicional da comunidade, já que ela utiliza nos dias de hoje canoas de fibra, motores mais potentes, incorpora pessoas de fora para as atividades, entre outros aspectos. Fazia parte das indagações também o fato do trabalho utilizar um conceito “antigo” de Diegues, o que colocaria em questão essas transformações. Diante disso, trazemos trechos de uma entrevista realizada com o autor, concedida à pesquisadora após o mesmo ter visitado a comunidade de pesca de Matinhos. A entrevista realizada com Antônio Carlos Diegues foi concedida à autora no dia 30 de outubro de 2015.

por diante. Em segundo lugar, não é a tecnologia que classifica, que define o pescador artesanal, e sim a autonomia, o fato deles pescarem segundo a estação, [e etc]. Então o modo de vida deles depende da mobilidade dos recursos, uns recursos pesqueiros vêm no verão outros no inverno, e essa pesca se dá sobretudo através de seu conhecimento. Quer dizer, pra mim o que define pescador artesanal não tem muita coisa a ver com tecnologia. (...) Mesmo que o pescador, por falta as vezes de tripulação pegue alguém de fora, que geralmente ele inclui elementos de fora na sua tripulação. Então não é isso que define o pescador artesanal, como eu disse, a pesca artesanal é uma pesca familiar ou comunitária, ela se define por um território, e ela se define também pelos saberes, e pela auto definição. Essa desqualificação ela não é de hoje. Agora o que eu acho é que independente do que eles pensem, isso não vai mudar a realidade, que esses pescadores são sim artesanais, no sentido que o artesanato é um processo de controle total do processo de produção. Então ele tem a sua canoa, ele organiza a sua pescaria segundo os sinais da maré, do tempo, da chegada dos cardumes, e assim por diante, ele decide pescar na base dessas informações que ele mesmo tem seja dada às tradições – ele aprendeu isso com o pai – seja dada às práticas cotidianas que ele tem no contato com o mar. Então, eu acho que provavelmente essa desqualificação dos pescadores tem outros objetivos, isto é, questão de direitos. E provavelmente tem a ver com o fato de hoje eles explorarem um território, provavelmente maior do que eles exploraram no passado⁵².

É verdade que a partir da Segunda Guerra Mundial inúmeros fatores alteraram a pesca artesanal, sobretudo a introdução do gelo, as redes de náilon e os motores. A utilização desses insumos, não mais fabricados pelos pescadores, aumentou sua dependência do mercado. Entretanto, o termo “mudança social” pode ter vários significados. De um lado pode-se pensar em “mudanças estruturais” ou alterações fundamentais que modificam um modo de produção e o transformam em outro. Esse conceito diz respeito à transição de uma forma de se organizar a produção social em outra. Ele pode também se referir a alterações de ordem socioeconômica e cultural sem que transformem as determinações estruturais de uma forma de produção. No entanto, a introdução de determinadas tecnologias pode alterar certos aspectos de produção e da vida social de comunidades de pesca artesanal sem que modifiquem os elementos fundamentais da pequena produção mercantil. Algumas dessas mudanças são, na verdade, ajustes de caráter ecológico e socioeconômico, mas não alteram o sistema de produção e dominação existentes. Dessa maneira, inovações tecnológicas como redes de náilon e motores, são absorvidas pelas comunidades sem que haja uma transformação profunda das relações de produção⁵³ (DIEGUES, 1983).

⁵³ Já na década de 1970, os trabalhos de Forman (1970) e Mourão (1971), com jangadeiros alagoanos e pescadores do litoral sul de São Paulo, respectivamente, apontaram que a introdução de novas técnicas e apetrechos foram absorvidas pelas comunidades de pesca artesanal sem que

Nesse sentido, atentamos para o fato de que a questão da tradição está relacionada ao cerne da própria pesca artesanal, isto é, no domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da profissão. Esta é entendida como domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas e da relação com o ambiente marinho, que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal (DIEGUES, 2004).

Não estendendo mais, e a partir das contribuições de Brandão e Leal (2012, p.85), acreditamos que eles não são tradicionais porque “aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo “eles” é moderno”. São tradicionais “porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos e resistentes”. E principalmente por possuírem uma “tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar” (BRANDÃO; LEAL, 2012) e, por se autoidentificarem como comunidade tradicional e artesanal de pesca.

houvesse transformação profunda das relações de produção (DIEGUES, 2004). Trabalho recente de Machado (2013) com a comunidade de pesca de Barra Velha, Santa Catarina, também aponta para essa perspectiva.



FIGURA 2: ASPECTOS DA COMUNIDADE DA PESCA ARTESANALDE MATINHOS, EM 2015, LITOTRAL DO PARANÁ.
FONTE: AUTORA

1-Barcos com motor, com destaque para as bandeiras sinalizadoras feitas de concreto, bambu, isopor e pano . 2- Ranchos de pesca. 3- Mercado municipal e pescador consertando rede. 4- Jovens jogando em um dos ranchos de pesca. 5-Pescadores confeccionando canoa. 6- Pescador limpando a rede de emalhe.

3.2 A PESCA NO ARQUIPÉLAGO DE CURRAIS

A sabedoria não diz respeito [somente] ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas aonde e quando utilizá-lo (Anelino Francisco Silva).

Os pescadores artesanais, tanto de água doce como marinhos, não procuram suas presas ao acaso, mas as buscam em locais específicos, onde o pescado é em geral encontrado agregado, em manchas. Os pescadores denominam essas áreas de pesqueiros, ou pontos de pesca, que são na realidade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas (BEGOSSI, 2004). De acordo com Begossi (2004), alguns pontos de pesca são constituídos por áreas que incluem, por exemplo, lajes de pedra ou onde existem substratos constituídos de areia.

Ilhotas marinhas também constituem pontos de pesca importantes devido a capacidade de concentrar parcéis e lajes, ou ainda pela diversidade de algas existentes que desenvolvem diferentes tipos de relações ecológicas com espécies de peixes. Esse é o caso, por exemplo, do arquipélago de Currais.

Mais conhecido pela população local como Ilha dos Currais, o arquipélago está situado entre as baías de Guaratuba e Paranaguá, e compreende três pequenas ilhas inabitáveis, distantes da costa por cerca de sete milhas náuticas. As ilhas não possuem praia e sim costões de rochas que afloram no mar. A região é rica em recursos naturais e constitui um dos pontos mais importantes de nidificação de aves do sul do Brasil. Além disso, segundo Pinheiro (2005), no arquipélago são raros os fundos consolidados tão frequentes nos estados vizinhos de São Paulo e Santa Catarina, existindo grande diversidade de algas, que servem como zona de refúgio noturno para espécies pelágicas transitórias, como a tainha e a cavala.

Diante disso, os limites que compreendem o arquipélago são um dos pontos de pesca mais utilizados pelos pescadores do município de Pontal do Paraná e principalmente pela comunidade de Matinhos. De acordo com dados disponibilizados pela colônia do município do Pontal do Paraná, cerca de 20 embarcações utilizam o espaço, enquanto Matinhos representa a maior parte das embarcações, com 38 barcos. É um local tradicionalmente usado de geração em

geração. Em contato com os pescadores, pudemos estipular que se trata da quarta geração de pescadores que utilizam Currais e que a prática tenha começado com a própria comunidade de Matinhos, pois de acordo com os relatos, a ilha é utilizada desde 1950.

A pesca no arquipélago acontece nos meses de outono e inverno (maio a setembro), quando espécies de peixes migratórias como a tainha (*Mugil liza*)^{54,55} e a cavala (*Scomberomorus cavala* e *Scomberomorus brasiliensis*) passam pela região, vindas em rota migratória do sul em direção ao norte. São espécies pelágicas, isto é, vivem pelo menos um estágio da vida em cardumes, nadando livremente sob a coluna de água. A cavala é uma espécie predadora, não se misturando, portanto, com outros peixes. Já a tainha tem característica migratória ligada à reprodução, período em que ocorre uma grande incidência de pesca (ESPER *et al.*, 2001).

A tainha, em especial, é uma espécie de interesse comercial muito grande⁵⁶ na economia e cultura das comunidades caiçaras do litoral paranaense, sejam comunidades marítimas ou estuarinas⁵⁷. Na comunidade de Matinhos não é diferente, o pescado serve não só para a sobrevivência das famílias dos pescadores, como também gera impactos positivos para a cidade, já que a pesca da tainha é uma das principais atividades tradicionais do município, com diversas

⁵⁴Problemas envolvendo identificação taxonômica, estrutura e comportamento das espécies do gênero *Mugil* geram muita confusão. No sudeste e sul do Brasil, por exemplo, as espécies *Mugil liza* e *Mugil platanus*, são crípticas e portanto difíceis de distinção (ESPER *et al.*, 2001). Entretanto, desde 2010 *M. platanus* e *M. liza* foram sinonimizadas, sendo *M. liza* o nome correto para denominar a tainha (MENEZES, *et al.*, 2010).

⁵⁵Especificamente a tainha, o MPA e o MMA estabelecem que a temporada anual de pesca seja de 15 de maio a 31 de julho (Portaria MPA/MMA nº 04, de 14 de maio de 2015).

⁵⁶Segundo o MPA e MMA, a pesca no litoral do Paraná, se comparada aos Estados vizinhos de Santa Catarina e São Paulo, não é economicamente expressiva, mas ainda assim, apresenta importância social e econômica para a população local. Dessa maneira, o MMA e o MPA reconhecem a tainha como importante recurso para as comunidades artesanais do litoral. Ainda que a atividade não ocorra durante todo o ano na região marinha, a pesca da espécie é a mais esperada entre os pescadores artesanais da região sul e sudeste do Brasil, possivelmente pela quantidade de peixes que podem ser capturados, de pessoas que a praticam e pela sua organização tão peculiar (BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Meio Ambiente, 2014).

⁵⁷A tainha é uma espécie de ambientes costeiros marinhos e estuarinos. Ela passa a maior parte de seu ciclo de vida em ambientes estuarinos (estuários de planície, baías e lagoas costeiras) e inicia o processo de migração reprodutiva para o oceano no outono, para desovar no inverno. Após a desova, as larvas e pré-juvenis de tainha retornam para os estuários, que são usados como ambientes de criação e alimentação. Os juvenis de tainha permanecem no estuário até a idade de primeira maturação, quando realizam a primeira migração reprodutiva. Assim é que em ambientes interiores (baías, estuários e lagoas) a pesca é realizada anualmente, apesar de variações nas modalidades de pesca ao longo do ano. Já nos ambientes marinhos a pesca da tainha é realizada no período específico, entre abril e agosto (BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Meio Ambiente, 2014).

festividades relacionadas a ela. Dessa maneira, todos esperam e contam pelos meses da tainha, pois sabem que este período faz parte da cultura local e acarreta muitos benefícios econômicos.

Aproximadamente 115 pescadores, distribuídos em 38 barcos saem ao mar para a captura dos pescados advindos dos limites do arquipélago. Cada barco possui um mestre e dois tripulantes que estabelecem relações de compadrio e/ou parentesco. A relação de parentesco é constituída principalmente entre pais e filhos. A maioria são jovens de 17 a 25 anos que irão assumir as embarcações e os apetrechos de pesca dos pais quando estes se aposentarem. Em média os mestres das embarcações pescam na região há mais de 25 anos, sendo frequente a ocorrência de pescadores mais velhos pescando há mais de 35 anos no perímetro do arquipélago.

Utilizada inicialmente através da prática de espinhel, a pesca no arquipélago foi se modificando e principalmente na década de 1970, com a introdução das canoas com motor e das redes de maior comprimento e largura, a pesca adquiriu novos padrões. Assim, a partir da década de 1980 os pescadores começaram a utilizar redes maiores, substituindo a técnica do espinhel pela técnica denominada “cerco”. O cerco é realizado com redes de emalhe que variam de 20 a 24 metros de altura e entre 700 a 1.000 metros de comprimento, conhecida como “rede alta”. As malhas da rede vão de 9 a 12 centímetros entre nós opostos, sendo as malhas de 9 e 10 para cercar cardumes de cavala e de 11 e 12 para cercar tainhas.

Cada tripulante exerce uma função na pescaria. O mestre da embarcação, também chamado de popeiro⁵⁸, é quem fica no leme avistando os cardumes e quem joga a rede. O proeiro é responsável por jogar o chumbo para a rede não sair “cochada”, isto é, para a rede não se mexer e o cerco ficar aberto. Já o pescador responsável pela boia auxilia o mestre na visualização dos cardumes e na hora da cercada. Após cercarem os peixes todos puxam a rede. O sucesso da pescaria resulta da capacidade de seus membros se comunicarem entre si, muitas vezes por meio de sinais, e da boa vontade de todos fazerem a sua parte.

A pesca é realizada durante o dia e a noite. A pesca de dia é ideal para a captura da cavala. Tem início antes do amanhecer e não tem hora para acabar, podendo se estender até às 18h. O retorno acontece quando os pescadores

⁵⁸Denomina-se popeiro em função do indivíduo estar na parte de trás da embarcação, chamada de popa. Já o proeiro permanece na parte da frente da embarcação, chamada de proa.

acreditam que já capturaram peixes o suficiente ou ainda quando acreditam que mais nenhum cardume irá passar pelos pontos de pesca naquele dia. Já a pesca realizada durante a noite serve para cercar tainhas.

É um tipo de pescaria que os pescadores consideram de baixo impacto ambiental, pois na percepção deles trata-se de uma rede seletiva, que não captura espécies não-alvos e pescam peixes grandes, acima de um quilo e meio. Além disso, os cercos não capturam todos os peixes do cardume. Como explica um dos pescadores isso acontece, pois:

[...] a rede não fica estaqueada⁵⁹. Questão de uma hora você termina todo o trabalho. Você faz o cerco, faz todo o procedimento pra fechá a rede, o peixe bateu e malho, você puxa toda a rede e segue, não fica a rede estaqueada no costão. Não dá aquele impacto de você fala: mata peixe de pedra. Não, não mata. Mata outros tipos de peixes? Não, porque eles não se envolvem no mesmo cardume. Às vezes acaba matando um ou outro peixe que ele (cavala) tá atacando, tipo olho de boi, palombeta, mas são todos peixes de passagem, que não fica no costão. Outra coisa, não pega todo o cardume porque nossa rede é rede de emalhe, não é igual a rede de industrial. Industrial ele cerca, fecha o fundo com a nilha, e ele vem baldeando o peixe. Então ele pega tudo, e a malha é muito pequena. A nossa malha não, ela é grande, o que é pequeno passa e vai embora, o que é grande fica. A gente não faz o mesmo procedimento deles que é puxa as duas partes aparelhadas pra fecha a rede e o peixe não ter como escapar. A partir do momento em que você abre a rede e começa a puxar, o que não bateu vai embora... e é geralmente a grande maioria. Tipo assim, se a gente cercar um cardume de 10 toneladas nós vamo pega aí uns 500 quilos. (Pescador P7, 28 anos).

Além disso, são muitos os fatores que influenciam na pescaria. Quando o mar está muito agitado, com “força de maré” os pescadores têm dificuldade na captura dos pescados. Outro fator de grande influência é a tonalidade da água, pois como argumenta um pescador:

[...] Se a água tiver clara quando você cerca aí a ele (peixe) fica andando em volta da rede. Você pode fazer barulho, o que você quiser.. A hora que você abrir a rede ele [peixe] sai dali. Muitas vezes não chega a tirar 10%, depende muito da cor da água, da claridade da água, se a água tiver muito clara você não chega a tirar 10% do cardume. E se a água tiver um pouco mais salobra, um pouco mais escura você chega a tirar na base de 30, máximo 35% do cardume. Outra coisa, se a gente cercar onde a rede não engata, se tiver muita força de maré a gente não pega peixe. A gente pega quanto tá parado. (Pescador P2, 54 anos)

Esses fatores impossibilitam os pescadores de saírem todos os dias para o mar. Assim não é raro que os pescadores passem fins de semana e feriados

⁵⁹A rede não fica parada.

pescando e em dias de semana sejam vistos em terra, consertando seus apetrechos ou “batendo papo”. Não obstante a sua vontade e necessidade, em uma temporada de pesca, que vai de maio a setembro, os pescadores chegam a trabalhar cerca de 20 dias no mar.

Apesar de todo o arquipélago ser utilizado para executar as atividades de cerco, existem pontos específicos, considerados mais propícios para a captura dos cardumes. Diferentemente da denominação de pesqueiros abordados nos trabalhos de Maldonado (1993) e Begossi (2004), que correspondem a pontos de pesca onde há alguma forma de regra de uso ou conflito, e que são mantidos em sigilo por um grupo de pescadores, os pontos de pesca no arquipélago são de conhecimento e uso comum de todos os pescadores artesanais, tanto de Matinhos quanto de Pontal do Paraná.

A única “regra”, praticada há anos, para se apropriar de um ponto de pesca (FIGURA 3) é “quem chega primeiro” (first come’s rights), ou seja, a embarcação que visualizar primeiro o cardume, ou ainda como muitos dizem, o pescador que acordar mais cedo. Segundo eles, essa regra nunca deu problema e raramente são vistas embarcações de pescadores artesanais de outras regiões. Além disso, como se trata de um lugar abrigado, de pouca profundidade e com muitos parcéis, os barcos grandes da pesca industrial (traineiras)⁶⁰ não conseguem entrar.

O único problema consiste quando pescadores esportivos, que costumam frequentar o arquipélago para a pesca de currico⁶¹, disputam os mesmos cardumes com os pescadores artesanais:

[...] Eles [pesca esportiva] usam a gente pra descobrir o cardume, a gente conhece... Na verdade eles usam a gente e depois querem atrapalhar a gente... Querem passar por cima da gente. Além de usar o conhecimento da gente, eles querem passar por cima. Como a canoa corre menos, eles ficam prestando atenção, quando tu vai em cima, eles vão com a lancha na frente, passam na frente. Muitas vezes a turma cerca com a lancha e tudo. Aquela vez o Almir cercou, o cara ficou dentro, cortou a rede do Almir [...] Cortam de propósito daí...(Pescador P3, 50 anos)

⁶⁰Empreendimentos da pesca industrial estão cada vez mais interessados na exploração da tainha. Especialmente a partir da última década a tainha tornou-se um importante alvo durante o período reprodutivo, pois suas gônadas (conhecidas como “ovas”) têm alto interesse comercial para exportação. Esse quadro foi considerado no último Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha, como uma das ameaças significativas à sobrevivência da espécie (BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério do Meio Ambiente, 2014).

⁶¹Modalidade de pesca de linha e anzol, onde se lança uma isca artificial para capturar os peixes.



FIGURA 3: PONTOS DE PESCA MAIS UTILIZADOS NO ARQUIPELAGO DE CURRAIS PELOS PESCADORES DE MATINHOS
 FONTE: ELABORAÇÃO F. SEZERINO (2015).

- 1 Parcel de terra (cerca de 300 metros da ilha);
- 2 Pesqueiro/passa-passa do meio (cerca de 70 metros da ilha);
- 3 Costão do sul (cerca de 50 metros da ilha, se estendendo por cerca de 2 quilômetros em direção ao sul)
- 4 Norte dos Currais (cerca de 150 metros da ilha, se estendendo por cerca de 2 quilômetros em direção nordeste);
- 5 Norte do ilhote (150 metros da ilha);
- 6 Norte do ilhote (150 metros da ilha)

Os pontos de pesca mais utilizados pelos pescadores de Matinhos (FIGURA 3) foram nomeados ainda pelos pescadores que antecederam a geração atual. A localização é feita através das próprias ilhas que compõe o arquipélago, como também pelos morros em terra, chamados de “mamotes”.

Apesar de cada embarcação ser responsável pela visualização e captura do seu pescado, é comum pescadores de outros barcos de ajudarem. Isso acontece

quando uma embarcação que já está cercado um cardume avista outro e imediatamente os mestres se comunicam por sinais ou até mesmo por telefone para passar a localização do cardume. Além disso, é muito comum uma embarcação estar finalizando um cerco e outro barco colocar a rede por cima para “manter o peixe cercado”.

Em média cada barco captura cerca de duas toneladas de tainha e três toneladas de cavala por temporada de inverno. Todo pescado é vendido para o mercado municipal e o dinheiro é dividido entre o mestre e os tripulantes na seguinte proporção: metade para o proprietário da canoa, que na maior parte dos casos é o mestre da embarcação, e a outra metade é dividida entre os tripulantes.

3.3 O ARQUIPÉLAGO DE CURRAIS ENQUANTO TERRITÓRIO DOS PESCADORES DE MATINHOS

O conceito de território é antigo, oriundo ainda dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII (CARDOSO, 2001; HAESBAERT, 2014). Hoje, a abordagem territorial está presente em diversas áreas do conhecimento como a Geografia, a Antropologia e a Ciência Política. As distintas noções que envolvem o conceito são levantadas e agrupadas por Haesbaert (2014) dentro de referenciais teóricos que levam em consideração o binômio materialismo e idealismo, com visões mais parciais ou holísticas em relação à sociedade-natureza e as dimensões sociais privilegiadas (economia, política e cultura); e a historicidade do conceito, em dois sentidos, sua abrangência histórica e seu caráter mais absoluto ou relacional.

Este levantamento realizado por Haesbaert (2014) acaba evidenciando o quão amplo o conceito é, e como pode ser trabalhado e constituído a partir de diversos enfoques, a partir das relações de poder, ou de dimensões mais simbólicas das relações sociais e até mesmo sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal.

Ao que parece analisando a produção bibliográfica, a questão territorial na pesca ganha visibilidade no Brasil a partir dos anos 1990, principalmente com o trabalho etnográfico de Simone Maldonado (1993). Ao estudar a partir do viés

sociológico⁶² as práticas em que os pescadores da Paraíba organizam o trato do espaço, a autora apresenta noções da territorialidade na cultura marítima e diz ser possível tratar de territórios na pesca. Utilizando-se de Godelier, Maldonado (1993, p.38) define o território como a “parte da natureza e do espaço pertencente a uma sociedade que distribui entre os seus membros os recursos oferecidos por aquele meio com vistas à sobrevivência”. Segundo a autora, o meio se torna recurso à medida que satisfaz as necessidades humanas e sociais e ao se reproduzir em outras dimensões da vida social. O recurso é o meio pensado, classificado, passível de usufruto, o que por sua vez se dará em articulação com outros processos sociais, em fenômenos e relações históricas. Assim, a territorialidade é encarada como processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes.

Segundo Maldonado (1993) a noção de territorialidade é fundamental à lógica pesqueira, à expressão dessa tradição e, sobretudo resultante de configurações ideológicas e das práticas inseridas no tempo e no espaço. Dessa maneira, os territórios na pesca são mais do que espaços delimitados, são lugares conhecidos, nomeados, usados, defendidos e, sobretudo incorporados na tradição. Esses territórios tanto podem corresponder a realidades geográficas concretas quanto a representações que frequentemente se estendem às relações sociais, na medida em que a territorialidade humana engloba amplo leque de dimensões como status, identidade e prestígio, não raro podendo constituir-se em ordenações simbólicas em cujo bojo se dá as relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia.

Assim, a territorialidade se desenvolve através do tempo, passando de uma geração a outra nos processos de socialização e de transmissão da tradição como relevante dimensão da capacidade que o homem tem de conferir significado simbólico ao espaço. Nesse sentido, a territorialidade marítima dos pescadores artesanais envolve formas localizadas e culturalmente organizadas de divisão e de apropriação do espaço. Sendo o mar considerado patrimônio da humanidade e meio de posse comum, a sua exploração se viabiliza nas formas em que cada grupo social o percebe, delimita e divide, construindo assim os territórios marítimos (MALDONADO, 1993).

⁶²Em suas análises e reflexões Maldonado recorre às teorias sociológicas alemãs, sobretudo as obras de Georg Simmel e Max Weber.

Na Geografia, o conceito de território na pesca é apresentado também enquanto categoria de análise por Cardoso (2001; 2003; 2007). Partindo de uma proposição marxista que define o território a partir da relação de apropriação qualificada pelo trabalho social, os estudos de Cardoso com distintas comunidades pesqueiras apontam para a questão da territorialidade na pesca. Segundo Cardoso (2001, p.79), “podemos falar em territórios de uso das sociedades pesqueiras, uma vez que estas se apropriam de porções do espaço aquático a partir do trabalho e do conhecimento dos processos naturais que atuam nelas”. O território seria então tratado em relação ao seu valor de uso para estes grupos, onde “na apropriação deste meio se constrói os territórios de pesca” (CARDOSO, 2001, p. 82).

Entretanto, os territórios dos pescadores não se restringem apenas aos espaços aquáticos. Segundo Cardoso (2001; 2003) sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre. A terra é o espaço da morada, da realização do pescado enquanto mercadoria e alimento. Já as águas são os espaços da produção, apropriados pelos pescadores e onde parte significativa da territorialidade pesqueira se manifesta.

Utilizando-se ainda dos aportes da geografia para entender os territórios na pesca, Silva (2010), a partir da análise da geografia cultural, diz que o território na pesca é resultado da identificação social. Ao se discutir a territorialidade nesse universo está se buscando na verdade a apreensão de uma conjunção de significados atribuídos pelos que praticam a atividade sobre a vivência e a reprodução social. Assim, para o autor, um território da pesca envolve a identidade, que por sua vez é simbólica e abstrata, originária de vivências e afetos concretos. Assim, o pescador se identifica com um território não pela sua renda do trabalho, mas pelo domínio do mar, pelo prazer do saber-fazer e pelo reconhecimento da comunidade.

Dessa maneira, é na cultura da pesca que estão os significados que essa atividade tem na história de vida dos pescadores. O valor simbólico de sua representatividade é caracterizado pelas práticas sociais do trabalho e pela elaboração sociocultural que se trava nas próprias comunidades, alimentando a significação e a práxis do território pesqueiro (SILVA, 2010).

Entretanto, se tratando de uma realidade complexa, acreditamos que ao se relacionar com o mar os pescadores constroem ao longo do tempo diferentes formas de apropriação, que vão desde aquelas ligadas estritamente ao caráter material,

responsáveis pela reprodução econômica da comunidade, como também desenvolvem modos de apropriação simbólica, expressas através da cultura e do cuidado com aquele espaço. O conjunto dessas formas e práticas configura o território da pesca. Nessa perspectiva entendemos que para além do território enquanto produção, historicamente determinado, a questão territorial no arquipélago de Currais envolve também dimensões simbólicas.

A historicidade, as lembranças dos momentos vividos e relatados por seus antepassados, o cuidado com aquele espaço, e a maneira comunal e familiar como compartilham os recursos pesqueiros, relevam que o arquipélago de Currais representa uma herança:

Já há muitas gerações a gente pesca lá né, meu pai, meu bisavô era bugre, iam de barco a vela, de canoinha a vela pros Currais, faz a casinha que tem lá nos Currais lá, pra secar os peixes, as cavala, os cação, pra trazer seco pra praia. (Pescador P1, 49 anos)

A gente se criou lá né nos Currais, desde a infância. Antigamente nós tava de viagem e eles [família] paravam ali [na casinha da ilha], aí eles trabalhavam três, quatro dias pra viajar mais pro norte. Trabalhavam três quatro dias aí eles tiravam o peixe da rede, limpavam, salgavam e guardavam pra seguir viagem. (Pescador P2, 54 anos)

[...] passou de pai, o vô pescava lá, o pai pescava lá, hoje eu filho pesco lá, o meu filho também vai pescar lá [...] Ela [arquipélago de Currais] não é um lugar só que o pescador usa pra extrativismo da pesca, mas pra nois tem muito valor, muito valor de cultura, né?! (Pescador P8, 38 anos)

[...] Pode ter certeza só tá os Currais lá porque o povo tradicional cuida muito bem dos Currais, porque se não, não taria lá. Então você pode ver que desde quando a pesca tradicional inicio aqui no litoral os Currais continua lá, e continua dando peixe da mesma forma, e eu acho que nunca vai acabar ali porque, se depender dos povos tradicionais que tem uma estreita, assim, convivência com a natureza né, eu acho que sempre vai existir ali bastante peixe e vai dá pra todo mundo desfrutar do bem natural ali que é maravilhoso. (Pescador P4, 44 anos)

Estes relatos nos indicam que os pescadores de Matinhos vivem material e simbolicamente do mar e da pesca, e tiram das ilhas dos Currais um de seus referenciais. Da ilha surgem mais que do que elementos para a reprodução econômica dos pescadores. Da ilha surgem memórias, histórias, e principalmente a identidade do pescador artesanal de Matinhos. É como se fosse a extensão de suas casas, daí o cuidado, o respeito, a passagem geracional e a importância simbólica e material que atribuem às ilhas.

As práticas nos Currais dão à comunidade características identitárias, pois passam a ser uma das dimensões da vida social. Dessa maneira, encontramos na pesca em Currais o que Diegues (1995) chama de “ideologia da pesca”, caracterizada pela identificação com o mar, em que a gratificação do trabalho aumenta não só pelas maiores quantidades capturadas nos meses de inverno, mas pelo domínio do mar, pelo prazer do saber-fazer e pela continuidade das práticas que foram construídas por seus antepassados, que os pescadores souberam preservar.

Ao mesmo tempo, é expressivo no dia-a-dia da comunidade a necessidade e a dependência dos recursos pesqueiros para a sobrevivência econômica das famílias, que utilizam os pescados tanto para a subsistência quanto para a comercialização. Visto que nos meses de verão o esforço da pescaria decai, em função do defeso e também por conta da temperatura da água e das chuvas constantes, a temporada do inverno serve para arrecadar dinheiro. Muitos pescadores, inclusive, têm condições de acessar os programas de apoio à pesca como o PRONAF⁶³ justamente em função dos lucros do inverno.

Além disso, diferentemente de outras técnicas de pesca, como o arrasto e o fundeio feitas em dois tripulantes, a pesca de cerco necessita da incorporação de mais um pescador. Assim, pescadores não proprietários de embarcações também vêm na pesca em Currais uma possibilidade de trabalhar mais.

Observa-se então uma dimensão econômica:

[...] nois temos isso [pesca em Currais] como uma área de pesca durante alguns meses forte da economia do município. Nois dependemos da ilha, nos dependemos da ilha pra sustentar nossa família. (Pescador, P1 49 anos)

A atividade pesqueira ali nas imediações de Currais ela garante a subsistência de pelo menos umas 100 famílias aí no inverno, diretamente né, e indiretamente de mais de 400 famílias. (Pescador, P8 38 anos)

⁶³O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar) é uma política pública voltada aos agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores bem como suas organizações. Tem como objetivo dar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. No caso do PRONAF pesca, o subsídio serve para financiar a compra de redes, embarcações, motores, caixas térmicas, dentre outros apetrechos de pesca. Para acessar o programa é preciso que o pescador(a) seja profissional e artesanal e dedique à atividade com fins comerciais como autônomo, com meio de produção próprio ou em regime de parceria com pescadores igualmente artesanais (BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura, 2014).

Diante dos relatos e dos momentos vivenciados com a comunidade, entendemos que a territorialidade dos pescadores de Matinhos em Currais envolve um conjunto de comportamentos, expressos tanto na sua dependência econômica dos pescados, quanto na sua vontade de preservar o bem natural e cultural deixado por seus antepassados. Assim, o território Currais consegue ser para a comunidade uma fonte de renda, de cultura, de identidade.

Não obstante, a questão da territorialidade pesqueira fornece elementos para uma discussão mais ampla a respeito da propriedade dos bens naturais (CARDOSO, 2001). Para Cardoso (2003) esses territórios pesqueiros, delimitados formal ou informalmente, garantem a reprodução das comunidades de pesca e transformam-se em instrumento de gestão das pescarias. Visto em primeiro momento como bens comuns de acesso ilimitado, a apropriação de territórios pesqueiros por parte dos pescadores leva a criação de mecanismos que regulam o uso e acesso. Diante disso, o autor aponta para a importância da categoria território enquanto instrumento de gestão das pescarias.

Essas premissas, segundo Cardoso (2001), podem vir a ser a base de instrumentos de gestão que reconhecem o papel das comunidades, suas formas de organização, apropriação do espaço e construção de territórios, como modelos a serem implantados na gestão dos recursos naturais. No entanto - e como veremos no próximo capítulo - a criação de parques e reservas naturais em áreas de morada e trabalho dos pescadores tem sido alvo de denúncia por parte destes, uma vez que as restrições de uso acabam comprometendo seus modos de vida e suas fontes de renda.

CAPITULO IV – CONFLITOS AMBIENTAIS NA CRIAÇÃO DO PARNA MARINHO ILHAS DOS CURRAIS

“A gente vê as foto dos peixes em extinção né? Daqui uns dias vai ter a foto nossa lá, do pescador artesanal em extinção, porque não vai ter mais, não vai ter mais como pescar nos Currais..” (Pescador P5, 54 anos)

O objetivo principal deste último capítulo é expor o resultado da etapa final da pesquisa participante realizada com a comunidade de pesca de Matinhos - etapa em que foram realizadas as entrevistas com os principais atores sociais envolvidos na criação e gestão do PARNA Currais. Além disso, após todas as entrevistas e discussões foi possível a assinatura de um acordo de pesca, o qual liberou as atividades de pesca no arquipélago.

Dessa forma, este capítulo faz uma análise do discurso da comunidade de pesca; do autor do projeto de lei; de representantes da Associação Mar Brasil; e do representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), acerca de suas percepções sobre as duas questões que norteiam os conflitos observados: o processo de criação da unidade e a continuidade do uso e acesso aos bens pesqueiros.

Discute-se ainda à luz de instrumentos jurídicos e estudos de caso, a questão dos conflitos e da viabilidade do acordo de pesca para conciliar as atividades dos pescadores com os objetivos de conservação da unidade. Além disso, a partir das considerações de Cruz (2013) entende-se e discute-se as lutas empreendidas pela comunidade, através do conceito de lutas pelo direito do território.

4.1 A CRIAÇÃO DO PARNA ILHAS DOS CURRAIS

A criação de espaços marinhos protegidos apareceu como preocupação mundial pela primeira vez em 1962 durante a I Conferencia Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle, onde a comunidade internacional chamou atenção para a

necessidade de se conservar os ambientes marinhos. No entanto, pouca eficácia foi observada, de tal modo que novas avaliações apontaram em 2010 que enquanto os ambientes terrestres já tinha atingido a nível global uma média de 12,7% de proteção nos oceanos as estimativas mais otimistas apontavam para apenas 1,6% (PRATES, 2014; PRATES; SOUSA, 2014).

Ilustram bem estas estimativas o caso brasileiro, em que existem apenas dois parques nacionais marinhos, o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, na Bahia. Somadas as demais categorias de UC, como as Áreas de Proteção Ambiental (APA), o Brasil tem, de acordo com Prates (2014), apenas 1,5% de seu território marinho protegido.

A proposta para a criação de uma UC na área que atualmente abrange o PARNA Marinho Currais foi feita pelo ex-deputado federal Luciano Pizzatto, através de um projeto de lei⁶⁴ elaborado no ano de 2002. Normalmente, as UC Federais são criadas por ato do Poder Executivo, que após completar todo o processo de criação previsto na Lei do SNUC, é enviado pelo MMA à Casa Civil a proposta de decreto (PRATES, 2014). A criação do PARNA Currais tratou-se, portanto, de um processo atípico, pois partiu direto do legislativo.

De acordo com o ex-deputado, as Ilhas dos Currais sempre foram objeto de pressão que ele sofria da comunidade de pesquisadores para sua conservação. De fato, as ilhas foram indicadas em 2002 pelo MMA como área prioritária para conservação da Mata Atlântica e dos Campos Sulinos, na categoria de área de extrema importância biológica (MMA, 2002).

Segundo o deputado, em 2002, após as discussões a respeito da implantação dos recifes artificiais nas proximidades das ilhas, ele propôs a criação do PARNA. De acordo com o ex-deputado, esse parque não precisaria ter porções de água, mas apenas as porções de rochas que compõe o arquipélago. No entanto, para que fosse possível desenvolver atividades de pesquisa foi estipulado no projeto de lei um pequeno quadrilátero.

Como mencionado em seu decreto de criação o parque tem por finalidade “proteger os ecossistemas das Ilhas dos Currais, bem como os ambientes marinhos dos limites do seu entorno, permitindo ainda a proteção e controle de relevantes áreas de nidificação de várias espécies de aves e de hábitat de espécies marinhas”.

⁶⁴Projeto de Lei N° 7.032/02

A categoria parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000, Art. 11). Isto é, nos parques são permitidos apenas usos indiretos dos recursos naturais⁶⁵.

Entretanto, como já vimos, os bens pesqueiros advindos dos limites do PARNA são tradicionalmente utilizados pelos pescadores artesanais do litoral paranaense, principalmente pela comunidade de pesca artesanal de Matinhos. Posto isto, a criação da unidade gerou dúvidas, disputas de lógicas e usos, principalmente para a comunidade de pesca, que viu a base de sua reprodução sociocultural e econômica afetada pelos critérios restritivos da categoria, mas também porque foi apanhada de surpresa, pois não foi chamada a participar do processo.

⁶⁵O uso indireto é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

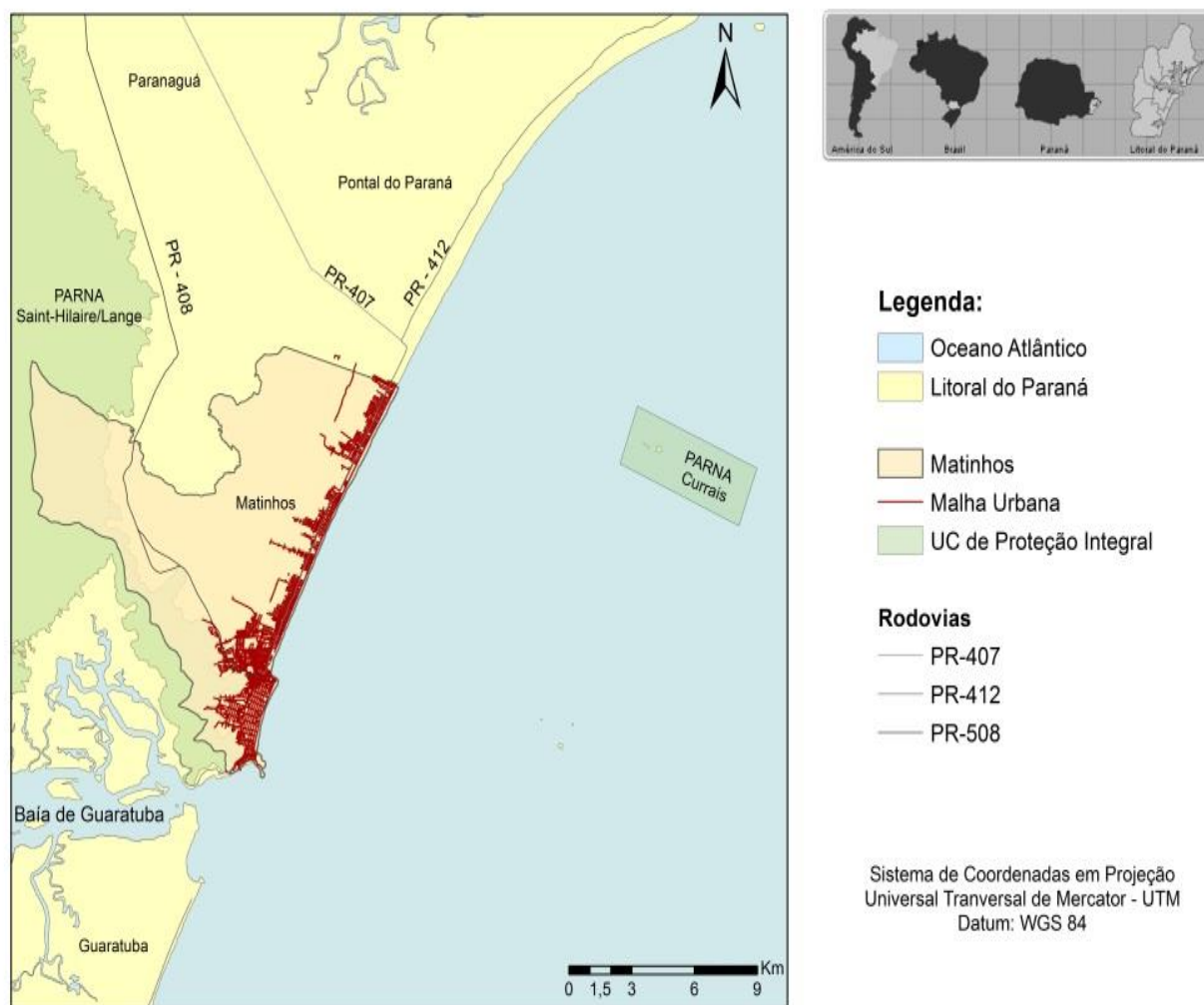


FIGURA 4: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL MARINHO DAS ILHAS DOS CURRAIS E DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, PARANÁ.
FONTE: ELABORAÇÃO F. SEZERINO (2015)

4.2 CONFLITOS GERADOS COM A CRIAÇÃO DO PARNA

Para a ecologia política, pano de fundo deste trabalho, os conflitos ambientais ocorrem pelas disputas e controvérsias entre grupos sociais derivadas de formas distintas, e muitas vezes antagônicas, de uso e apropriação da natureza (ACSELRAD; 2004; LEFF, 2003; LITTLE, 2001; 2006).

Por outro lado, as diferentes percepções e lógicas de uso e apropriação de recursos feitos por comunidades tradicionais e a incidência de políticas ambientais sobre espaços protegidos tendem para os chamados conflitos ambientais territoriais. De acordo com Zhouiri e Laschefski (2010) esses conflitos marcam situações em que

existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial. Neste caso, a implantação de uma unidade de conservação de proteção integral se sobrepondo a territorialidade da comunidade pesqueira, que se considera afetada.

Nesse universo, a criação do PARNA Currais emergiu conflitos entre a comunidade de pesca e órgão gestor ICMBio tanto pela falta de participação da comunidade no processo de criação da unidade, quanto pelas restrições ao uso e acesso costumeiro dos bens pesqueiros, devido ao estranho desenho dos limites do parque criado. Os diferentes atores sociais envolvidos com a criação e gestão da unidade têm posicionamentos divergentes sobre esses conflitos, sendo que essas divergências são os motivos que caracterizam o quadro conflituoso.

4.3 ATORES SOCIAIS E PERCEPÇÕES SOBRE OS CONFLITOS

4.3.1 Pescadores Artesanais

Analizando a percepção da comunidade de pesca de Matinhos sobre os conflitos gerados com a criação do PARNA observa-se inicialmente um conflito em decorrência da não participação desses atores na criação da unidade. Segundo os pescadores, a criação do parque não foi participativa, isto é, não houve nenhuma consulta pública para o estabelecimento da unidade. De acordo com o Presidente da Colônia de Pescadores de Matinhos:

O que fica intrigado na nossa comunidade é que nós, eu, eu to a frente da colônia faz quase 10 anos, e eu não conhecia, eu não tinha ideia e muito menos conhecimento do projeto da ilha ser um parque... Então assim, pegou nós de contrapé. Ninguém conhecia isso. [...] Todos nós estamos aqui e ninguém conhecia isso. (Mário Hanek – Presidente da colônia de pesca de Matinhos)

A não participação social para dialogar com as instâncias públicas sobre a criação da UC resultou para esses pescadores num conflito. Isso porque, o processo como se deu a criação do parque acirrou os conflitos latentes entre a comunidade e a fiscalização ambiental e intensificou o sentimento de que falta consulta pública em

relação ao estabelecimento de leis que regulam o uso e acesso aos bens pesqueiros por estas serem criadas, sobretudo de “cima para baixo”, ou seja, de maneira *top-down*.

Nesse ponto, os pescadores ressaltam que muitas leis são redigidas por pessoas que não têm conhecimento de sua realidade e do dia-a-dia da pesca:

Quando fazem essas leis aí eles não consultam o pescador né... que é sempre o principal afetado por essas leis aí... a lei sai e a gente só fica sabendo depois. Eu acho que isso daí devia ser conversado com a comunidade toda aí porque atrapalha na vida da gente né? [...] De pesca quem conhece é o pescador... Quem faz a lei não pesca. (Pescador P5, 54 anos)

Desse modo, eles reivindicam maior participação no estabelecimento de leis ambientais uma vez que estão na região há décadas e possuem conhecimento sobre as dinâmicas naturais deste ecossistema, e sabem até que ponto uma determinada proibição irá afetar o restante da comunidade. Com essas e outras proibições, segundo eles “se sentem massacrados” por um sistema não democrático que os abandona, oprime e os destitui de direitos.

Além disso, a não participação dos pescadores em consultas para o entendimento dos objetivos da criação da unidade e para dialogar sobre a garantia da continuidade das práticas de pesca desencadeou um conflito pelo uso e acesso aos bens pesqueiros. Esse conflito começou quando a fiscalização abordou-os e os informou de que não poderiam mais praticar a pesca na região, pois se tratava de um parque nacional:

[...] de repente chegam e falam simplesmente: ó pessoal, hoje vocês não podem mais pesca na Ilha dos Currais. E não deram nenhum motivo pra gente né, não chegaram, não conversaram, não explicaram pra nois, simplesmente falaram: ó vai virar parque e acabou. (Pescador P4, 44 anos)

O embate pelo uso e acesso aos pesqueiros não é apenas pela garantia de sobrevivência material, com a venda do pescado. É também pela continuidade da cultura da comunidade. Mais do que os benefícios econômicos, são os conhecimentos tradicionais e as representações não materiais que mantêm o desejo dos pescadores continuarem com a prática nas Ilhas dos Currais. Nesse sentido, o conflito que se instalou é também simbólico, uma vez que expressa o desejo de autonomia e, sobretudo a garantia de continuidade de suas práticas:

Gerou um impacto social sim porque nós não podemos mais pescá lá, e nós temos isso como uma área de pesca durante alguns meses forte da economia do município. Enfim isso vai prejudicar a economia. Tanto como o social, econômica, e cultural. Na verdade porque nós temos aquela ilha do pessoal, dos ancestrais. (Pescador P1, 49 anos)

Os pescadores se mostram não ser contra a criação de áreas protegidas, ou seja, eles não tiram o mérito, nem a importância de se preservar esse espaço, apenas criticam o modelo concebido para o proteger:

Na verdade nós pescadores não somos contra, de maneira alguma, a criação do parque ou áreas que venham preservar, até porque dependemos do mar pra pesca, porque o mar produz pra nós sobreviver. (Pescador P1, 49 anos)

De acordo com os pescadores, eles já sofrem bastante com a pesca industrial que vêm diminuindo expressivamente o estoque pesqueiro na região. Os limites do parque, desenhados sem nenhum critério aparente, são um refúgio para os pescadores:

A única maneira também do pescador pegá esse peixe é perto da ilha, que é aonde o barco grande não chega. A única maneira de nois pega esse peixe, porque longe da ilha, longe das pedras, os barcos grandes vêm cercam a noite, matam os peixes e se mandam. (Pescador P9, 45 anos)

Os pescadores também têm a percepção de que, diferentemente deles, quem prejudica o ecossistema local das Ilhas é também a pesca esportiva, e que por isso, eles, os pescadores, poderiam ajudar na fiscalização do parque:

[...] e porque entrou em extinção? Por causa de nois? A sardinha, nois nunca pescamo a sardinha. Nunca! Porque que a sardinha chegô a beira da extinção?! Nossa culpa? Da pesca industrial... Lagosta? Nois nunca pegamo lagosta. Tinha aqui, tinha aqui.. Por causa do mergulho.. Porque a lagosta e o mero são seres que o cara chega e põe a mão nele. Mergulhador vai lá e atira.. Se mergulhador chegar no lugar ai e tiver 50 meros⁶⁶ lá embaixo, ele mata os 50 (Pescador P2, 54 anos)

⁶⁶O mero (*Epinephelus itajara*) é uma espécie de peixe marinho da família Serranidae, considerada criticamente ameaçada de extinção (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2007). Embora uma moratória de pesca tenha sido implementada desde 2002 sob a Portaria IBAMA Nº 121/02, a pressão de pesca sobre juvenis e adultos fez com que em 2014 a espécie integrasse a lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, sob a categoria Criticamente em Perigo (CR) (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2014). O mero apresenta grande vulnerabilidade à pesca, pois possui taxa de crescimento lento, maturação sexual em grandes tamanhos, é territorialista e se agrega para a atividade reprodutiva. Além disso, como é uma espécie lenta e dócil, ele se torna uma presa fácil para pescadores esportivos, na modalidade de pesca subaquática com arpão. Como estes peixes costumam permanecer próximos a naufrágios, parciais isolados e pontas de costões (BRASIL,

[...] quando se fala da pesca esportiva, de mergulho, aí é que entra a questão. Porque isso realmente, o mergulho sem fiscalização, sem controle..., eu mesmo presenciei muitas garoupinhas⁶⁷ sendo tiradas, eu ficava indignado, mas o que eu podia fazer né? Então aí sim tem que ter fiscalização. E nós podemos fazer a parte da fiscalização lá, porque nós vamos usar a ilha. (Pescador P10, 47 anos)

Além disso, os pescadores ressaltam que os peixes capturados nos limites do parque servem, não só para a sobrevivência dessas famílias, mas também geram impactos positivos para a cidade, já que a pesca é uma das atividades principais e mais tradicionais do município. Segundo eles, quando a pesca vai mal, toda a cidade vai mal, inclusive suas relações sociais. Contudo, a proibição do usufruto dos pescados na região é um risco para a segurança econômica e, por conseguinte sobrevivência dessas famílias, pois muitas delas acessaram os recursos do PRONAF para a aquisição de apetrechos de pesca, renovação e/ou reforma das canoas, e com a restrição muitos deles não conseguirão honrar o pagamento destes empréstimos.

4.3.2 Autor do projeto de lei

Diferentemente da comunidade de pesca, o autor do projeto de lei argumenta que houve legalidade no processo de criação do parque, e que houve inúmeras tentativas de ouvir o máximo possível de pessoas. De acordo com este ator, durante um seminário que ocorreu em um hotel no município de Paranaguá (cerca de 50 quilômetros da cidade de Matinhos) onde os pescadores do litoral paranaense foram convidados para discutir sobre a questão do “seguro defeso” (política pública que paga um salário mínimo mensal para que os pescadores artesanais não capturem determinadas espécies em certos períodos de interesse reprodutivo) a questão sobre a criação do PARNA dos Currais esteve presente.

Ministério do Meio Ambiente, 2007), as ilhas dos Currais são um dos pontos do litoral paranaense onde a espécie é encontrada.

⁶⁷Assim como o mero, as garoupas (*Epinephelus morio* e *Epinephelus marginatus*) também pertencem à família Serranidae, e em 2014 foram classificadas pela lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção na categoria espécie Vulnerável (VU) (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2014). Encontrada nas proximidades das ilhas dos Currais, a garoupa é também uma das espécies mais procuradas pelos praticantes da pesca esportiva.

Além disso, o autor da PL argumenta que as reuniões que ocorriam no Congresso Nacional poderiam ser consideradas como consultas, uma vez que: “o *Congresso Nacional é público, ele substitui a audiência*”. Jornais estaduais também foram utilizados para informar a população sobre o projeto que estava em trâmite. Assim de acordo com o parlamentar:

Pra mim esse era um assunto que deveria estar sendo comentado entre todos vocês [pescadores]. Então se efetivamente pessoas como vocês não participaram da reunião eu não posso te garantir. Mas de que um processo de debate amplo teve, isso eu posso garantir. (ex-deputado federal Luciano Pizzatto)

Quanto ao conflito pelo uso e acesso aos bens pesqueiros o ex-deputado acredita que o que está havendo, na verdade, é “*um pouquinho de falta de interpretação do que está acontecendo*”. De acordo com este ator, o convívio de populações tradicionais com a categoria parque é uma garantia da lei, previsto no SNUC. Dessa forma o conflito relatado pelos pescadores seria resolvido na medida em que o ICMBio, no plano de manejo do parque, colocasse que as atividades por pescadores artesanais são liberadas:

Eu quero alertar pra vocês, que o convívio de vocês, da pesca artesanal, e não industrial, é uma garantia da lei. Na regulamentação do parque basta dentro da lei o ICMBio colocar que a atividade por pescadores artesanais devidamente cadastrados é liberada dentro de .. e aí as condições que eles vão estabelecer. Então quanto a isso eu não me preocupo em hipótese alguma. (ex-deputado federal Luciano Pizzatto)

Partindo dessa perspectiva, o parlamentar acredita que parque nacional é a melhor categoria para a região e para conciliar todos os interesses, considerando os interesses da pesca artesanal, turismo e da pesquisa. Quando indagado por que não optou por uma categoria de uso sustentável, visto que tinha conhecimento das práticas de pesca no local, o deputado mencionou que:

Reserva Extrativista não atingiria todos os objetivos que eu acho que esse parque tem que ter, especialmente a atração de turismo, a geração de pesquisa [...] E eu acreditei e ainda acredito que a categoria parque nacional é a melhor categoria que nós teríamos pra cá, pra conciliar todos os interesses. Considerando os interesses da pesca artesanal, interesse de turismo, de pesquisa, e tantos outros que estão envolvidos nessa categoria. (ex-deputado federal Luciano Pizzatto)

4.3.3 ONG ambiental

A organização não governamental entrevistada foi a Associação Mar Brasil, que desenvolve projetos e pesquisas na comunidade e no arquipélago de Currais. Entre os projetos desenvolvidos estão o BioGeo ParnaMar Currais e o Projeto Currais.

O primeiro trata-se de um mapeamento para caracterizar o fundo marinho do arquipélago, os habitats e a biodiversidade associada. Objetiva-se produzir informações que servirão de base para o plano de manejo do parque. Já o projeto Currais, finalizado neste ano, tinha como objetivo realizar estudos das características ecológicas e formas de uso do arquipélago e seu entorno, incluindo aí as atividades de pesca.

Uma vez que esses dados servirão de base para a elaboração do plano de manejo do parque, a percepção da Associação é, portanto, fundamental para definir estratégias de uso dos bens naturais e por isso se justifica a participação da Associação Mar Brasil como um ator no conflito.

No entanto, a ONG inicialmente foi chamada para o diálogo porque havia sido apontada pela comunidade como uma das responsáveis pelo estabelecimento do PARNA, pois em anos anteriores entrevistou alguns pescadores sobre as características das atividades de pesca no arquipélago. Com o estabelecimento da unidade e de seu formato⁶⁸, os pescadores associaram as entrevistas com a criação do parque. Entretanto, as pesquisas não têm relação com o estabelecimento do parque. A Associação foi fundada apenas em 2004 quando o projeto já estava tramitando, desde 2002, no Congresso.

Em entrevista, o ex-deputado confirmou o fato, e a ONG pode também se explicar para comunidade. Como relatado por um dos representantes da Associação, os projetos desenvolvidos tinham como objetivo gerar informações para o processo de criação da unidade, mas acabou não sendo possível, pois o parque foi criado antes mesmo de sua finalização:

⁶⁸Segundo os pescadores, o quadrilátero que forma os limites do parque se sobrepõem aos principais pontos de pesca do arquipélago. Uma das perguntas da Associação Mar Brasil era justamente sobre os pesqueiros mais utilizados.

Esse levantamento era pra entender melhor qual era a dinâmica de uso lá daquela região e entender como estava a questão do ecossistema. [...]. A nossa visão é que desde o principio do projeto era que a gente conseguisse obter esse diálogo pra entender quais seriam as melhores propostas antes da criação do parque [...] A nossa ideia com o projeto, é que esse debate ocorresse antes da criação do parque. (Associação Mar Brasil)

Sobre a percepção da criação do parque e das atividades de pesca na região, um de seus membros deu o seguinte relato:

Não sei se vocês tiveram acesso a lei de criação do parque, mas ela não tem exatamente qual é o objetivo claro do parque. Ela não fala pra conservar o mero, pra conservar as aves..., ela menciona o ecossistema ou a diversidade, um termo assim que é super abrangente. Pra quem trabalha com a parte da pesquisa não fica claro qual que é o objetivo. Então é muito importante que esse objetivo ele seja traçado. Então isso é uma das coisas que a gente também aponta, pra que?! Pra que aí sim a gente consiga entender qual é a atitude de gestão né?! E isso casa um pouquinho com o uso que foi apontado que é a avaliação de possibilidade de ter termos de compromisso. Então precisa avaliar se existe a possibilidade, por exemplo, de abrir períodos pro pessoal poder fazer a pesca, em que as pessoas estejam cadastradas e possam ir lá. Então principalmente aquelas pessoas que pescam tainha, cavala..., então é importante abrir esse diálogo pra entender qual é o verdadeiro impacto dessa criação do parque pra essas pessoas e a possibilidade da criação do termo de compromisso. Só que isso precisa ser feito entendendo qual é a cadeia de valor dos principais recursos pesqueiros, ou seja, quem tá envolvido na pesca da tainha, quem tá envolvido na pesca da cavala, quem tá envolvido nas outras pescas, são quantas pessoas... E além disso entender também um pouco como que funciona a questão do impacto da pesca sobre outras espécies que vem junto. Eu acho que como não tem os objetivos bem traçados ainda do parque fica difícil de responder essa pergunta [se as atividades de pesca impactam o ecossistema local]. Mas a gente sabe que a pesca, toda pesca, tem impacto. A pesca artesanal tem um impacto bem menor do que a pesca industrial e assim é lógico que a pesca artesanal pode ser compatível com uma unidade de conservação, desde que haja manejo, haja objetivos do parque pra ter como conciliar as duas atividades, sem grandes problemas. Mas assim, os problemas são essas coisas que ainda não estão muito bem definidas. Qual é o objetivo do parque? A gente não sabe [...] A gente não tem base biológica pra responder isso. Até porque uma das questões colocadas que a gente precisa conhecer melhor é no caso pega tartaruga, é viva ou morta. A gente não tem essa informação. A gente não tem informação suficiente pra dizer assim que não tem problema vocês pescarem 90 dias no ano. O que a gente sabe é que existe um uso né, e que precisaria entender um pouco melhor. O que a gente conseguiu identificar no projeto é essa pesca existe, em tal época do ano, mas assim, a fauna acompanhante a gente não sabe qual é a fauna acompanhante. [...] O foco da conservação ali não é a tainha, não é a cavala, porque é peixe de passagem. Porém, precisa ter um aprofundamento. (Associação Mar Brasil)

A partir dos resultados obtidos com o Projeto Currais se sabe que a pesca no arquipélago é importante para parte significativa da comunidade, e se reconhece o conflito pelo uso dos pesqueiros. Uma das alternativas apontadas pela Associação

é a participação da comunidade no conselho consultivo e a elaboração de um termo de compromisso para conciliar as atividades de pesca com os objetivos da unidade:

É uma área importante, é importante pra uma época do ano pra uma safra, então assim, que tem números significativos de pessoas que dependem daquela área. Então assim, agora com a finalização do projeto a gente tem dados pra mostrar isso pro ICMBio, pra mostrar isso pro MMA, acho que essa é a principal contribuição que a Mar Brasil pode dar nesse momento.[...] E as possibilidades de solução desses conflitos poderiam ser essas, como por exemplo, a criação do Conselho efetivo, que vocês [pescadores] pudessem desenvolver a seleção pra esse termo de compromisso, que houvesse a participação e houvesse o fortalecimento na organização aqui de vocês mesmos pra poder opinar efetivamente. (Associação Mar Brasil)

4.3.4 ICMBio

Como até o momento não havia sido nomeado um chefe para o parque quem representou o instituto na entrevista foi o analista ambiental Fábio Moreira Correa, que por hora, estava representando o PARNA Currais. Quando indagado sobre a questão da participação social, o ator lembrou o processo de criação do parque:

O que aconteceu aqui no Parque Nacional Marinho dos Currais..., houve uma proposta de lei no Congresso Nacional, em 2002, encaminhada pelo deputado federal, e aí ele mandou o projeto de lei e esse projeto ficou tramitando no Congresso Nacional, sem muita informação, sem ter consulta base, sem ter apoio popular durante muitos anos. Esse deputado novamente como suplente assumiu de novo em 2013, e aí ele através de um acordo de lideranças lá, ressuscitou o projeto dele na comissão específica do Congresso Nacional. Isso passou pela comissão, acabou sendo levado para o Plenário e foi votado. Novamente sem muita consulta, sem muita conversa. O pessoal que estava trabalhando no levantamento de informações para poder ter algum esclarecimento maior sobre a possibilidade de se criar uma unidade de conservação, foram atropelados pelo processo. O ICMBio foi consultado duas vezes sobre o que ele achava, uma colega que trabalhava aqui fez um parecer dizendo que faltava informações biológicas, que não havia quantidade de informações adequadas, se precisava fazer uma análise com um pouco mais de calma, mas infelizmente, ou felizmente não sei, o processo via acordo de lideranças foi aprovado lá e virou uma lei". (Fábio Correa – analista ambiental ICMBio)

Entendendo que não houve participação legítima da comunidade civil, da comunidade científica, e da própria autarquia federal, o próprio ICMBio questiona o processo do estabelecimento do PARNA Currais, alegando inclusive que faltavam

estudos técnicos para a criação da unidade. Principalmente quanto à questão da participação da comunidade local no Congresso, o instituto reconhece que:

É louvável que o Congresso Nacional queira criar áreas pra preservação da natureza, só que assim, existem formas de fazer o negócio. E nesse aspecto o Congresso Nacional, mas especificamente ele [o autor do projeto de lei], acabaram pulando muito dessas etapas né!? E aí por que a questão da consulta? A gente ouviu falar que não precisa de consulta pública, porque passou pela Casa do Povo, que é o Congresso Nacional. A gente sabe que no Brasil que não é exatamente assim, não é? As coisas estão acontecendo e as discussões nos bastidores do Congresso Nacional não estão abertas pro povo de um modo geral. (Fábio Correa – analista ambiental ICMbio).

Diferentemente do autor do projeto de lei, que entende que o conflito relatado pelos pescadores pelo uso e acesso aos bens pesqueiros pode ser facilmente resolvido, pois é uma garantia prevista no SNUC, o ICMBio tem outra percepção da lei. O órgão reconhece o conflito pelo uso e acesso aos recursos pesqueiros, pois entende que:

Uma vez criado o Parque Nacional e aí a gente vai ter que remeter a todas as leis né!? Então, é um Parque Nacional, uma unidade de proteção integral, a rigor não deveria ter nenhum tipo de retirada de recursos, nem o uso de recursos direto. Então com a criação de lei em junho de 2013, todos os pescadores foram jogados na clandestinidade, na ilegalidade. (Fábio Correa – analista ambiental ICMbio)

4.4 VELHOS DILEMAS, NOVOS PROBLEMAS...

Os pescadores artesanais são notavelmente um grupo social extremamente afetado pela criação do PARNA dos Currais. A não participação desses atores no processo de criação do parque, para que estes pudessem entender de fato as consequências da criação de uma unidade de proteção integral, e dialogar com as instâncias públicas os limites da UC e a categoria a ser adotada, ampliou o sentimento de que falta consulta pública em relação ao estabelecimento de leis ambientais, criando um conflito pelo uso e acesso aos bens pesqueiros – essenciais para a reprodução material e simbólica da comunidade.

Como explanado anteriormente, no que diz respeito à participação dos pescadores, o formulador do projeto de lei entende que houve legalidade no processo de criação do parque, pois as reuniões que ocorriam no Congresso

Nacional podem ser consideradas consultas públicas. Além disso, para o ex-deputado, jornais estaduais divulgaram que estava tramitando no congresso o referido projeto de lei, e durante uma reunião para tratar do seguro defeso, realizada a 50 quilômetros da comunidade, a questão do PARNA Currais esteve presente, como “aviso”. Este ator também entende que o conflito relatado pelos pescadores pelo uso e acesso aos pesqueiros pode ser facilmente solucionado mediante a liberação do órgão gestor da unidade.

Diferentemente, o ICMBio questiona a participação social e o processo de criação legitimado pelo parlamentar e reconhece os conflitos relatados pelos pescadores. Na percepção do órgão, a categoria parque, pelos seus objetivos inscritos na lei, implica na restrição do uso direto dos recursos naturais, isto é, na proibição do acesso e uso dos peixes de curso.

Neste contexto, vale lembrar que após o estabelecimento do SNUC⁶⁹ para serem criadas UC no Brasil são necessárias consultas públicas com ampla participação dos setores envolvidos para definição da localização, dimensão e limites da UC, e de debates sobre a categoria a ser adotada, além de estudos técnicos que permitam identificar os limites mais adequados, com exceção da categoria Reserva Biológica (SNUC, 2000, Art. 22, § 2o). Dessa forma, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e aos interessados.

Nesse sentido, no caso dos jornais publicados se tratavam de informes para a população sobre a PL que estava tramitando, e não necessariamente de consulta para saber a opinião da comunidade. O mesmo pode-se dizer do informe dado à população durante a reunião feita para discutir o seguro-defeso. Reuniões com linguagens técnico-científicas ou mesmo realizadas longe das comunidades, em horários e locais inapropriados para a participação de seus membros, restringem a participação da população local nos processos decisórios, gerando enormes conflitos e dificuldades para a implantação e gestão da UC. Além de que os maiores afetados deveriam contar com reuniões nas suas proximidades, no caso Matinhos e Pontal do Paraná.

A falta de participação social na criação de UC não é um problema atual. Principalmente o estabelecimento de UC de proteção integral tem um histórico de conflitos que demanda outra atitude e interpretação da lei, no sentido de informar

⁶⁹Sobre as discussões na elaboração do SNUC avanços e perspectivas ver o capítulo 1.

adequadamente e esclarecer as comunidades para que essas possam entender as consequências positivas e negativas das áreas protegidas e possam, de fato, participar na tomada de decisão, sobretudo na escolha da categoria e na definição dos limites a serem adotados, pois implicará nos seus modos de vida. Ou seja, cumprir o que define a legislação previne problemas futuros graves, atenua conflitos e reconcilia a população com as medidas protetivas.

Temos razões para crer que muitos dos problemas que são vistos hoje na comunidade de pesca poderiam não existir se os pescadores fossem consultados e se houvesse o envolvimento dos tomadores de decisão, neste caso o Congresso, com o órgão gestor e demais entidades de pesquisa para a incorporação de estudos técnicos da região. Mais do que isso, poderia ter sido um notável exemplo de como é possível criar uma UC da melhor forma possível, visto que por se tratar de uma UC marinha, muitos outros tipos de conflitos com o entorno não existem, como por exemplo, os problemáticos processos de indenização para proprietários.

Quanto à categoria adotada, e apontada pelo parlamentar como sendo a mais indicada para conciliar os interesses do turismo, pesquisa e pesca, acreditamos, assim como o ICMBio, que a categoria parque não é a mais indicada. Pelos seus objetivos inscritos na lei do SNUC a categoria não permite a retirada de nenhum tipo de recurso natural, e, portanto, não é compatível com as atividades de pesca, praticadas a mais de quatro gerações. Vale ressaltar, contudo, que o ex-deputado tinha conhecimento dessas atividades, até mesmo pela sua formação profissional, a saber: engenheiro florestal.

Considerando as atividades tradicionais de pesca na região, a pesquisa científica e a visitação pública, outras categorias, das doze presentes no SNUC, poderiam ser escolhidas. A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), por exemplo, poderia ter sido indicada, pois trata-se de uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos bens naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000, Art. 20).

Ela tem como objetivo “preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações

tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações”. Sendo de domínio público, é permitido e incentivado a visitação pública e a pesquisa científica voltada à conservação da natureza (SNUC, 2000, Art. 20, § 1º, § 2º, § 5º).

Se o objetivo, porém, era criar uma UC de proteção integral, a categoria Refúgio da Vida Silvestre (RVS) poderia ter sido uma opção à categoria parque. A RVS tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se assegurem condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Ela pode ser constituída por áreas particulares, ou neste caso, por áreas de uso coletivo, compatíveis com os objetivos da unidade. Do mesmo modo, a pesquisa científica e a visitação pública são permitidas, desde que constem no plano de manejo (SNUC, 2000, Art. 13, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º).

Mesmo se tratando da categoria parque e da necessidade da restrição dos bens naturais, uma das estratégias estabelecidas pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) é “garantir que qualquer reassentamento ou restrição de uso da terra ou dos recursos biológicos por povos indígenas, comunidades quilombolas ou locais só ocorra após o consentimento prévio e informado dessas comunidades, que deverá ser obtido em conformidade com a legislação nacional e as obrigações internacionais” (MMA, 2006, p.20).

Não obstante, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto No 6040/2007) prevê entre seus objetivos específicos “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica” (artigo 3º, I e II). Nesse sentido, a proibição do uso dos pesqueiros pela fiscalização ambiental, exposta pelos pescadores, encontra-se em choque entre diferentes legislações.

Considerando todos os depoimentos e por todo o exposto, o estabelecimento do PARNA Currais foi um processo definido essencialmente por tomares de decisão. Consideramos, portanto como legítima a manifestação da comunidade de pesca e sua preocupação em relação à continuidade do uso e acesso aos bens pesqueiros. Trata-se, como nos lembra Cruz (2013), de lutas pelo direito à territorialidade, que é fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois o território é para essas populações, simultaneamente os meios de subsistência, de trabalho, produção e os meios de produzir os aspectos materiais

das relações sociais. O território constitui-se então um abrigo e como fonte de recursos materiais ou meio de produção, e ao mesmo tempo elemento fundamental de identificação ou simbolização de grupos através de referenciais espaciais (CRUZ, 2013).

Uma vez que são criadas áreas protegidas restritas ao uso e ocupação humana e esses grupos têm de deixar seus territórios tradicionalmente utilizados cria-se muito mais do que um conflito pela base de recursos materiais. Isso nos leva a pensar, de acordo com Cruz (2013), de que discutir o campo dos conflitos ambientais territoriais e das lutas que travam essas comunidades pelos seus territórios implica reconhecer que se trata, ao mesmo tempo, de lutas pelo reconhecimento da diferença (reconhecimento de que são comunidades tradicionais com conhecimentos ancestrais que os possibilitam gerir seu território), mas também lutas com dimensões de classe.

Para Cruz essa complexidade implica reconhecer que as lutas e conflitos enfrentados por esses sujeitos envolvem elementos que fazem parte de outra gramática política e moral, fundamentada na ideia de reconhecimento da diferença através do direito ao território. Dessa maneira, quando tais grupos reivindicam o direito à diferença estão reivindicando o direito à autonomia material e simbólica (CRUZ, 2013). Algo que acontece, por exemplo, quando essas populações conquistam o direito de seus territórios, transformados em unidades de proteção integral, mas com restrições de uso e acesso impostas por acordos firmados pelo órgão gestor.

Reconhecendo o problema instaurado, o ICMBio se mostrou interessado em contornar, ao menos temporariamente, os conflitos, e tentando resolver a questão do acesso aos pesqueiros a equipe do PARNA redigiu um acordo de pesca, o qual, por tempo determinado, conciliará a atividade tradicional dos pescadores com os objetivos da unidade.

4.5 ACORDO DE PESCA

Com o intuito de resolver o conflito latente ficou acordado na reunião⁷⁰ (entrevista) entre pescadores e ICMBio que enquanto o instituto não nomeasse um chefe para o parque (para dar início a elaboração do plano de manejo e o conselho consultivo para tratar legalmente das questões do conflito) o órgão liberaria a pesca dos peixes de curso no perímetro do arquipélago nos meses de maio, junho, julho e agosto. Por ser um primeiro acordo, e, portanto, transitório, o órgão concordou em não alterar as características da pesca no local⁷¹.

Apesar de estar explícito que os parques pertencem ao grupo de proteção integral e que, portanto, o uso direto dos recursos naturais não é permitido, existe a possibilidade das comunidades tradicionais continuarem utilizando de maneira sustentável os recursos naturais contidos na UC. Este “direito” é regulamentado pelo artigo 42 da lei do SNUC, mais especificamente pelo seu inciso 2º.

Assim é que a fim de compatibilizar a presença humana com os objetivos das UC têm sido celebrados entre órgão ambiental e as comunidades tradicionais termos de compromisso (TC). Esses termos são instrumentos destinados a regular o uso de recursos naturais e as condições de permanência de comunidades tradicionais em UC de proteção integral, ou neste caso, o uso dos recursos naturais existentes no interior das UC por comunidades tradicionais não residentes, mas usuárias dos recursos. (SANTILLI, 2014). A esse respeito, a Instrução Normativa 26/2012 do ICMBio, que regulamenta os TC, prevê em seu artigo 22 que a “possibilidade de uso dos recursos naturais em UC por população tradicional não residente será analisada diante das circunstâncias do caso concreto, em processo administrativo próprio”.

É o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba no Amapá, primeiro termo de compromisso celebrado pelo ICMBio com uma comunidade tradicional de pescadores. Com a criação da reserva, uma UC de proteção integral ainda mais restritiva do que a categoria parque, os lagos utilizados pelos pescadores passaram a pertencer à UC, e esses passaram a sofrer restrições em suas atividades

⁷⁰Para mais detalhes sobre a retornar ao capítulo 2, item “a pesquisa participante na comunidade de pesca de Matinhos”.

⁷¹As características da pesca no arquipélago de Currais estão presentes no capítulo 3.

tradicionais. Apesar de morar fora da reserva, a comunidade do Sucuriçu reivindicou o direito de continuar a pescar nos lagos localizados no interior da reserva, visto que tal atividade tradicional é de fundamental importância para a sua segurança alimentar (SANTILLI, 2014).

Em realidade, o artigo 42, §2º da lei do SNUC dispõe sobre a garantia do uso e acesso aos bens naturais “até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo”. Dessa forma, inúmeras são as críticas a essa alternativa, principalmente à luz dos princípios e normas que orientam diversos instrumentos legais, especialmente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e defensores públicos estaduais e da união, por exemplo, expressaram profundo descontentamento com a questão dos TC por conta do artigo 42, no II Seminário sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação, realizado em Registro, São Paulo. De acordo com a percepção das comunidades, uma vez assinado o TC a comunidade concorda em ser realocada.

Assim, para Santilli (2014), com a entrada em vigor no Brasil da Convenção 169, o artigo 42 precisa ser relido e reinterpretado à luz dos princípios e normas estabelecidas nesse instrumento internacional. Segundo o artigo 16 da referida Convenção “os povos interessados não deverão ser retirados das terras que ocupam”.

No entanto, para Santilli (2014), o TC pode ser usado para regular diversas situações transitórias até que uma solução definitiva seja alcançada para a superposição de áreas protegidas e territórios de comunidades tradicionais, como o reassentamento, a recategorização da UC, a alteração de seus limites ou a dupla afetação⁷². Isso porque de acordo com o artigo 9, §8º da Instrução Normativa 26/2012 do ICMBio, o termo de compromisso “deverá dispor ou estipular prazo para que o Instituto Chico Mendes dê ou indique uma solução definitiva para a ocupação da unidade de conservação”. Além disso, elaborado a partir de uma perspectiva

⁷²A dupla afetação, isto é, a vinculação a um interesse ambiental e um interesse de coletividades tradicionais - a necessária convivência entre esses princípios, dado que ambos são direitos fundamentais - já foi expressamente admitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar a sobreposição de território indígena com o Parque Nacional Monte Roraima no caso da Raposa Serra do Sol. Segundo a decisão do STF havia perfeita compatibilidade entre meio ambiente e terras indígenas, ainda que estas envolvam áreas de conservação e preservação ambiental. A referida decisão ainda destacou a necessidade de participação das comunidades indígenas na gestão da área de sobreposição com o parque, levando-se em conta seus usos, tradições e costumes (SANTILLI, 2014).

processual, que permita realizar acordos possíveis e ajustes periódicos eventualmente necessários, o TC pode ser uma alternativa para se atingir uma solução ideal ao longo do tempo.

Dessa maneira, de acordo com Santilli (2014), ainda que provisório, o TC pode e deve buscar soluções definitivas para a consolidação territorial da UC, mediante a realização de estudos e pesquisas durante sua vigência. A elaboração, implementação e monitoramento do TC serão decisivos para a definição sobre a real e concreta possibilidade de se compatibilizar os objetivos da conservação com a utilização tradicional dos bens naturais, ou se será necessário buscar as demais soluções, como a recategorização, a alteração dos limites da UC ou até mesmo a dupla afetação.

Por outro lado, existem casos em que acordos de pesca não são bem sucedidos e acabam por comprometer inclusive as relações sociais entre os próprios pescadores.

Esse é o caso, por exemplo, do Parque Nacional Restinga de Jurubatiba, no Rio de Janeiro. De acordo com Leal (2013) vinte e cinco pescadores, dos setenta registrados na Associação, provaram ter um histórico de atividade pesqueira no parque e utilizá-la para parte significativa de seu sustento. Tendo renda mensal máxima de dois salários mínimos, apenas estes conseguiram autorização, através de um termo de ajustamento de conduta (TAC), para pescar nos limites do parque. No entanto, essa regra divide os pescadores entre os que podem e os que não podem pescar dentro do parque, e o critério e as maneiras de lidar com ele, por vezes, dão origem a sensações de injustiça, dirigidas ao Estado, e abrem possibilidades de conflitos dos pescadores entre si.

Ao contrário, segundo Santilli (2014), uma experiência interessante que não envolveu a realização de TC foi a construção do Plano de Uso Tradicional (PUT) para as comunidades quilombolas e caiçaras que vivem no Parque Estadual Serra do Mar, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e sua posterior incorporação ao plano de manejo da UC. O processo de elaboração do PUT foi desenvolvido por uma Câmara Técnica instituída no âmbito do Conselho Consultivo, com a participação de diversos setores, como universidade, associações de moradores e Ministério Público Estadual. A câmara endossou a posição de que era necessário e possível compatibilizar a presença das comunidades tradicionais com a proteção

dos recursos ambientais do parque, e o PUT foi o instrumento utilizado para viabilizar tal compatibilização.

Ao que parece, o plano de uso tradicional é uma alternativa à questão do artigo 42 da lei do SNUC e ao termo de compromisso, que tende a ser provisório na medida em que as populações sejam reassentadas, como dispõe o inciso 2º.

A compatibilização do uso dos bens pesqueiros com os objetivos do PARNA Currais é entendida pelo responsável pelo parque como uma alternativa⁷³ viável para constar no plano de manejo: *“a ideia é a gente acertar, arrumar esse acordo para que os pescadores tenham o direito de fazer a pesca tradicional, como faziam anteriormente”*. Entretanto é da percepção do órgão gestor que esse acordo não será por tempo indeterminado, pelo contrário, a pesca nos Currais cessaria na medida em que os pescadores se aposentassem, pois: *“se continuar um parque nacional, em algum momento a pesca nessa área especificamente ela vai acabar. Vai virar um santuário”*. Porém, a nosso ver, a afirmação do gestor não leva em consideração a transmissão da arte de pescar entre as gerações de pescadores, a herança cultural, portanto subjetiva, e mais, para os pescadores Currais também é um santuário. Também, pelo exposto, já existem algumas jurisprudências que poderão ser utilizadas no caso de um estudo jurídico mais detalhado para a tomada de decisão.

O fato, porém, é que dada a necessidade da comunidade continuar com a pesca na temporada de 2015 o acordo de pesca constituiu-se em uma “conquista”. Mesmo sabendo que será por tempo determinado, e que a maioria dos jovens poderá não mais usufruir dos bens pesqueiros, a comunidade de pesca se viu aliviada diante da restrição e da repressão que vinha sofrendo. No entanto, sabendo que a atividade hoje é feita principalmente por relações de parentesco e da tradição de passar as embarcações e apetrechos de pesca de pai para filho, a possível restrição ao longo prazo tenderá ao conflito novamente, ou como os próprios pescadores argumentam, ao desaparecimento das características da comunidade de pesca.

⁷³Em um encontro promovido pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, que ocorreu em Florianópolis na Coordenação Regional da Região Sul do ICMBio no dia 19 de dezembro de 2014, e que envolveu representantes do governo e da sociedade civil, foram discutidas estratégias para promover e fortalecer as ações de conservação da região costeira do Paraná. Entre as discussões estava presente a questão do PARNA Currais e entre as estratégias, estava a alternativa de firmar um termo de compromisso para o uso dos pesqueiros na região.

De qualquer modo, acreditamos que para além de um acordo, seja ele feito através de TC ou PUT, para burocratizar a pesca no sentido de cumprimento da lei e instituir cotas, adequar apetrechos e quantidade de pescado, a futura gestão precisará ter o cuidado de ver os pescadores como aliados no processo de gestão. Também deverá tomar o cuidado de basear e conduzir o termo de forma transparente, democrática e com critérios bem definidos e acordados. Dada às características da pesca no arquipélago, um acordo de pesca individual, com a finalidade de selecionar os pescadores aptos a utilizar a região, como no caso do PARNA de Restinga de Jurubatiba, não se sustentará, e assim como no caso de Jurubatiba, gerará ainda mais conflitos.

Dado os inúmeros problemas que sofrem as UC, principalmente no que se refere ao reduzido quadro de funcionários e poucos recursos financeiros, um acordo feito horizontalmente entre ICMBio e pescadores artesanais poderá contornar os problemas de gestão, pois os próprios pescadores poderão ajudar na fiscalização do parque. A nosso ver, o sucesso de um acordo de pesca é muito mais do que a formalidade de um documento para incorporar deveres e obrigações, ele tem o potencial de servir como base para amplificar as relações de confiança entre órgão gestor e comunidade, sem as quais, o conflito prevalece.

O que queremos dizer é que maneira autoritária com que o parque foi criado, sem internalizar os interesses e percepções dos pescadores artesanais, exigirá agora do órgão gestor muito cuidado para que a confiança da comunidade no Estado se reestabeleça. Contudo, isso ajudará a melhorar a imagem negativa que o ICMBio tem junto às comunidades, muito vinculada ainda à gestão do IBDF e do IBAMA, e fará com que a comunidade de pesca participe ativamente na elaboração do plano de manejo, nas pesquisas necessárias para sua implementação e tenham voz nas cadeiras do Conselho Consultivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente o estabelecimento de áreas naturais protegidas tem dado margem a complexas situações de conflitos ambientais, ora pela realocação das populações residentes em tais áreas, ora pela restrição ao acesso e uso costumeiro dos bens naturais contidos nela. Ao passo que esse sistema – de delimitação de espaços territorialmente protegidos – esteja posto a mais de um século, ele ainda mostra uma série de problemas e limitações, mesmo em sistemas avançados, como é o caso do SNUC, que garante a participação social nos processos de criação, implantação e gestão das UC e inclui no sistema categorias de uso sustentável que permitem a presença humana.

Dessa forma, os conflitos ambientais que emergem atualmente no sistema democrático servem para nos mostrar que o sistema ainda não está consolidado. Isso se deve não apenas pela falta de conselhos e planos de manejo, mas porque o Brasil não reconhece a diversidade sociocultural da sua população e modo singular com que algumas delas utilizam a natureza. Por mais que tenhamos um sistema político organizado na gestão ambiental, o que se vê, na prática, são inúmeros conflitos que têm seu cerne na divergência de percepções e lógicas de uso dos bens naturais.

Neste contexto, torna-se cada vez mais importante o estudo das causas e consequências dos conflitos ambientais. Buscando por abordagens e métodos para o estudo desses conflitos, encontramos as contribuições da ecologia política. Como um campo de estudo e ação política com foco nos conflitos ambientais, a ecologia política se mostrou um importante eixo teórico-conceitual, principalmente por abordar diferentes campos disciplinares como a antropologia, a ecologia, e a geografia, e por dialogar com as ciências naturais e sociais, o que, para trabalhos do campo das ciências ambientais e, sobretudo na complexidade em que se inserem os conflitos em torno das áreas protegidas constitui-se um diferencial.

Por outro lado, a ecologia política se mostrou pertinente também para abordar as relações de poder entre comunidade e atores governamentais em um cenário de conflito, combinando com os princípios da pesquisa participante pelo seu comprometimento com as minorias, e por tratar da questão de luta de classes, mas também por trazer à tona a dimensão não material dos problemas socioambientais.

Até o desenvolvimento desta pesquisa de mestrado poucas abordagens versavam sobre a relação da pesquisa participante como um instrumento teórico e metodológico para o estudo dos conflitos ambientais. Dessa forma, ao menos no plano metodológico, a grande contribuição desta pesquisa diz respeito ao resgate dos princípios teórico-metodológicos da pesquisa participante – uma pesquisa gerada com intuito de analisar problemas sociopolíticos – e articular a ela a abordagem da ecologia política, para o estudo dos conflitos ambientais.

No intento de analisar e avaliar a pesquisa participante neste contexto foi desenvolvido um trabalho conjunto com a comunidade de pesca de Matinhos, que escolheu como problemática de pesquisa o estudo dos conflitos decorrentes da criação do PARNA Marinho das Ilhas dos Currais.

A análise da realidade da comunidade de pesca de Matinhos através da pesquisa participante permitiu responder as perguntas inicialmente propostas no projeto de pesquisa, isto é, de que a pesquisa participante pode ser utilizada como ferramenta metodológica para o estudo de um conflito ambiental, tendo o potencial de despertar nas comunidades que passam por conflitos ambientais o engajamento necessário para compreender sua realidade e definir estratégias para sua resolução. Além disso, nos permitiu levantar muitas questões, assim como ressaltar aquelas já abordadas pelas experiências de pesquisa participante das décadas passadas, das quais, no contexto de nossa problemática de pesquisa destacamos três:

1. Como apontado nos pressupostos da pesquisa participante a não neutralidade do pesquisador e sua posição a favor da comunidade ou grupo é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma pesquisa participante que possa, de fato, gerar duas vias de ação: informações relevantes e consistentes e sua função social para esses indivíduos. Com esta afirmação queremos dizer que o não posicionamento dos pesquisadores em favor da comunidade dificulta qualquer tipo de aproximação e pesquisa com a participação desses sujeitos.
2. Como já exposto por Demo (2008, p.115) “a sabedoria popular não pode ser idolatrada, porque a comunidade não tem todas as respostas, do mesmo modo que o pesquisador não as tem”. Dessa forma, quando dizemos que a pesquisa participante pode ser uma alternativa de pesquisa para que

pesquisadores e pesquisados possam juntos estudar uma problemática nos remetemos a ideia do dialogo de saberes, isto é, a ideia de que tanto o conhecimento científico quanto o popular devem ser utilizados para a compreensão da problemática de pesquisa. Da mesma forma, o pesquisador que se propuser a estudar um conflito ambiental junto com a comunidade deverá ter em mente a necessidade de, além de dialogar os dois conhecimentos, trazer a discussão das ciências sociais e naturais – facilmente mediada pela abordagem da ecologia política.

3. Por fim, para que a pesquisa participante tenha o potencial de despertar na comunidade ou grupo o engajamento necessário para compreender sua realidade e definir estratégias de resolução é preciso que a pesquisa parta de sua demanda, isto é, dificilmente a população irá se engajar em um projeto cuja temática não lhe é relevante.

Além disso, como resultado de nossa pesquisa pudemos constatar que o arquipélago de Currais, hoje parque nacional, constitui-se em um território pesqueiro para as comunidades do litoral paranaense, principalmente para os pescadores e pescadoras de Matinhos.

Grande parte dessa territorialidade está ligada a historicidade, a lembrança dos momentos vividos e relatados por seus antepassados, o cuidado com a natureza, a maneira comunal e familiar como compartilham os bens pesqueiros e os pontos de pesca, e, sobretudo o saber tradicional da comunidade sobre as correntes, marés e clima, o ciclo biológico e a ecologia das espécies de peixes entre outros fenômenos naturais, que correspondem a um vasto conhecimento empírico construído através de gerações e experiências. Conhecimento este que pode, inclusive, subsidiar as ações de conservação que serão empreendidas pelo órgão gestor.

Ao mesmo tempo, a pesca no arquipélago garante a subsistência e a segurança alimentar de muitas famílias e traz muitos benefícios econômicos com a comercialização dos pescados, sendo responsável pelos empréstimos concedidos por programas de financiamento governamentais, pela incorporação de maiores quantidades de pescadores no mar e, de maneira geral, pelos prejuízos do fracasso das pescarias nos meses de verão.

Frente a esta compreensão, também entendemos que o arquipélago de Currais se trata de um território para, e da pesca artesanal. Os pescadores e pescadoras de Matinhos têm na base de seus bens pesqueiros elementos fundamentais para a sua reprodução socioeconômica e cultural. Posto isto, nos posicionamos a favor da luta política da comunidade pela garantia de seus direitos territoriais na área que abrange hoje o PARNA Currais.

A criação do parque gerou conflitos para a comunidade de pesca ora pela restrição (embora temporária) do uso e acesso aos pesqueiros, ora pela falta de participação social na criação da unidade. Consideramos que esses envolvem dimensões materiais e simbólicas, pois estes sujeitos não reivindicam apenas garantias de sobrevivência material, com a venda do pescado. O conflito que se instalou é também simbólico, uma vez que expressa o desejo de autonomia e, sobretudo a garantia de continuidade de suas práticas que neste universo envolvem o uso e acesso consuetudinário a um espaço tradicional de pesca, que hoje é um parque. Dessa forma, a restrição ao uso e acesso consuetudinário poderá acarretar, a um médio prazo, a perda da identidade da comunidade.

Analizando a percepção e o discurso dos diferentes atores sociais envolvidos com a criação e gestão do parque (comunidade de pesca; autor do projeto de lei; ONG ambiental e ICMBio) percebe-se que a comunidade de pesca é um grupo social bastante afetado pela criação do PARNA. A não participação desses atores no processo de criação do parque, para que estes pudessem entender de fato as consequências da criação de uma unidade de conservação de proteção integral, bem como dialogar com as instancias públicas os limites da UC e a categoria mais apropriada a ser adotada, causou além do sentimento de que falta consulta pública em relação ao estabelecimento de leis ambientais, um conflito pelo uso e acesso aos bens pesqueiros.

No que diz respeito a participação dos pescadores, o formulador do projeto de lei entende que houve legalidade no processo de criação do parque, pois as reuniões que ocorriam no Congresso Nacional podem ser consideradas consultas públicas. Este ator também entende que o conflito relatado pelos pescadores pelo uso e acesso aos pesqueiros pode ser facilmente solucionado mediante a liberação do órgão gestor da unidade.

Diferentemente, o ICMBio questiona a participação social legitimada pelo parlamentar e reconhece os conflitos relatados pelos pescadores. Entretanto, na

percepção do órgão a categoria parque, pelos seus objetivos inscritos na lei, implica na restrição do uso direto dos recursos naturais, isto é, na proibição do acesso e uso dos peixes de curso. Porém nesse primeiro momento de diálogo com os pescadores, o ICMBio se mostrou interessado em contornar os conflitos e se posicionado no intuito de resolver a questão do acesso aos pesqueiros, a equipe do PARNA trabalhou na elaboração de uma proposta de acordo de pesca, o qual, por tempo determinado, conciliará a atividade tradicional dos pescadores com os objetivos da unidade.

Entendemos a partir dessas constatações, que as divergências de percepções entre os atores sociais são os motivos para os conflitos. Posto isto, acreditamos na necessidade do envolvimento entre formuladores, neste caso o Congresso, e órgão ambiental e alertamos para que a criação de unidades de conservação, principalmente as de proteção integral, contem com a participação das comunidades que vivem no seu interior, no seu entorno ou que utilizam os recursos naturais, nos conformes do nosso atual sistema democrático.

Apesar dos dissensos e consensos sobre os termos de compromisso celebrados entre ICMBio e populações tradicionais, neste caso, o acordo de pesca para a comunidade continuar utilizando o arquipélago de Currais, consideramos uma conquista tê-lo adquirido junto com a comunidade. A nosso ver, esse acordo possibilita dois diferentes tipos de análise em torno de nossa pesquisa e também cria um precedente favorável à comunidade em foco.

Em primeiro lugar, isso demonstra que além da viabilidade da pesquisa participante enquanto instrumento metodológico para o estudo dos conflitos, que ela pode ser utilizada também como instrumento para a garantia de direitos de comunidades e grupos marginalizados, pois ela consegue, ao mesmo tempo, sistematizar as reivindicações dos grupos e colocá-los em diálogo com os demais atores sociais envolvidos com a problemática. Posto isto, a pesquisa participante possibilita engendrar uma pesquisa preocupada tanto em responder aos critérios de rigor científico, quanto em formular um saber que possa ser transmitido e utilizado pelos movimentos sociais.

No entanto, e em segundo lugar, o acordo de pesca só foi possível porque o responsável pelo PARNA aceitou o que foi colocado pela comunidade e decidiu compactuar com a reivindicação. Se ao contrario disso, ele tivesse outra percepção, com outra ideologia ou até mesmo formação e época histórica, talvez

hoje estivéssemos escrevendo uma dissertação que não tivesse logrado este sucesso.

Contudo, uma ideologia cunhada nos pressupostos socioambientais são mais do que necessários para a gestão das UC, principalmente no litoral paranaense, uma região de graves conflitos entre comunidades rurais, pesqueiras, tradicionais, quilombolas e órgãos gestores ambientais e órgãos fiscalizadores. Não acreditamos que nos dias atuais ainda seja possível gerir uma UC desconsiderando os direitos fundamentais de comunidades que tradicionalmente utilizam recursos ali, acima de tudo para sua segurança alimentar e meio de sustento. Há que se esforçar para se chegar a um acordo, um consenso, que seja viável para todos, baseado em pesquisas normais e pós-normais que ajudem a ampliar as relações entre as partes em prol de um bem comum. A UC PARNA das Ilhas de Currais, por exemplo, tem um grande potencial para conduzir com sucesso esta reconciliação com os pescadores quando se soma a eles no entendimento dos problemas envolvidos no estabelecimento desta UC em especial, seus limites, categoria de manejo, ausência de estudos técnicos, participação do órgão gestor e participação social nos processos de criação.

Entretanto, soluções tomadas *à posteriori*, como os termos de compromisso, são apenas remediadores dos conflitos já instaurados nas comunidades. O que queremos dizer, é que é imprescindível que as populações possam entender de maneira clara as consequências positivas e negativas das áreas protegidas e possam, de fato, participar na tomada de decisão, sobretudo na categoria a ser adotada, uma vez que esta afetará diretamente seus modos de vida. Temos razões para crer que muitos dos problemas que são vistos hoje na comunidade de pesca de Matinhos poderiam não existir se a comunidade fosse consultada e se houvesse o envolvimento dos tomadores de decisão com o órgão gestor

Estudos recentes avaliando o SNUC (MMA, 2010; PRATES; 2014; PRATES; SOUZA, 2014) apontaram que as ações de conservação empreendidas até o momento no país foram notadamente concentradas nos ambientes terrestres, especialmente no bioma Amazônia. Quando comparada a cobertura das unidades de conservação no território terrestre com o marinho percebe-se que enquanto as áreas abrangidas por unidades terrestres são de quase 1,5 milhões de km², as áreas marinhas somam pouco mais que 50 mil km², cerca de 1,5%.

Da mesma forma, o panorama mundial da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) apontou em 2010 que enquanto nos ambientes terrestres já se atingiu a nível global uma média de 12,7%, nos oceanos as estimativas mais otimistas são de apenas 1,6% (PRATES, 2014; PRATES, SOUSA;2014). Diante disso, a CDB - que é hoje um dos mais importantes instrumentos jurídicos de proteção da natureza – estabeleceu durante a 10^a Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica, em 2010 no Japão, um novo plano estratégico para os anos de 2011 a 2020 através das chamadas Metas de Aichi. Dentre essas, está a meta 11 de “expandir e implementar sistemas de áreas protegidas” (WEIGAND *et al.*, 2011, p.38).

Em consonância com as metas globais, o Brasil aprovou pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) a conservação, por meio de unidades de conservação e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, a proteção de pelo menos 10% das áreas marinhas e costeiras até 2020 (CONABIO, 2013). Segundo o Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil, as unidades de conservação criadas em ambientes marinhos são uma excelente oportunidade de conservação da biodiversidade. De acordo com o panorama, a conservação tende a ser mais efetiva neste caso, pois nesses ambientes não existem áreas privadas, o que favorece a aplicação de um zoneamento adequado (MMA, 2010).

Devido ao seu alto caráter restritivo quanto ao uso dos recursos naturais e ocupação humana, o grupo de proteção integral tem sido apontado pelo MMA (2010) pelo seu alto potencial para conferir maior efetividade ao objetivo de conservação da biodiversidade quando comparadas às categorias de uso sustentável. Além disso, as UC de proteção integral se enquadram nas exigências internacionais, sendo equivalentes a nomenclatura internacional de “reserva marinha”, isto é, espaços marinhos especialmente delimitados onde a pesca é vedada (MMA, 2010, p.35).

Assim, ao que tudo indica, atendendo às exigências internacionais de conservação da biodiversidade o Brasil tenderá a aumentar consideravelmente nos próximos anos os espaços marinhos protegidos. Como no caso do PARNA Currais, o Estado entende que como se tratam de ambientes desabitados e pertencentes à União, a criação de áreas de proteção integral não acarreta desapropriações de terra, e, por conseguinte, problemas sociais. Ao que parece o Estado não reconhece

esses ambientes como áreas de uso comum historicamente utilizadas pelos seres humanos marítimos.

Entretanto, como no caso estudado, esses espaços são territórios de comunidades pesqueiras, que tradicionalmente ocupam ou utilizam essas áreas desenvolvendo modos singulares de uso e apropriação da natureza. Destarte, o estabelecimento de áreas protegidas restritas ao uso e ocupação humana, muitas vezes, se sobrepõem aos territórios dessas comunidades, gerando inúmeros conflitos territoriais por impedirem que esses grupos continuem com seus modos de vida.

A necessidade de se estabelecer novas áreas protegidas nos ambientes marinhos e os recentes conflitos observados na comunidade de pesca de Matinhos, devido a essas estratégias simplificadas de tomada de decisão, reflete a dimensão dos desafios embutidos nas políticas de gestão territorial e evidenciam a necessidade de aprofundar o conhecimento empírico sobre as consequências locais das políticas ambientais, bem como, avaliar como estão sendo delineadas as estratégias de criação de UC após a promulgação do SNUC.

Dessa maneira, novos questionamentos podem ser pensados: as comunidades pesqueiras foram envolvidas no processo de criação dos parques nacionais marinhos? Em um cenário onde as comunidades locais não foram envolvidas na criação da unidade, os limites do parque se sobrepuseram aos territórios da pesca artesanal, gerando conflitos? Os parques nacionais criados após o estabelecimento do SNUC incluíram as comunidades locais no processo de criação da unidade? Quais as consequências da criação de áreas protegidas de proteção integral na vida e reprodução social das comunidades?

Por fim, acreditamos e constatamos que é necessário que o Estado não simplifique processos de alta complexidade. Caso isso continue ocorrendo estaremos sob o risco de transformar a zona costeira brasileira em um imenso campo de conflitos insolúveis.

REFERENCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumbeDumará, 2004, p.13-36.

ANDREOLI, V. M. **Natureza e Pesca**: um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos, PR. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPR, Curitiba – PR.

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**. Ano 2, n. 5, 1999, p. 79-82

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Ed. Hucitec. 2004, p. 223-254.

BENSUSA, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante. IN: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa Participante**. 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 42-62.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. IN: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2006, p.21-54.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-Participar. IN: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa Participante**. 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 8-16.

BRANDÃO, C. R.; LEAL, A. Comunidade tradicional: conviver, criar resistir. **Revista da ANPEGE**, v.8, n.9, jan-jul., p. 2012, 73-91.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2002.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Relatório da reunião de pesquisa e ordenamento do mero (Epinephelus itajara)**. Itajaí: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção**, 2014. Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies.html>>. Acesso em 02/02/2016

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2010**. Brasília, D.F., 2012

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente, **Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha, *Mugil liza Valenciennes*, 1836, no Sudeste e Sul do Brasil**. Brasília, D.F., 2014.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente, **Plano Safra Pesca e Aquicultura 2014-2015. Cartilha de Crédito**. Brasília, D.F., 2014.

BRITO, M. C. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume, 2000.

CARDOSO, E. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP**, São Paulo, n.14, p.119-125, 2003.

CARDOSO, E. S. Geografia e a questão pesqueira: tecendo redes de investigação. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XII, n. 761, 2007.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. (Tese Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia Física da Universidade Federal de São Paulo. 2001.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Annablume, 2000.

CRUZ, V. do C. Uma proposta metodológica para uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 25-30 jul., 2010. **Anais...** Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 2010.

CRUZ, V. do C. Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios. Uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPR/UFRJ, 2013, p. 119-176.

DEMO, P. **Pesquisa participante: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Senac, 1984.

DEMO, P. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livro Editora, 2º ed., 2008.

DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In MINAYO, M. C. d. (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 31-60.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB, 2004.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. (Orgs). **Comunidades tradicionais e o manejo de recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAU/CEC, 2004, p. 9-22.

ESPER, M; MENEZES, M.; ESPER, W. Época reprodutiva de *Mugil platanus* (Günther, 1880), Pisces Mugilidae da Baía de Paranaguá (Paraná, Brasil) **Acta Biol. Par.**, Curitiba, n. 30, p. 5-17, 2001.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução Tânia Lima. **Cadernos de campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde**, v.4, n. 2, 1997.

FLEURY, L. C. Conflitos ambientais: uma proposta de bases teóricas para a discussão. In: V Encontro Nacional da ANPPAS, 2010, Florianópolis. Anais da ANPPAS, 2010.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. IN: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa Participante**. 1ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 34-41.

GABARRÓN, L.R.; LANDA, L. H. O que é a pesquisa participante? IN: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2006, p.93-122.

GAJARDO, M. **Pesquisa Participante na América Latina**. Trad. De Tânia Pellegrini. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GAJARDO, M. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 15-50.

GIANOTTEN, V.; WITT, T. de. Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 158-188.

GIRALDI-COSTA, A.C.; MURATA, A.T. Conflitos nos territórios da pesca artesanal: o caso dos pescadores de Matinhos, Paraná. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 20-22 mai., 2015. **Anais...** Curitiba: Paraná. UFPR, 2015.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2014.

JORGE-PÁDUA, M. T. Do sistema nacional de unidades de conservação. In: MEDEIROS, R.; SILVA, F. (Orgs) **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro Brasília: MMA, 2011, p. 21-36.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 51-81,

LEAL, G. F. Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense. **Ambiente & Sociedade**, v. XVI, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2013

LEFF, E. LA Ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan./dez. 2003.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LITTLE, P. E. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12 (25), 2006, p. 85-103,

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel. **A Difícil Sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. 2001, p. 107-122.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma abordagem da territorialidade. Brasília: Série Antropologia, 2002.

MACHADO, C. B. G. **O território da pesca artesanal da colônia Z4, Barra Velha, SC**: o paradoxo entre a tradição e a modernidade. (Dissertação Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Paraná. 2013.

MALDONADO, S. **Mestres e mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MARTÍNEZ-ALIER. **Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Rev. Bib. de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. XVII, n.989, ago, 2012.

MARX, K. O questionário de 1880. In: THIOLLENT M. (Org). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis; 1982. p. 249-256.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p. Tese (Doutorado em Geografia).

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. IX (1), jul-dez 2005, p. 41-64.

MEDEIROS, R. IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. RDE: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 9, ano VI, 2004, p. 83-93.

MENDONÇA, F. C. *et al.* Reflexões sobre a participação social em unidades de conservação e a contribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. In: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (Orgs). **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014, p. 268-307.

MENEZES, N.A et al. M. And old taxonomic dilemma: the identity of the western South Atlantic lebrache mullet (Teleostei: Perciformes: Mugilidae). **Zootaxa**, New Zealand, n.2519, p. 58-68, 2010.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do Snuc. In: BENJAMIN A. H. (Org). **Direito ambiental das áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MILANO, M. S. **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: FBPN, 2002.

MINAYO, M. C de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In MINAYO, M. C. d. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 61-78.

MONTEIRO, A. R. A. **Depois do Meio Ambiente: mudança social em uma Unidade de Conservação Ambiental**. 2002, 250p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia/IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

NASH, R. **Wilderness and the American mind**. 6ed. New Haven: Yale University Press, 2014.

NUNES, M. **Do passo ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins**, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia Física, USP, São Paulo

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.17-33.

PADUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PACHECO, T.; PORTO, M. F.; ROCHA, D. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PINHEIRO, P. C. **Ictiofauna do arquipélago de currais (Paraná-Brasil): complexidade estrutural dos costões rochosos e análise comparativa com um módulo recifal artificial**. (Tese Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos. 2005.

PORTO, M. F. MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.23, v. 4 p. S503-S512, 2007.

PRATES, A. P. **Oceanos, a nova fronteira de conservação no Brasil?** In: BENSUSA, N.; PRATES, A.P (Orgs). A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014, p. 120-151.

PRATES, A. P.; SOUSA, N. O. **Panorama geral das áreas protegidas no Brasil**. In: BENSUSA, N.; PRATES, A.P (Orgs). A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014, p. 82-119.

QUADROS, J. *et al.* Participação social na criação e implantação de Unidades de Conservação no Brasil: o caso do conselho consultivo do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange no litoral do Paraná. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n.3, 2015.

RAMOS, A. R. Do engajamento ao desprendimento. **Campos**. n.8, v.1, p.11-32, 2007.

RODRIGUES, J. E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SANTILLI, J. Áreas protegidas e direitos dos povos e comunidades tradicionais. In: BENSUSA, Nutit; PRATES, Ana Paula (Orgs). **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. 1ed. Brasília: Editora IEB, 2014, p. 398-435.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos**. São Paulo: Peiropolis, 2005.

SARKAR, S. Wilderness Preservation and Biodiversity Conservation: keeping divergent goas distinct. **BioScience**, v.49, n.5, 1999.

SILVA, A. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso Potiguar. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, 2010.

SILVA, M. O. da. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1991.

SCOONES, I. New ecology and the social sciences: what prospects for a fruitful engagement? **Annual Review of Anthropology**, v. 28, n.1, pp. 479-507, 1999.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 59, p. 52-66, 2005.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.

THOMPSON, E. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

URBAN, T. **Saudade do Matão**: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora UFPR; FBPN; Fundação MacArthur, 1998.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 19, v.2, p. 191-203, 2007.

VERDEJO, M. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília, DF : Secretaria da Agricultura Familiar, 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Minas Gerais: Editora da UFMG, 2010, p. 11- 33.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. Introdução: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; BARROS, D. P. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

APÊNDICES

APENDICE A

Roteiro elaborado em conjunto pelos pesquisadores e pescadores de Matinhos para a entrevista com o ex-deputado federal Luciano Pizzatto, autor do projeto de lei de criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais.

1. No artigo 5º do projeto de lei apresentado pelo deputado, diz que para compensar os impactos sociais e gerar alternativas de pesca, o poder público, através de iniciativas públicas ou privadas, promoverá a implantação de recifes artificiais no entorno do Parque e em regiões próximas às atividades de pesca. Este assunto é retomado mais uma vez no 6º parágrafo da justificativa, quando se afirma que com os “resultados positivos do programa de Recifes não existe mais nenhum empecilho para criação do PARNA das Ilhas dos Currais, pois as eventuais limitações à pesca desportiva e comercial já está sendo amplamente compensadas na própria região”. Acontece deputado que o projeto de recifes artificiais não atendeu às expectativas dos pescadores artesanais de Matinhos. Em uma consulta, nós explicitamos que gostaríamos de reforçar os recifes naturais ao invés de colocar novos recifes. Porém esta demanda não foi atendida. Assim, as limitações da pesca comercial não estão sendo compensadas, como explicitado no projeto de lei.
2. Na justificativa do projeto de lei, está escrito que a criação do parque tem por finalidade proteger os ecossistemas, os ambientes marinhos, e a proteção e o controle de relevantes espécies de aves. Porém nós pescadores em quase 200 anos de pesca neste lugar observamos poucas mudanças e transformações ocorridas na paisagem, e nunca causamos nenhum dano a essas espécies. Os únicos peixes que pescamos são peixes de curso como a tainha e a cavala. Além disso, não costumamos descer de nossas canoas para a ilha. Não entendemos a relação entre a pesca e a preservação dessas espécies de aves.
3. De acordo com o SNUC para a criação de uma área natural protegida é preciso ter uma consulta pública com ampla participação das pessoas envolvidas com a área, para definição da localização, dimensão e limites da unidade de conservação, e de debates sobre a categoria a ser adotada. Porém, nós pescadores de Matinhos não participamos e nem fomos convidados para nenhuma reunião. Soubemos da criação do parque pelos noticiários. Gostaríamos então de saber como se deu esse processo, se teve de fato uma consulta pública, onde ela foi feita, e por que não fomos convidados para participar.
4. Nós pescadores artesanais de Matinhos alegamos que o limite pertencido hoje ao parque é usado tradicionalmente por nossos ancestrais, inclusive esses possuíam uma casa de uso coletivo para as atividades de pesca sem causar nenhuma interferência ou impacto negativo sobre a natureza.

Os peixes antes pescados nestes limites serviam não só para essas famílias de pescadores como também geravam impactos positivos sobre o município. Diante disso, essas famílias gostariam de saber se o senhor tinha conhecimento desta realidade e se sim, por que não optou pela criação de outras categorias de unidades de conservação, que não fossem restritas à prática da pesca, como as Reservas Extrativistas (RESEX) ou as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)?

5. O ex-deputado tinha e tem alguma relação com a Organização não Governamental Mar Brasil?
6. Nós pescadores da colônia Z4, gostaríamos de solucionar este conflito que se instalou. Além de esclarecer essas dúvidas ora citadas, gostaríamos de fazer um “acordo de pesca”, uma liberação de aproximadamente quatro meses (maio, junho, julho e agosto) para pescar peixes de “curso”, como tainha e cavala nos limites do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. O que o ex-deputado acha disso?

APÊNDICE B

Roteiro elaborado em conjunto pelos pesquisadores e pescadores de Matinhos para a entrevista com a Associação Mar Brasil.

1. A criação do PARNA das Ilhas dos Currais gerou um conflito para os pescadores artesanais do litoral paranaense, pela restrição ao uso e acesso às ilhas para pescar e pela falta de participação no processo de criação do parque. O que vocês acham desses conflitos?
2. Inicialmente achávamos que a ONG estava envolvida com a criação do parque, porque vinha constantemente fazer pesquisas sobre a pesca nas ilhas. O ex-deputado confirmou que não há relação. Então gostaríamos de saber os resultados das pesquisas em que participamos dando informações.
3. Durante o desenvolvimento das pesquisas na região notaram alguma influência negativa das atividades de sobre as ilhas?
4. Acreditam ser compatível as atividades de pesca com a conservação das ilhas?

APÊNDICE C

Roteiro elaborado em conjunto pelos pesquisadores e pescadores de Matinhos para a entrevista com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

1. De acordo com o SNUC para a criação de uma unidade de conservação é preciso ter uma consulta pública com ampla participação das pessoas envolvidas com a área, para definição da localização, dimensão e limites da unidade, e de debates sobre a categoria a ser adotada. Porém, nós pescadores de Matinhos não participamos e nem fomos convidados para nenhuma reunião. Em entrevista com o autor do projeto de lei, este nos relatou que houve uma reunião no Hotel Camboa, em Paranguá. Porém, nós não ficamos sabendo, e acreditamos que uma reunião com esse objetivo deveria ter sido feita no município de Matinhos e não a 50 quilômetros de distancia. O que o ICMBio acha disso?
2. Nós da comunidade de pesca de Matinhos alegamos que o limite pertencido hoje ao parque é usado tradicionalmente por nossos ancestrais. Usamos as ilhas nos meses de maio, junho, julho e agosto para cercar peixes de curso, como a tainha e a cavala, através da prática do cerco. Não pescamos peixes considerados ameaçados como o mero e garoupa e também não causamos impacto nas ilhas. Por conta das condições do tempo em 4 meses aproximadamente 20 dias as canoas conseguem trabalhar na região. Apesar disso, os peixes pescados nestes limites servem não só para as famílias de pescadores como também geram impactos positivos sobre o município. Faz parte da nossa cultura e é muito importante para a comunidade. A comunidade está disposta a entrar em um acordo de pesca mesmo se for para perder limites, diminuir quantidade de peixes capturados, e etc..., e também para ajudar na fiscalização e proteção da Ilha, e com as atividades de pesquisa fornecendo dados e etc.. No entanto, caso não seja feito um acordo, a comunidade também está disposta a lutar pelo direito do usufruto dos bens pesqueiros advindos da região. Temos de continuar com as atividades de pesca nas Ilhas dos Currais e gostaríamos de saber o que o ICMBio pode fazer quanto a isso.